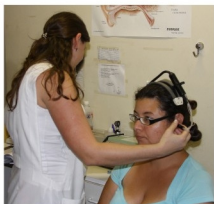


## RELATÓRIO T2 PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

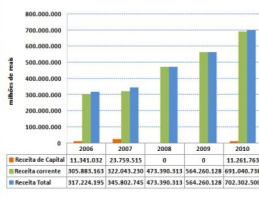
UHE Foz do Chapecó - FCE-0916/2012  
- Maio 2013 -



Fonte: [http://www.imagens.usp.br/?attachment\\_id=750](http://www.imagens.usp.br/?attachment_id=750). Acesso em: 30 de agosto 2012



Fonte: <http://www.futura.org.br>. Acesso em: 30 de agosto 2012



Fonte: <http://tafulhar.blogspot.com.br>. Acesso em: 30 de agosto 2012



Fonte: <http://www.unimedbhonline.com>. Acesso em: 30 de agosto 2012



Fonte: <http://www.bbel.com.br/feitas-e-casamento>. Acesso em: 30 de agosto 2012

### Municípios de abrangência:

Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande, Itatiba do Sul, Itá, Paial, Chapecó, Guatambu, Caxambu do Sul e Águas de Chapecó

### Objeto:

Monitoramento dos dados de educação e atendimento escolar  
Monitoramento dos dados de serviços de saúde  
Monitoramento dos dados de receitas municipais



Foto: Reservatório da UHE Foz do Chapecó e Caxambu do Sul. Fonte: I.A Pereira

**Realização:**

*Foz do Chapecó Energia S.A.*

**FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA S.A.**

Rua Germano Wendhausen, 203  
 Centro Executivo Beiramar – Sala 401  
 CEP 88.015-460 – Florianópolis-SC  
 Fone: (48) 3029-5058  
 Fax: (48) 3029-5102

**Execução e assessoria técnica:****Instituto Heráclito – projetos e consultoria**

Rua Quintino Bocaiuva 148D, sala 301  
 Ed. Gabriela  
 Bairro Centro – Chapecó/SC  
 CEP: 89801- 080  
 Fone: (49) 3328 3778

**Equipe técnica do Instituto Heráclito**

- assessoria -

**Rógis Juarez Bernardy**

Doutor em Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial (UFSC)  
 - Coordenador -

**Juliana Rammé**

Mestranda em Cadastro Técnico Multifinalitário (UFSC)  
 (Registro CAU nº. 113253-9)

**Jeancarlo Zuanazzi**

Mestre em Administração (FURB)

**Apoio Institucional:**

Prefeitura Municipal de Alpestre (RS)  
 Prefeitura Municipal de Rio dos Índios (RS)  
 Prefeitura Municipal de Nonoai (RS)  
 Prefeitura Municipal de Faxinalzinho (RS)  
 Prefeitura Municipal de Erval Grande (RS)  
 Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul (RS)  
 Prefeitura Municipal de Itá (SC)  
 Prefeitura Municipal de Paial (SC)  
 Prefeitura Municipal de Chapecó (SC)  
 Prefeitura Municipal de Guatambu (SC)  
 Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul (SC)  
 Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó (SC)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	08
1.1	OBJETIVOS .....	10
1.1.1	<b>Objetivo Geral</b> .....	10
1.1.2	<b>Objetivos Específicos</b> .....	10
<b>2</b>	<b>PROCESSOS METODOLÓGICOS</b> .....	11
2.1	MUNICÍPIOS DE AGRANGÊNCIA .....	11
<b>2.1.1</b>	<b>Variação populacional de 2010 a 2012</b> .....	12
2.2	OBJETO DE ANÁLISE .....	13
2.3	VARIÁVEIS MONITORADAS .....	14
<b>2.3.1</b>	<b>Variáveis do monitoramento dos dados de Receitas municipais</b> ...	14
2.3.1.1	Processo metodológico do monitoramento dos dados de Receitas municipais .....	15
2.3.1.1.1	<i>Período</i> .....	16
<b>2.3.2</b>	<b>Variáveis dos dados de serviços de Saúde por município</b> .....	16
2.3.2.1	Processo metodológico do monitoramento dos dados de Saúde municipal	16
2.3.2.1.1	<i>Período</i> .....	17
<b>2.3.3</b>	<b>Variáveis dos dados de serviços de Educação e atendimento escolar</b> .....	17
2.3.3.1	Processo metodológico do monitoramento dos dados de atendimento escolar .....	18
2.3.3.1.1	<i>Período</i> .....	18
2.4	DAS FONTES DE DADOS E CONCEITOS DAS RECEITAS MUNICIPAIS .....	18
2.5	DAS FONTES DE DADOS E CONCEITOS DE SAÚDE .....	21
2.6	DAS FONTES DE DADOS E CONCEITOS DE EDUCAÇÃO .....	22
<b>3</b>	<b>APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	25
3.1	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS DE RECEITAS MUNICIPAIS .....	25
<b>3.1.1</b>	<b>Receita Total</b> .....	25
<b>3.1.2</b>	<b>Receita Tributária</b> .....	26
3.1.2.1	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN .....	27
<b>3.1.3</b>	<b>Receitas de Contribuições</b> .....	29
<b>3.1.4</b>	<b>Receita Patrimonial</b> .....	30
<b>3.1.5</b>	<b>Receita Agropecuária</b> .....	31
<b>3.1.6</b>	<b>Receita de Serviços</b> .....	32
<b>3.1.7</b>	<b>Transferências Correntes</b> .....	32
3.1.7.1	Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos .....	33
<b>3.1.8</b>	<b>Outras Receitas Correntes</b> .....	36

<b>3.1.9</b>	<b>Operações de Crédito</b> .....	37
<b>3.1.10</b>	<b>Alienação de Bens</b> .....	38
<b>3.1.11</b>	<b>Amortização de Empréstimos</b> .....	39
<b>3.1.12</b>	<b>Transferências de Capital</b> .....	39
<b>3.1.13</b>	<b>Receita intra-orçamentária corrente</b> .....	40
3.2	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS DE SAÚDE MUNICIPAL .....	42
<b>3.2.1</b>	<b>Programas e despesas em saúde por município</b> .....	43
3.2.1.1	Despesas per capita nos municípios .....	50
<b>3.2.2</b>	<b>Estrutura do SAMU</b> .....	51
<b>3.2.3</b>	<b>Programas de atendimento aos idosos</b> .....	52
<b>3.2.4</b>	<b>Variáveis complementares relacionadas à saúde municipal</b> .....	53
3.3	ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL .....	54
<b>3.3.1</b>	<b>Taxas de analfabetismo municipal</b> .....	54
<b>3.3.2</b>	<b>Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Educação</b> .....	56
<b>3.3.3</b>	<b>Modalidades das redes de ensino nos municípios</b> .....	57
<b>3.3.4</b>	<b>Evolução do número de matrículas do ensino básico municipal</b> ....	58
<b>3.3.5</b>	<b>Evolução de demais modalidades de sistema de ensino básico</b> ....	61
3.3.5.1	Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....	61
3.3.5.2	Educação Especial .....	62
3.3.5.3	Educação Indígena .....	64
<b>3.3.6</b>	<b>Evolução do número de salas de aula: gestão estadual e municipal</b> .....	65
<b>3.3.7</b>	<b>Média de alunos por turma no ensino básico nos municípios</b> .....	66
<b>3.3.8</b>	<b>Taxas de rendimento escolar do ensino básico</b> .....	67
<b>3.3.9</b>	<b>Índice de Educação Básica – IDEB</b> .....	67
<b>3.3.10</b>	<b>Investimentos municipais individuais em educação básica</b> .....	68
<b>3.3.11</b>	<b>Investimentos municipais totais em educação básica</b> .....	75
<b>3.3.12</b>	<b>Caracterização das escolas técnicas e profissionais</b> .....	76
<b>3.3.13</b>	<b>Caracterização do ensino de graduação e pós-graduação regional</b> .....	77
3.3.13.1	Caracterização do ensino de graduação .....	77
3.3.13.2	Caracterização do ensino de pós-graduação .....	78
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
4.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS .....	80
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE .....	82
4.3	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO ESCOLAR .....	82
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85

## TABELAS

Tabela 01:	Receita total dos municípios – de 2010 até dezembro de 2012 .....	25
Tabela 02:	Receitas tributárias dos municípios – de 2010 até dezembro de 2012 .....	27
Tabela 03:	ISSQN dos municípios – de 2010 até dezembro de 2012 .....	28
Tabela 04:	Receitas de contribuições – de 2010 até dezembro de 2012 .....	29
Tabela 05:	Receita patrimonial – de 2010 até dezembro de 2012 .....	30
Tabela 06:	Receita agropecuária – de 2010 até dezembro de 2012 .....	31
Tabela 07:	Receita de serviços – de 2010 até dezembro de 2012 .....	32
Tabela 08:	Transferências correntes – de 2010 até dezembro de 2012 .....	33
Tabela 09:	Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos – de 2010 até dezembro de 2012 .....	34
Tabela 10:	Proporcionalidade da cota parte da compensação financeira de recursos hídricos em relação à receita total - 2011 e 2012 .....	36
Tabela 11:	Outras receitas correntes – de 2010 até dezembro de 2012 .....	36
Tabela 12:	Operações de créditos - de 2010 até dezembro de 2012 .....	37
Tabela 13:	Alienação de bens – de 2010 até dezembro de 2012 .....	38
Tabela 14:	Amortização de empréstimos – de 2010 até dezembro de 2012 .....	39
Tabela 15:	Transferência de capital – de 2010 até dezembro de 2012 .....	40
Tabela 16:	Receita intra-orçamentária corrente – de 2010 até dezembro de 2012 .....	41
Tabela 17:	Despesas totais municipais com saúde – de 2010 até dezembro de 2012 .....	42
Tabela 18:	Programas e despesas com saúde em Alpestre (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	44
Tabela 19:	Programas e despesas com saúde em Rio dos Índios (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	44
Tabela 20:	Programas e despesas com saúde em Nonoai (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	45
Tabela 21:	Programas e despesas com saúde em Faxinalzinho (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	45
Tabela 22:	Programas e despesas com saúde em Erval Grande (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	46
Tabela 23:	Programas e despesas com saúde em Itatiba do Sul (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	46
Tabela 24:	Programas e despesas com saúde em Itá (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	47
Tabela 25:	Programas e despesas com saúde em Paial (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	48
Tabela 26:	Programas e despesas com saúde em Chapecó (SC) – de 2010 a dezembro de 2012 .....	48
Tabela 27:	Programas e despesas com saúde em Guatambu (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	49
Tabela 28:	Programas e despesas com saúde em Caxambu do Sul (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	49

Tabela 29:	Programas e despesas com saúde em Águas de Chapecó (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	50
Tabela 30:	Despesas per capita em saúde nos municípios da região, de 2012 .....	51
Tabela 31:	Modalidades de estabelecimentos de ensino no RS e em SC, em 2012 .....	57
Tabela 32:	Evolução do sistema de matrículas nos municípios RS – 2012 .....	59
Tabela 33:	Evolução do sistema de matrículas nos municípios SC – 2012 .....	60
Tabela 34:	Educação de jovens e adultos nos municípios do RS e SC – 2012 .....	61
Tabela 35:	Sistema de matrículas de educação especial nos municípios do RS – 2012 .....	63
Tabela 36:	Sistema de matrículas de educação especial nos municípios do SC – 2012 .....	64
Tabela 37:	Evolução do número de salas de aula nos municípios do RS – 2012 .....	66
Tabela 38:	Despesas totais com educação em Alpestre (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	69
Tabela 39:	Despesas totais com educação em Rio dos Índios (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	69
Tabela 40:	Despesas totais com educação em Nonoai (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	70
Tabela 41:	Despesas totais com educação em Faxinalzinho (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	70
Tabela 42:	Despesas totais com educação em Erval Grande (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	71
Tabela 43:	Despesas totais com educação em Itatiba do Sul (RS) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	71
Tabela 44:	Despesas totais com educação em Itá (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .	72
Tabela 45:	Despesas totais com educação em Paial (SC) – de 2010 até dezembro de 2012	72
Tabela 46:	Despesas totais com educação em Chapecó (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	73
Tabela 47:	Despesas totais com educação em Guatambu (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	74
Tabela 48:	Despesas totais com educação em Caxambu do Sul (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	74
Tabela 49:	Despesas totais com educação em Águas de Chapecó (SC) – de 2010 até dezembro de 2012 .....	74
Tabela 50:	Despesas totais municipais com educação – 2010 até dezembro de 2012 .....	76
Tabela 51:	Modalidades de ensino superior nos municípios da região, de 2012 .....	77
Tabela 52:	Modalidades de ensino de pós-graduação nos municípios da região, de 2012 ...	78

## **1 APRESENTAÇÃO**

Este relatório técnico – T2 contempla os itens de receitas municipais, serviços de saúde e atendimento escolar e educação, conforme previsto no escopo da proposta técnica do contrato FCE 916/2012, firmada entre a Foz do Chapecó Energia e o Instituto Heráclito – projetos e consultoria, em setembro de 2012. Este relatório abrange o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2012, portanto, de 12 meses, denominado de “fase de operação do empreendimento – UHE Foz do Chapecó”.

A instalação de um empreendimento hidrelétrico em uma região causa interferências, seja na paisagem natural, nas infraestruturas instaladas e na própria economia dos municípios do entorno. No entanto, estas edificações também promovem o surgimento de novas oportunidades econômicas, principalmente em função da própria dinamicidade do empreendimento e pela canalização de receitas para os municípios, de forma contínua.

Neste enfoque, este relatório técnico teve como objetivo principal desenvolver um monitoramento de indicadores de receitas municipais, de serviços de saúde, de educação e de atendimento escolar, de janeiro até dezembro de 2012, nas doze unidades administrativas do entorno da UHE Foz do Chapecó, localizadas nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Os municípios contemplados foram de Alpestre, de Rio dos Índios, de Nonoai, de Faxinalzinho, de Erval Grande e de Itatiba do Sul, no Rio Grande do Sul e de Itá, de Paial, de Chapecó, de Guatambu, de Caxambu do Sul e de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, todos em contato direto com o reservatório da UHE Foz do Chapecó, localizado no rio Uruguai.

Os dados de receitas municipais foram extraídos essencialmente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, em conformidade com os dados no Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional.

Estes dados de receitas foram tipificados em treze grupos, sendo que duas delas representam uma subdivisão (vínculo direto com o empreendimento hidrelétrico) de outras receitas, além da demonstração da proporcionalidade entre a cota parte de compensação financeira de recursos hídricos com a receita total municipal.

Os dados de serviços de saúde municipais foram extraídos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais de Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sendo que este forneceu os dados complementares, além de dados primários, com base em entrevistas com gestores municipais.

Quanto aos dados sobre atendimento escolar e educação foram baseados em informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira - INEP, do Ministério da Educação e Cultura – MEC e das Secretarias Estaduais de Educação e de demais Instituições vinculadas ao tema, complementadas com entrevistas *in loco* com gestores municipais.

Destaca-se a existência de certa restrição metodológica no processo de efetivação de um monitoramento em relação às variáveis do Relatório T0 e T1, no que diz respeito à falta de padronização integral das variáveis. Inclusive determinadas variáveis não estão disponíveis, pela brevidade entre o período de manifestação (cinco meses) das mesmas e a atualidade (dezembro de 2012 até maio de 2013).

Como resultados, houve uma continuidade na variação (inclusive negativa) nas receitas totais dos municípios. Nas receitas de ISSQN, observou-se que a finalização da implantação da UHE Foz do Chapecó, ocasionou maior variação negativa nas receitas dos municípios de Alpestre, no Rio Grande do Sul e de Águas de Chapecó em Santa Catarina (estes municípios não possuem sua base econômica tradicional centrada em serviços).

Observou-se que a cota parte da compensação financeira de recursos hídricos da UHE Foz do Chapecó, teve uma variação negativa significativa em todos os municípios, em função da minimização da capacidade de geração de energia, no ano de 2012, quando comparada ao período anterior (2011), o que refletiu na menor canalização de recursos aos municípios limieiros.

Quanto ao atendimento de saúde municipal, salienta-se que houve um aumento em despesas em todos os municípios, com intensidades diferenciadas, com somas financeiras expressivas e que por falta de padronização dos respectivos programas municipais, não foi possível desenvolver comparativos entre eles, apenas os investimentos. Entretanto, efetivou-se uma análise per capita dos investimentos que são díspares entre os municípios, sendo que aqueles localizados em Santa Catarina, possuem despesas mais expressivas.

Quanto ao atendimento escolar e à educação, observa-se que existe uma variação negativa em despesas em determinados municípios (apenas três), entretanto, infere-se que nos demais, esta política pública seja impulsionada com a transferência de receita através da operação do empreendimento da UHE Foz do Chapecó. Desta forma, além do trabalho e renda a hidrelétrica tem papel relevante na transferência de receitas municipais, que são convertidas em políticas públicas.



## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

- Desenvolver um monitoramento de indicadores de receitas municipais, de serviços de saúde, de educação e de atendimento escolar, entre janeiro e dezembro de 2012, nas doze unidades administrativas do entorno da UHE Foz do Chapecó (RS e SC).

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Monitorar os dados de receitas municipais, nas doze unidades administrativas do entorno da UHE Foz do Chapecó (RS e SC).
- Monitorar dos dados de serviços de saúde, nos doze municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó (RS e SC).
- Monitorar dos dados de educação e atendimento escolar, por município, nas doze unidades administrativas do entorno da UHE Foz do Chapecó (RS e SC).
- Analisar a variação dos dados de receitas e os impactos nos municípios (RS e SC).
- Analisar os dados de serviços de saúde, nos doze municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó (RS e SC).
- Analisar os dados de educação e atendimento escolar, por município, do entorno da UHE Foz do Chapecó (RS e SC).
- Relacionar as variáveis de receitas municipais, saúde e educação, nos municípios, em fase de operação do empreendimento – Relatórios T1 e T2.
- Estabelecer um “panorama regional” das interferências da UHE Foz do Chapecó, em receitas municipais, saúde e educação, nos municípios, em fase de operação do empreendimento.

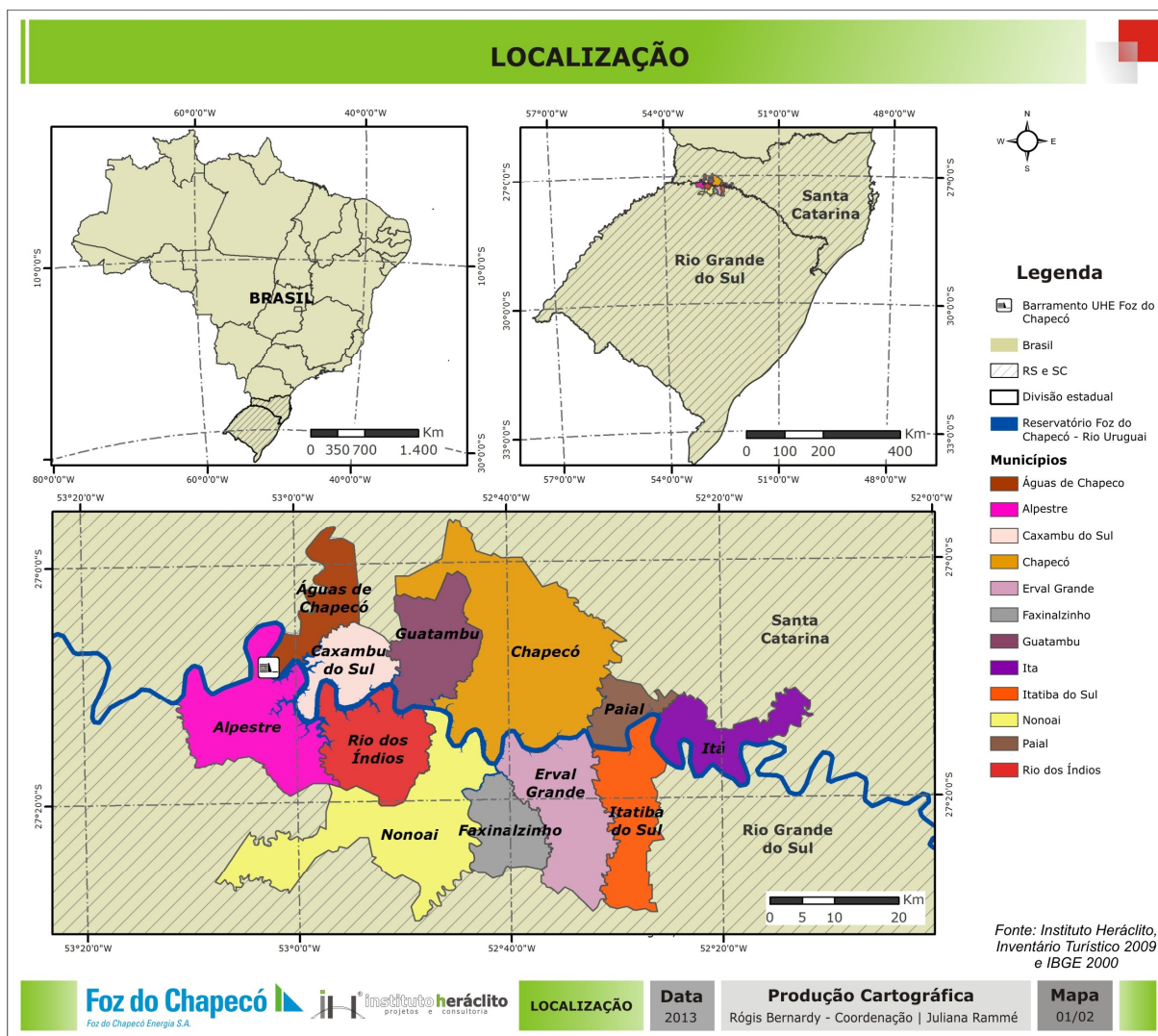
## 2 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados neste relatório técnico estão vinculados à demonstração das etapas sequenciais que proporcionam o desenvolvimento do mesmo, inclusive com o enquadramento quanto às variáveis, às técnicas de coleta, de manipulação, de interpretação, de representação e de análise das variáveis quantitativas e das informações qualitativas, tipificadas em receitas municipais, de serviços de saúde, de educação e de atendimento escolar.

### 2.1 MUNICÍPIOS DE AGRANGÊNCIA

Este relatório técnico em conformidade com o contrato FCE 916/2012, abrange os seguintes municípios: Alpestre (RS), Rio dos Índios (RS), Nonoai (RS), Faxinalzinho (RS), Erval Grande (RS), Itatiba do Sul (RS), Itá (SC), Paial (SC), Chapecó (SC), Guatambu (SC), Caxambu do Sul (SC) e Águas de Chapecó (SC), conforme o Mapa 01.

**Mapa 01: MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ**



### 2.1.1 Variação populacional de 2010 a 2012

Neste Relatório T2 se efetiva uma análise da variação populacional dos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, uma vez que os investimentos em serviços de saúde e educação (inclusive através da cota parte da compensação financeira de recursos hídricos) estão diretamente relacionados à dinamicidade desta variável (IBGE, 2010 e 2012). Embora se tenha um intervalo temporal relativamente breve, de apenas dois anos, (a primeira série de dados é oriunda de censo demográfico, enquanto a segunda de estimativa populacional) é também relevante para conhecer a tendência da população total municipal, em período de estabilização da mobilidade populacional, no entorno do reservatório, conforme demonstra o Quadro 01 e o Mapa 02.

**Quadro 01: VARIAÇÃO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ**

Município	População total em 2010	Estimativa da população em 2012	Variação populacional 2010 - 2012
Alpestre (RS)	8.027	7.689	-4,21%
Rio dos Índios (RS)	3.616	3.453	-4,50%
Nonoai (RS)	12.074	11.962	-0,92%
Faxinalzinho (RS)	2.567	2.514	-2,06%
Eral Grande (RS)	5.163	5.090	-1,41%
Itatiba do Sul (RS)	4.171	4.008	-3,90%
Itá (SC)	6.426	6.375	-0,79%
Paial (SC)	1.763	1.720	-2,43
Chapecó (SC)	183.530	189.052	2,92%
Guatambu (SC)	4.679	4.676	-0,06%
Caxambu do Sul (SC)	4.411	4.283	-2,90%
Águas de Chapecó (SC)	6.110	6.160	0,81%

Fonte: IBGE, 2010 e 2012.

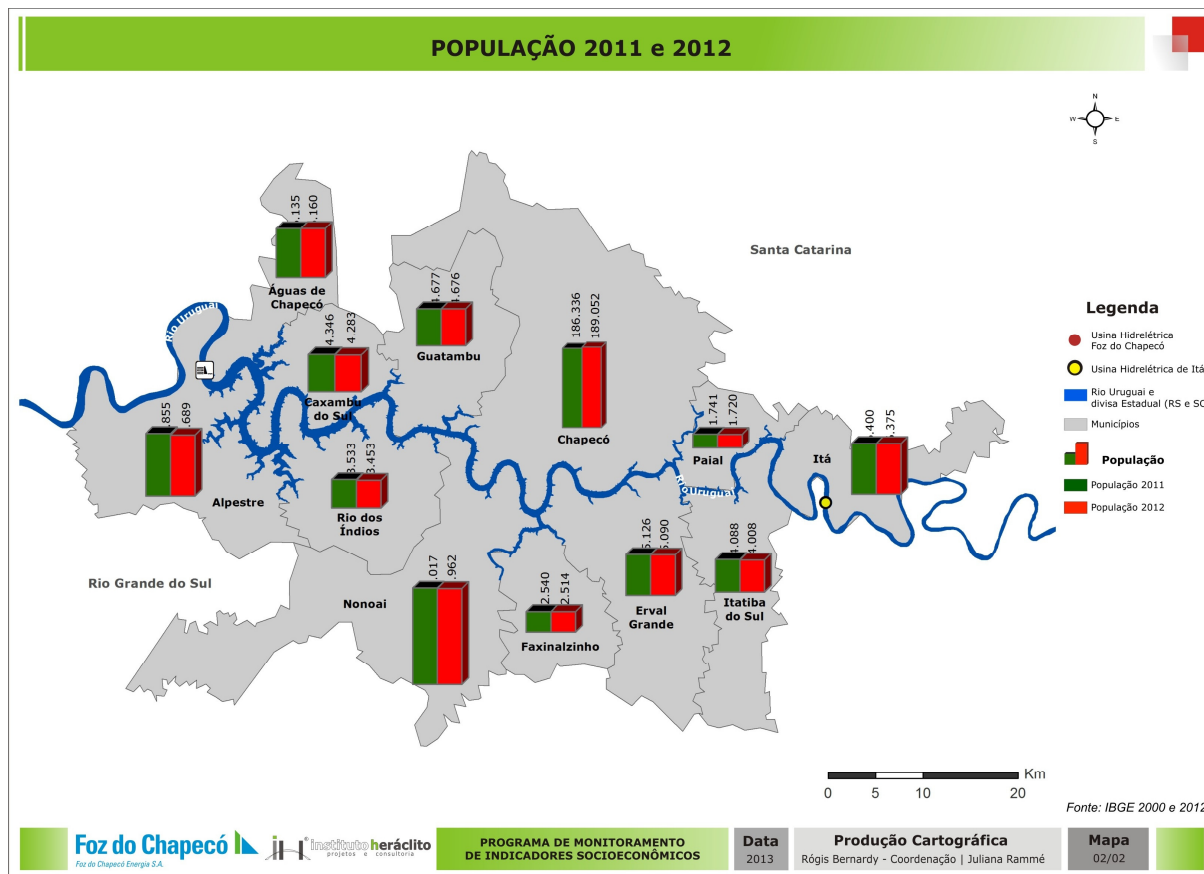
De acordo com o Quadro observa-se que dez municípios (83,33%) possuem a população em decréscimo, inclusive todos aqueles localizados no estado do Rio Grande do Sul, que apresentou as maiores variações negativas. Esta região tem apresentado um decréscimo populacional, desde o final do século XX (especialmente na década de 90), em função dos movimentos migratórios, principalmente para as centralidades das cidades de Porto Alegre (RS), Caxias do Sul (RS) e Chapecó (SC).

Nestes municípios existem percentuais de retração significativos, como em Rio dos Índios (RS), com -4,50 e Alpestre (RS), com -4,21% (ambos apresentaram maior retração em relação ao Relatório T1). O município de Itatiba do Sul (RS), também apresentou uma elevação na retração de sua população e atingiu -3,90%. Estes municípios se localizam na base periférica da economia (inclusive geográfica) do estado do Rio Grande do Sul, ocasionando movimentos expressivos da população, para centros mais dinâmicos.

Em Águas de Chapecó (SC) e Guatambu (SC), a população está estabilizada e em Chapecó (SC), variou em 2,92% ao ano, (percentual maior do que o apresentado no Relatório T1). Para o panorama regional destes doze municípios a tendência é de

retração populacional, determinada por fatores conjunturais já manifestadas, em médio prazo, exceto em Chapecó, que tende a estabilizar o crescimento populacional, na década vindoura. A variação populacional entre 2011 e 2012 pode ser verificada no Mapa 02.

**Mapa 02: VARIAÇÃO POPULACIONAL REGIONAL DO ENTORNO DA UHE FOZ DO CHAPECÓ**



Se, por um lado, em quase todos os municípios existe uma variação negativa da população, por outro, este fato não reflete na efetiva diminuição de demandas de serviços públicos (educação e saúde), uma vez que a estrutura etária pode ser centrada em crianças e adolescentes, que demandam em estrutura de educação e de idosos, que demandam em atendimento especializado em saúde. Entretanto, a análise total da população, demonstra a existência de uma retração (com tendência a acentuar) que poderia indicar uma maior qualificação dos investimentos públicos, uma vez que as receitas tendem a ser progressivas, o que poderia acarretar em maiores investimentos em saúde e educação, nos municípios.

## 2.2 OBJETO DE ANÁLISE

- Monitoramento dos dados de receitas por município.
- Monitoramento dos dados de serviços de saúde por município.
- Monitoramento dos dados de educação e atendimento escolar por município.

## 2.3 VARIÁVEIS MONITORADAS

### 2.3.1 Variáveis do monitoramento dos dados de Receitas municipais

Todas as variáveis relacionadas às receitas municipais abrangem a temporalidade integral de 2012, ou seja, de janeiro até dezembro, sendo que a disposição das mesmas pode ser visualizada na sequência:

- Monitoramento das receitas tributárias de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), de 2012.
- Monitoramento das receitas tributárias de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), de 2012.
- Monitoramento das receitas tributárias de imposto sobre transmissão "inter-vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis (ITBI) de competência municipal, de 2012.
- Monitoramento das receitas tributárias de taxas cobradas pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, de 2012.
- Monitoramento das receitas tributárias de taxas cobradas pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, de 2012.
- Monitoramento das receitas tributárias de arrecadação com contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, de 2012.
- Monitoramento das receitas de contribuição da arrecadação da receita de contribuições sociais, de 2012.
- Monitoramento das receitas de contribuição da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, de 2012.
- Monitoramento das receitas de contribuição da arrecadação da receita de produção vegetal, animal e derivados e outros (agricultura, pecuária e atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos), de 2012.
- Monitoramento das receitas de contribuição da arrecadação da receita da indústria de extração mineral, de transformação, de construção e outros, provenientes das atividades industriais, de 2012.
- Monitoramento das receitas de contribuição da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, de 2012.
- Monitoramento das receitas de transferência corrente do imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), de 2012.
- Monitoramento das receitas de transferência corrente de fundo de participação dos municípios (FPM), de 2012.
- Monitoramento das receitas de transferência corrente de cota parte da compensação financeira de recursos hídricos, da hidrelétrica da Foz do Chapecó Energia, da Usina hidrelétrica de Monjolinho e da hidrelétrica de Itá, de 2012.

- Monitoramento das receitas de transferência corrente de outras transferências e deduções, de 2012.
- Monitoramento de outras receitas correntes, de 2012.
- Monitoramento de receitas de capital, tais como operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferência de capital e demais receitas de capital, de 2012.

Em termos metodológicos, optou-se por uma análise da variação dos dados de 2012 (período do Relatório T2) para 2011, (período do Relatório T1) e deste para o período do Relatório T0 (setembro até dezembro de 2010 e todo o ano integral de 2010), uma vez que se trata de uma avaliação e relacionamento de dados entre os diferentes períodos da implantação e da geração de energia (fase inicial e continuidade da operação) pela hidrelétrica Foz do Chapecó. Desta forma, em todas as tabelas com as informações sobre as receitas municipais se efetivou uma demonstração dos percentuais de setembro a dezembro de 2010 (inclusive o ano integral), todo o período de 2011 e todo o ano de 2012 (Relatório T2).

Para eliminar um número excessivo de tabelas que poderia dificultar a análise dos dados sobre as receitas municipais, efetivou-se um agrupamento em função da similaridade das mesmas, conforme demonstrado no item 2.4 (Das fontes de dados e conceitos das receitas municipais). Ressalta-se que são 13 agrupamentos que englobam todas as variáveis listadas neste item 2.3.1, inclusive, com o isolamento de variáveis de receitas relacionados diretamente ao empreendimento da UHE Foz do Chapecó, conforme segue:

- Receita Tributária: ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- Transferências Correntes: Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos.

Destaca-se que estas duas receitas possuem relação direta com a implantação (ISSQN) e a operação (Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos) da UHE Foz do Chapecó. A partir do período do Relatório T2 (2012) infere-se que o ISSQN tenha estabilizado, sendo que no Relatório T3, efetivar-se-á uma avaliação da necessidade desta apresentação e análise individualizada. Igualmente se efetivou um relacionamento para a verificação da proporcionalidade entre as seguintes receitas:

- Variação da proporcionalidade entre a Receita total municipal e a Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos, para os anos de 2011 e 2012 (período dos Relatórios T1 e T2).

#### 2.3.1.1 Processo metodológico do monitoramento dos dados de receitas municipais

- Dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; Dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Rio

Grande do Sul e de Santa Catarina; Dados no Ministério da Fazenda e do Tesouro Nacional; entre outras.

- Entrevistas com gestores públicos municipais
- Periodicidade do levantamento: anual
- Periodicidade da análise dos dados: anual
- Representação: os dados são estratificados em tabelas com os estratos dos dados por município e análises textuais - relatório.

#### 2.3.1.1.1 Período

Janeiro até dezembro de 2012.

### 2.3.2 Variáveis dos dados de serviços de Saúde por município

Todas as variáveis relacionadas aos serviços de saúde, por município, abrangem a temporalidade integral de 2012, ou seja, de janeiro até dezembro, sendo que a disposição das mesmas pode ser visualizada na sequência:

- Atendimentos totais pela rede pública estadual, de 2012.
- Atendimento ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas, de 2012.
- Atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista, de 2012.
- Atendimento de emergência total, de 2012.
- Programas municipais de saúde com idosos, de 2012.
- Programas municipais de promoção da saúde da população municipal, de 2012.
- Investimentos totais na saúde municipal, em 2012.
- Investimentos municipais em serviços de saúde por programa, por município, em 2012.
- Investimentos per capita em serviços de saúde municipal, em 2012.
- Existência de atendimento do SAMU no município, em 2012.

Nas análises quando da apresentação de tabelas, apresentaram-se dados dos Relatórios anteriores (T1 e T0) para a realização de um comparativo entre os dados, embora esta análise efetivar-se-á no Relatório final consolidado (em abril de 2015).

#### 2.3.2.1 Processo metodológico do monitoramento dos dados de Saúde municipal

- Dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Contas de Santa Catarina; Ministério da Saúde e Dados de Saúde Municipal das Secretarias Estaduais.
- Entrevistas com Secretários municipais de saúde
- Periodicidade do levantamento: anual
- Periodicidade da análise dos dados: anual

- Representação: os dados serão estratificados em tabelas com os estratos dos dados por município e análises textuais - relatório.

#### 2.3.2.1.1 Período

Janeiro até dezembro de 2012.

### 2.3.3 Variáveis dos dados de serviços de Educação e atendimento escolar

Todas as variáveis relacionadas aos serviços de educação e atendimento escolar, por município, abrangem a temporalidade integral de 2012, ou seja, de janeiro até dezembro, sendo que a disposição das mesmas pode ser visualizada na sequência:

- Dados populacionais com a variação censitária e estimativa do IBGE, de 2012 e as respectivas taxas de analfabetismo.
- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Educação (IDHM\_E) (estes dados estão disponíveis apenas para 2003 no T0).
- Caracterização e evolução do número de escolas públicas e privadas, por município (rural e urbana), inclusive com sua caracterização (número de salas), para ensino fundamental, de 2012.
- Caracterização e evolução do número de escolas públicas e privadas, por município (rural e urbana), inclusive com sua caracterização (número de salas), para ensino médio, de 2012.
- Caracterização e evolução do número de escolas públicas e privadas, por município, inclusive com a sua caracterização, para o ensino superior, de 2012.
- Existência de infraestrutura para Educação a Distância em diferentes níveis, por município, de 2012.
- Caracterização do número de escolas com ensino para pessoas com deficiência.
- Caracterização do número de escolas para ensino indígena.
- Presença de Educação de Jovens e Adultos - EJA.
- Caracterização das escolas de educação técnica e formação profissional.
- Caracterização da evolução das matrículas escolares, (rural, urbana e total) por município, relacionada ao percentual de pessoas na idade escolar, de 2012.
- Demonstração das matrículas da rede estadual, por modalidade e turno, rural, urbana e total, por município, de 2012.
- Demonstração das matrículas da rede municipal, por modalidade e turno, rural, urbana e total, por município, de 2012.
- Condições de atendimento (média de aluno por turma), rural e urbana por município, da rede estadual, de 2012.
- Condições de atendimento (média de aluno por turma), rural e urbana, por município, da rede municipal, de 2012.



- Análise das despesas públicas totais municipais em educação (cálculo dos investimentos per capita), de 2012 e comparação com 2011 (Relatório T1).
- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, da rede pública, por município (estes dados não são disponibilizados para 2012, pois são bi-anual).
- Distribuição das escolas técnicas profissionalizantes.
- Caracterização do ensino de graduação regional.
- Caracterização do ensino de pós-graduação regional.
- Entrevistas com gestores públicos municipais sobre caracterização da Educação básica, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos – EJA.

#### 2.3.3.1 Processo metodológico do monitoramento dos dados de Educação e atendimento escolar

- Fonte de coleta de dados: Dados da Educação Municipal, do MEC através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP; Dados de metas do IDED dos Indicadores Demográficos Educacionais de 2021 – MEC; Dados de Educação Municipal das Secretarias Estaduais; Dados do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e Dados do IBGE (dados secundários) e informações qualitativas das Secretarias Municipais de Educação
- Entrevistas com secretários municipais de educação
- Periodicidade do levantamento: anual
- Periodicidade da análise dos dados: anual
- Representação: os dados serão estratificados em tabelas com os estratos dos dados por município e análises textuais - relatório.

##### 2.3.3.1.1 Período

Janeiro até dezembro de 2012.

## 2.4 DAS FONTES DE DADOS E CONCEITOS DAS RECEITAS MUNICIPAIS

Na apresentação dos dados de receitas municipais neste relatório, utilizou-se como método, a disposição dos “grandes grupos de contas públicas” utilizadas pelo Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE – RS) e Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE – SC), permitindo um padrão de análise e acompanhamento histórico (monitoramento) da evolução das contas. Estes agrupamentos contemplam todas as variáveis previstas no cronograma executivo previsto no Contrato FCE 916/2012.

Apresenta-se a seguir os grupos que serão analisados, bem como suas bases conceituais, facilitando o entendimento da composição das contas públicas. Optou-se por destacar às contas “Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza” e “Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos”, nos seus respectivos grupos, pois, se

entende que o empreendimento exerceu influência direta e indireta nestas arrecadações. Destaca-se, também, o relacionamento de receitas (receita total com a Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos, para a aferição da proporcionalidade de uma receita sobre a outra).

Entretanto, a decisão por ressaltar estas duas contas mais a proporcionalidade, foi arbitrária, apenas para exemplificar, pois outras contas, também recebem influências nas suas arrecadações. No relatório T3 (2013), T4 (2014) e Relatório final consolidado, efetivar-se-á um comparativo com os relatórios anteriores (T0, T1 e T2) para a aferição da continuidade desta análise individualizada.

Como fonte oficial para a definição dos conceitos em seguida apresentados, utilizou-se o Ato Portaria nº. 350 de 18 de Junho de 2010, da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF, 2010).

1. Receita Total: representa o somatório de todas as receitas públicas municipais.
2. Receita Tributária: são os ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. É receita privativa das entidades investidas do poder de tributar: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
  - a) ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza: registra o valor total da arrecadação de imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos municípios. Tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes em lista própria.
3. Receitas de Contribuições: registra o valor total da arrecadação com contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, sendo de competência da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições. É arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas e possui como limite total a despesa realizada.
4. Receita Patrimonial: registra o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária.
5. Receita Agropecuária: registra o valor total da arrecadação da receita de produção vegetal, animal e derivados e outros. Receitas decorrentes das seguintes atividades ou explorações agropecuárias: (i) agricultura (cultivo do solo), inclusive hortaliças e flores; (ii) pecuária (criação, recriação ou engorda de gado e de animais de pequeno porte); (iii) atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos (excetuam-se as usinas de açúcar, fábricas de polpa, de madeira, serrarias e unidades industriais com produção licenciada, que são classificadas como industriais).

6. Receitas de Serviços: registra o valor total da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como: atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de metrologia, agropecuários e outros.
7. Transferências Correntes: registra o valor dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços (transferências inter-governamentais, transferências da União, transferências do exterior, transferências de Pessoas e transferências de convênios).
  - a) Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos: registra o valor da arrecadação da receita da cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica. As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida em título de compensação financeira. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão:  $CF = 6,75\% \times \text{energia gerada no mês} \times \text{Tarifa Atualizada de Referência} - TAR$ . A TAR é definida anualmente por meio de Resolução homologatória da ANEEL (2013).
  - b) Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos relacionada à receita total, para a verificação da proporcionalidade no conjunto de receitas.
8. Outras Receitas Correntes: registra o valor total da arrecadação de outras receitas correntes tais como multas, juros, restituições, indenizações, receita da dívida ativa, aplicações financeiras e outras.
9. Operações de Crédito: registra o valor total da receita decorrente da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto às entidades estatais ou particulares, internas ou externas.
10. Alienação de Bens: registra o valor total da receita decorrente da alienação de bens móveis e imóveis.
11. Amortização de Empréstimos: registra o valor total da receita relativa à amortização de empréstimos concedidos em títulos e contratos.
12. Transferência de Capital: registra o valor total das transferências de capital para outra esfera de governo (inter-governamentais), instituições privadas, exterior ou pessoas, tendo por finalidade concorrer para a formação de um bem de capital, estando vinculadas à constituição ou aquisição do mesmo.
13. Receita Intra-orçamentária Corrente: registra as receitas correntes de órgãos, autarquias, fundações, empresas dependentes e de outras entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, autarquia, fundação, empresa dependente ou de outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Finalmente, efetivaram-se as aferições de atipicidades de receitas, a partir de entrevistas com gestores públicos municipais de Itatiba do Sul (RS), Águas de Chapecó e

de Chapecó, ambos localizados no estado de Santa Catarina e gestor da Foz do Chapecó Energia S.A.

## 2.5 DAS FONTES DE DADOS E CONCEITOS DOS DADOS DE SAÚDE

Na apresentação das despesas com serviços de saúde dos municípios pesquisados, de 2012, levou-se em consideração o disposto no artigo 77, III c/c § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), onde os Municípios devem aplicar, no mínimo, 15% da receita proveniente de impostos, compreendida e proveniente das transferências constitucionais, nas ações e serviços públicos de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Desta forma, a disposição das informações sobre saúde municipal está separada por município, o que dificulta uma comparação ou avaliação entre eles, salvo os dados globais de despesas, que permitem uma análise comparativa. Os dados foram preferencialmente extraídos de fontes secundárias, conforme disposto no item 2.3.2.1, deste Relatório T2 e complementadas com informações através de entrevistas.

Para a pesquisa dos dados, as fontes utilizadas foram os Tribunais de Contas dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, além de outras fontes já citadas, destacando que não há uma padronização de contas ou de programas nos gastos da saúde, uma vez que cada município institui seus programas específicos, estabelece nomes próprios e destina os recursos conforme seus próprios planejamentos. No caso dos municípios do estado de Santa Catarina, até que existe certa padronização nas nomenclaturas, entretanto, os programas internos instituídos podem ser diferentes. Desta forma, a disposição das informações está separada por município, o que dificulta uma comparação ou avaliação entre os mesmos.

A disposição sequencial da tabelas com dados foi centrada em despesas totais com saúde e dos programas de investimento da saúde, por município, conforme segue: Alpestre, Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Erval Grande e Itatiba do Sul, no Rio Grande do Sul e Itá, Paial, Chapecó, Guatambu, Caxambu do Sul e Águas de Chapecó, em Santa Catarina.

Em termos metodológicos deve-se salientar que cada município adota programas diferenciados em suas políticas públicas vinculadas à saúde municipal e existe a falta de padrão, na disponibilização dos dados estatísticos, por isso a análise será efetivada individualmente, por município. Ressalta-se que, em conformidade com o Contrato FCE – 0916/2012, que prevê um Relatório final consolidado, para abril de 2015, as Tabelas de dados com despesas de saúde já consideram a “evolução temporal” dos períodos dos Relatórios T0 e T1, embora não sejam efetivamente exploradas na análise (esta evolução detalhada será feita no Relatório final consolidado).

Os dados foram acessados com base no Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (período integral de 2012). Também, se efetivou uma análise per capita das despesas em saúde relacionada ao tamanho populacional, de 2012, com base nas fontes supracitadas e na estimativa do IBGE (2012), para cada município e as informações atípicas foram complementadas com entrevistas com os gestores públicos municipais. Estes dados foram complementados por informações in loco, dos seguintes municípios:

- Secretaria Municipal de Saúde de Alpestre e de Itatiba do Sul (RS).
- Secretaria Municipal de Educação de Paial e de Águas de Chapecó (SC).

## 2.6 DAS FONTES DE DADOS E CONCEITOS DOS DADOS DE EDUCAÇÃO

As fontes de dados sobre educação e atendimento escolar, de 2012, foram efetivadas com base em dados disponíveis dos doze municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó. Ressalta-se que o lançamento destas bases de dados é efetuado “anualmente” pelos gestores públicos municipais, com base na realidade escolar municipal, que normalmente possui a dinâmica dos dados centrados em um único período anual: março – início do ano escolar ou letivo, que possui 200 dias para a Educação básica, neste caso para o ano de 2012 (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Além da base de dados de educação, salienta-se que este relatório se utiliza de informações de dados censitários estaduais e municipais, do IBGE, de 2012. Estas informações são vinculadas à base de dados sobre educação, disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação e Cultura (2012).

A evolução dos sistemas de ensino público estadual, municipal e particular, deu-se com base no censo escolar disponível, de 2012, por município, disponível em base de dados sobre educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação e Cultura (2012). Neste caso, consideraram-se três variáveis principais:

- a) Evolução da educação infantil da rede pública (estadual e municipal) e privada - urbana e rural.
- b) Evolução do ensino fundamental da rede pública (estadual e municipal) e privada - urbana e rural.
- c) Evolução do ensino médio da rede pública (estadual e municipal) e privada - urbana e rural.

Existem outras modalidades de ensino básico, normalmente gerida por Órgão público, tanto estadual quanto municipal, instituída nos doze municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó. As fontes de pesquisas foram os dados sobre educação, no

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação e Cultura (2012) e posteriormente analisadas neste relatório, sendo que foram as seguintes:

- a) Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- b) Educação destinada para as Pessoas com deficiências.
- c) Educação indígena (presença de Terra Indígena na região – Rio dos Índios, Nonoai, Faxinalzinho, Paial e Chapecó).

Efetivou-se uma pesquisa sobre as demais modalidades de educação do sistema de ensino básico, tais como: a Educação de Jovens e Adultos (EJA); a Educação Especial e a Educação Indígena. Também se caracterizou a evolução do número de salas de aula, através da gestão estadual e municipal, bem como a evolução do número de matrículas do ensino básico municipal (PORTAL DO INEP, 2012).

Especificamente no caso da Educação de Jovens e Adultos, por haver uma drástica redução nas matrículas escolares entre o período do Relatório T1 e T2 e a convergência de dados entre a Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul e o Portal do INEP, ambos de 2012, efetivou-se uma pesquisa *in loco* ou primária com técnicos de duas secretarias municipais. As secretarias se localizam em município do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, para aferição dos objetivos desta anormalidade, sendo que disponibilizaram informações qualitativas, através de entrevistas, conforme segue:

- Secretaria Municipal de Educação de Nonoai (RS).
- Secretaria Municipal de Educação de Águas de Chapecó (SC)

Quanto ao número de matrículas por modalidade de ensino, por município, de alunos de Pré-escola, Anos Iniciais e Finais do Ensino fundamental e Ensino médio, foram analisadas por modalidade presencial e regular. Os dados foram extraídos do INEP (2012), dos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó (MEC, 2012). As matrículas estão distribuídas com a seguinte configuração, considerando a idade dos frequentantes de cada modalidade de ensino:

- Educação infantil: até 5 anos de idade.
- Ensino fundamental regular: de 1ª até a 8ª série: de 6 até 14 anos.
- Ensino médio regular: de 15 até 17 anos (ou mais caso exista atraso escolar).

Outro tema de interesse na área de educação e atendimento escolar diz respeito à média de alunos por turma nas diferentes modalidades ou fases de ensino, ou seja, na Educação infantil, Ensino fundamental e Ensino médio, conforme os indicadores do INEP (2012), do Ministério da Educação e Cultura (2012).

Um indicador relevante diz respeito às taxas de rendimento escolar que demonstram os níveis de aprovação e reprovação nas modalidades de Ensino fundamental e médio, geridas pelo estado ou pelos municípios. Para o período do

Relatório T2 ainda não estão disponíveis no Portal do INEP (final de maio de 2013 – período de entrega do Relatório T2).

Outro tema de interesse é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), para medir a qualidade de cada escola e da rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática e em taxas de aprovação, por município, no âmbito nacional e seu cálculo é bi-anual (tanto para o IDEB calculado quanto para a meta individual estipulada pelo MEC para cada município). Neste sentido, o ano de 2012, não apresentou medida de IDEB, pois, foi aferido em 2011 e a nova coleta de dados será em 2013 (Relatório T3) (INEP, 2013).

Quanto aos dados de investimentos em educação básica, as fontes utilizadas foram os Tribunais de Contas dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, destacando que não há uma padronização de contas ou de programas nos gastos da educação, pois, cada município institui seus programas, estabelece nomes específicos e destina os recursos conforme seus próprios planejamentos. Assim sendo, as disposições das despesas gerais estão separadas por município, que permite uma análise comparativa entre eles, sendo que igual condição é aplicada às despesas per capita (neste caso por estudante).

Na Educação técnica ou profissional e superior foram demonstradas as modalidades presenciais e de educação a distância (neste caso apenas para a superior), bem como as respectivas instituições que atuam na região. No caso da presencial, demonstrou-se o número de cursos por Instituição, enquanto que nas Instituições a distância, apenas o nome da mesma.

No caso dos cursos de pós-graduação em nível de *lato sensu*, tanto presencial quanto a distância foram apresentadas neste Relatório T2, apenas a quantidade de curso por Instituição, pois, não existem dados oficiais sobre frequência escolar nesta modalidade de ensino, que é gerida pelas próprias instituições de ensino. Outro condicionante é que estes cursos são de formação rápida, máximo de 24 meses e mais comum nas Instituições de ensino privadas. Quanto à pós-graduação, se efetivou uma relação da dinâmica dos cursos de *stricto sensu* disponíveis na região, tanto em nível de mestrado quanto de doutorado.

Finalmente, ressalta-se quanto aos indicadores e variáveis de educação e atendimento escolar, que não existe uma padronização integral de dados estatísticos entre as diferentes temporalidades, o que não permite um monitoramento adequado de determinada variável, entre o intervalo do Relatório T2 (2012) em relação ao Relatório T1 (setembro de 2010 até dezembro de 2011) e Relatório T0 (de 2007 até setembro de 2010). Entretanto, em todas as situações que são possíveis manter os padrões de coleta, manipulações e análises de dados estatísticos, se utiliza deste procedimento padronizado, em todas as rotinas.

### 3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS DE RECEITAS MUNICIPAIS

A análise dos dados das receitas municipais contempla os treze grandes grupos e três subgrupos, previamente definidos no processo metodológico que abrange todos os itens de receita previstos no escopo da proposta técnica (contrato FCE 916/2012). Estes grandes grupos serão apresentados e analisados separadamente, em forma sequencial, de janeiro até dezembro de 2012 (fase de operação do empreendimento da UHE Foz do Chapecó) e compatível com o período do Relatório T2.

Na apresentação dos dados seguiu-se a disposição dos grandes grupos de contas públicas utilizadas pelo TCE - RS e TCE - SC, em conformidade com o Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional (2012), criando, desta forma, um padrão de análise e acompanhamento histórico da evolução das respectivas contas. Quanto ao conceito das contas, utiliza-se o mesmo apresentado no relatório T0 e T1, de janeiro de 2007 até agosto de 2010 e de setembro de 2010 até dezembro de 2011.

##### 3.1.1 Receita Total

A receita total municipal representa o somatório de todas as receitas públicas municipais em determinado período, neste caso, de janeiro até dezembro de 2012, para todas as tabelas. Entretanto, para o acompanhamento da variação das receitas, a Tabela 01, apresenta um comparativo com 2011 (Relatório T1), relacionado ao mesmo período de 2010 (Relatório T0 – neste caso, também para o período de geração de energia – de setembro até dezembro de 2010).

**Tabela 01: RECEITA TOTAL DOS MUNICÍPIOS – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	5.215.423,50	-12,74%	17.138.679,76	-4,42%	18.355.607,20	7,10%	19.695.251,07	7,30%
Erval Grande	3.398.390,38	20,50%	9.977.295,64	17,92%	10.524.894,52	5,49%	11.761.194,94	11,75%
Faxinalzinho	1.780.103,04	-18,64%	6.736.762,45	2,63%	8.299.947,35	23,20%	8.300.268,73	0,00%
Itatiba do Sul	3.875.193,22	30,48%	10.632.600,36	19,33%	13.047.314,62	22,71%	14.127.140,67	8,28%
Nonoai	7.257.293,02	24,09%	20.639.837,10	17,64%	24.401.917,86	18,23%	30.573.303,52	25,29%
Rio dos Índios	3.317.996,98	11,32%	9.494.247,21	6,18%	11.882.447,35	25,15%	13.274.806,08	11,72%
<b>Total RS</b>	<b>24.844.400,14</b>	<b>9,04%</b>	<b>74.619.422,52</b>	<b>9,17%</b>	<b>86.512.128,90</b>	<b>15,94%</b>	<b>97.731.965,01</b>	<b>12,97%</b>
Águas de Chapecó	4.408.200,25	13,62%	12.323.719,46	5,88%	13.538.734,59	9,86%	12.853.801,17	-5,06%
Caxambu do Sul	3.652.403,38	10,76%	10.243.952,57	3,55%	13.366.292,94	30,48%	13.926.112,13	4,19%
Chapecó	116.491.047,07	16,99%	328.591.838,44	10,00%	412.133.200,00	25,42%	458.167.929,65	11,17%
Guatambu	4.055.038,79	19,77%	11.222.139,41	10,48%	13.559.931,65	20,83%	14.229.542,43	4,94%
Itá	11.689.448,74	73,30%	29.574.082,10	46,15%	33.533.352,81	13,39%	28.580.498,07	-14,77%
Paial	3.337.327,08	49,36%	7.395.967,63	10,34%	8.486.696,40	14,75%	8.787.241,67	3,54%
<b>Total SC</b>	<b>143.633.465,31</b>	<b>20,58%</b>	<b>399.351.699,61</b>	<b>11,75%</b>	<b>494.618.208,39</b>	<b>23,86%</b>	<b>536.545.125,12</b>	<b>8,48%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>168.477.865,45</b>	<b>18,73%</b>	<b>473.971.122,13</b>	<b>11,34%</b>	<b>581.130.337,29</b>	<b>22,61%</b>	<b>634.277.090,13</b>	<b>9,15%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012<sup>1</sup>.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

<sup>1</sup> As fontes de dados para a demonstração das Receitas municipais não serão citadas no texto ou análise, entretanto, ressalta-se que são evidentes nos Procedimentos Metodológicos (item 2.3.3.1) e na parte inferior de cada Tabela, em forma de Fonte.



No comparativo entre variação de receitas totais municipais 2012, a Tabela demonstra uma variação positiva em Nonoai (RS), com 25,29%; em Erval Grande (RS), com 11,75% e em Rio dos Índios (RS), com 11,72%. Na comparação com 2011, às variações foram mais moderadas, nos municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, inclusive em Faxinalzinho, foi nula. Nos municípios localizados no estado de Santa Catarina a maior variação foi de Chapecó e atingiu 11,17%, seguido de Guatambu, com 4,19%. Os municípios de Itá, com -14,77% e Águas de Chapecó, com -5,06% tiveram variação negativa, no ano de 2012.

No comparativo das receitas totais entre o ano de 2012, com o ano de 2011, observa-se que em todos os municípios houve uma variação positiva, exceto em Itá (SC) e Águas de Chapecó (SC). De forma específica, e apenas para fins de comparativo, no caso dos municípios catarinenses, a receita total de Chapecó, representa em torno de 85,40% das receitas dos demais municípios (percentual maior ao verificado no Relatório T1 de 2011, que era de 81%). No âmbito da evolução geral de todas as receitas municipais, observa-se que houve uma variação positiva da seguinte forma: nos municípios do Rio Grande do Sul, de 12,97% e de Santa Catarina de 8,48%.

### **3.1.2 Receita Tributária**

A receita tributária é representada pelos ingressos provenientes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria, sendo privativa das entidades investidas do poder de tributar, como o município. Este monitoramento da receita tributária apresenta a o total municipal e a respectiva variação de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0, inclusive no período inicial de geração de energia – setembro até dezembro) conforme demonstra a Tabela 02.

No comparativo da receita tributária, entre janeiro e dezembro de 2012, com o mesmo período de 2011, houve uma variação negativa geral para os municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, de -12,55%, com destaque para Alpestre, com -42,64% e Faxinalzinho, com -28,54% (ambos já tinham apresentado uma variação negativa no Relatório T1, portanto, em 2011). Dos municípios localizados no Rio Grande do Sul, alguns apresentaram variação de receita tributária positiva, entretanto, representa uma recuperação da perda do ano anterior (Ervál Grande, Itatiba do Sul e Rio dos Índios) e apenas Nonoai teve acréscimo de receita tributária (16,54%).

Entre os municípios no entorno da UHE Foz do Chapecó, de Santa Catarina, houve variação positiva de receita tributária em Guatambu, com 25,63%, Chapecó, com 15,13%, Itá, com 12,54% e Caxambu do Sul, com 11,46% (embora esta variação seja menor que a variação apresentada no ano anterior – 2011 – Relatório T1).

No município de Águas de Chapecó houve uma variação de receita tributária de -77,21%, sendo que a mesma também foi negativa no intervalo dos Relatórios T1 e T0

(após a fase de produção de energia elétrica) e em Paial, de -16,55%. Esta variação (histórica) negativa de Águas de Chapecó (SC) se deu em função da finalização da obra de engenharia da usina hidrelétrica Foz do Chapecó, uma vez que as demais receitas tributárias continuam com variações normais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, 2013a). Infere-se que a mesma seja válida para Alpestre (RS), com expressiva variação negativa, na temporalidade desta análise.

**Tabela 02: RECEITAS TRIBUTÁRIAS DOS MUNICÍPIOS – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	669.653,00	-55,75%	3.763.339,21	-17,11%	2.584.730,59	-31,32%	1.482.692,42	-42,64%
Erval Grande	114.032,62	-7,90%	465.597,50	25,35%	339.375,55	-27,11%	417.469,41	23,01%
Faxinalzinho	95.203,23	-57,23%	454.342,39	-31,96%	393.727,95	-13,34%	281.355,38	-28,54%
Itatiba do Sul	94.961,88	-18,21%	438.754,77	25,96%	393.727,95	-10,26%	480.748,92	22,10%
Nonoai	442.674,43	-39,39%	1.690.377,71	-22,85%	1.758.461,11	4,03%	2.049.266,73	16,54%
Rio dos Índios	78.301,54	-9,76%	331.808,95	27,46%	152.760,17	-53,96%	207.500,44	35,83%
<b>Total RS</b>	<b>1.494.826,70</b>	<b>-46,48%</b>	<b>7.144.220,53</b>	<b>-14,74%</b>	<b>5.622.783,32</b>	<b>-21,30%</b>	<b>4.919.033,30</b>	<b>-12,52%</b>
Águas de Chapecó	638.435,59	-27,31%	2.027.420,22	-23,06%	1.998.111,49	-1,45%	455.305,61	-77,21%
Caxambu do Sul	210.008,49	5,32%	636.389,36	6,39%	544.931,40	-14,37%	607.397,72	11,46%
Chapecó	19.183.533,88	13,48%	58.863.094,93	16,07%	73.139.292,11	24,25%	84.207.785,56	15,13%
Guatambu	203.571,02	48,02%	616.881,89	49,51%	624.293,92	1,20%	784.310,53	25,63%
Itá	452.667,85	10,60%	1.371.720,75	11,72%	1.572.823,28	14,66%	1.770.070,54	12,54%
Paial	173.500,86	77,93%	525.760,18	79,73%	358.559,63	-31,80%	299.234,53	-16,55%
<b>Total SC</b>	<b>20.861.717,69</b>	<b>12,00%</b>	<b>64.041.267,33</b>	<b>14,60%</b>	<b>78.238.011,83</b>	<b>22,17%</b>	<b>88.124.104,49</b>	<b>12,64%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.356.544,39</b>	<b>4,37%</b>	<b>71.185.487,86</b>	<b>10,78%</b>	<b>83.860.795,15</b>	<b>17,81%</b>	<b>93.043.137,79</b>	<b>10,95%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

A variação geral deste período, para todos os municípios do Rio Grande do Sul, foi de -12,52% e neste mesmo intervalo, os municípios do estado de Santa Catarina tiveram variação de 12,64%. Em termos específicos entre os municípios de Santa Catarina, Chapecó concentra 95,55% das receitas tributárias, em relação aos cinco demais, no entorno da UHE Foz do Chapecó.

### 3.1.2.1 Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, considera o valor total da arrecadação de imposto sobre serviços de qualquer natureza de competência dos municípios, sendo que tem como fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo ou liberal, com ou sem estabelecimento fixo, de serviços constantes em lista própria. Em termos metodológicos, pela importância que representa para os municípios, foi desmembrado do conjunto dos demais impostos que compõem as receitas, neste caso da tributária.

Este monitoramento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza apresenta o total municipal e a respectiva variação de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e

2010 (parte do Relatório T0, inclusive no período inicial de geração de energia – setembro até dezembro), conforme demonstra a Tabela 03.

**Tabela 03: ISSQN DOS MUNICÍPIOS – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	508.748,08	-62,45%	3.266.661,26	-19,63%	2.044.262,16	-37,42%	847.241,00	-58,56%
Erval Grande	61.821,34	79,85%	228.203,91	121,30%	66.839,15	-70,71%	128.378,30	92,07%
Faxinalzinho	62.446,06	-66,51%	332.711,07	-40,52%	87.410,77	-73,73%	112.466,80	28,66%
Itatiba do Sul	33.054,94	76,61%	140.047,10	149,42%	61.243,57	-56,27%	61.003,17	-0,39%
Nonoai	202.514,23	-56,15%	797.349,41	-42,45%	753.420,37	-5,51%	826.791,98	9,74%
Rio dos Índios	35.512,70	25,61%	215.963,27	154,62%	43.150,66	-80,02%	56.339,49	30,56%
<b>Total RS</b>	<b>904.097,35</b>	<b>-56,63%</b>	<b>4.980.936,02</b>	<b>-20,35%</b>	<b>3.056.326,68</b>	<b>-38,64%</b>	<b>2.032.220,74</b>	<b>-33,51%</b>
Águas de Chapecó	830.667,93	6,35%	1.699.282,34	-27,48%	1.479.901,27	-12,91%	193.069,09	-86,95%
Caxambu do Sul	130.012,18	60,53%	306.670,55	26,22%	165.712,26	-45,96%	142.635,24	-13,93%
Chapecó	9.335.723,64	35,59%	24.942.549,79	20,75%	31.749.107,71	27,29%	38.385.196,19	20,90%
Guatambu	142.954,10	74,31%	397.983,72	61,76%	413.387,49	3,87%	505.004,41	22,16%
Itá	243.046,96	4,70%	790.207,78	13,47%	927.192,52	17,34%	959.108,08	3,44%
Paial	110.760,88	131,82%	391.707,57	173,28%	183.195,76	-53,23%	86.120,05	-52,99%
<b>Total SC</b>	<b>10.793.165,69</b>	<b>33,09%</b>	<b>28.528.401,75</b>	<b>17,26%</b>	<b>34.918.497,01</b>	<b>22,40%</b>	<b>40.271.133,06</b>	<b>15,33%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>11.697.263,04</b>	<b>14,75%</b>	<b>33.509.337,77</b>	<b>9,57%</b>	<b>37.974.823,69</b>	<b>13,33%</b>	<b>42.303.353,80</b>	<b>11,40%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

A análise do ISSQN dos municípios do estado do Rio Grande do Sul demonstra que apenas Erval Grande, teve variação positiva de 92,07% e Nonoai, com variação de 9,74%, tiveram variações maiores que as negativas do período do Relatório T1 (2011). Nos demais municípios (Rio dos Índios e Faxinalzinho), com variação positiva, houve a compensação das perdas expressivas do período de 2011. Entretanto, destaca-se a expressiva variação negativa de Alpestre, em que 2012, foi de -58,56% (impacto da finalização da obra de engenharia da UHE Foz do Chapecó) e Itatiba do Sul, com -0,39%. No âmbito geral a variação de ISSQN dos seis municípios localizados no Rio Grande do Sul, foi de -33,51%.

No caso de municípios localizados no estado de Santa Catarina, Chapecó apresentou variação de 20,90% e apresenta autonomia em relação a esta modalidade de receita, uma vez que tem sua base econômica amplamente centrada em atividades de serviços, conjuntamente no segmento industrial, embora este último não incida diretamente sobre o ISSQN. Também apresentou variação positiva, Guatambu, com 22,16% e Itá, com 3,44%. Os demais municípios apresentaram variação de ISSQN negativa, com destaque para Águas de Chapecó, com -86,95% e Paial, com -52,99%.

Em pesquisa *in loco*, verificou-se que a variação negativa (a partir de 2010) de Águas de Chapecó (SC) se deu em função da finalização da obra de engenharia da UHE Foz do Chapecó, uma vez que as demais receitas tributárias que compõem o ISSQN, no município, continuam com variações normais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE

CHAPECÓ, 2013a). No conjunto dos seis municípios catarinenses, em 2012, a variação de ISSQN foi de 15,33%, sendo que Chapecó (SC) concentra 95,31% destas receitas.

### 3.1.3 Receitas de Contribuições

As Receitas de Contribuições registram o valor total da arrecadação com contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, sendo também de competência dos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições. É arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas e possui como limite total a despesa realizada. A Tabela 04 demonstra a respectiva variação de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0, inclusive no período inicial de geração de energia – setembro até dezembro).

**Tabela 04: RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	595.417,19	143,52%	809.162,82	10,31%	351.756,74	-56,53%	430.996,89	22,53%
Erval Grande	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Faxinalzinho	4.829,98	-39,58%	15.084,61	-37,10%	16.212,45	7,48%	20.239,15	24,84%
Itatiba do Sul	108.625,57	74,27%	230.533,31	23,28%	273.298,27	18,55%	329.326,08	20,50%
Nonoai	274.413,11	20,44%	1.083.338,31	58,49%	788.841,78	-27,18%	1.014.615,92	28,62%
Rio dos Índios	122.640,76	47,59%	284.111,68	13,97%	308.672,07	8,64%	393.311,72	27,42%
<b>Total RS</b>	<b>1.105.926,61</b>	<b>76,73%</b>	<b>2.422.230,73</b>	<b>29,03%</b>	<b>1.738.781,31</b>	<b>-28,22%</b>	<b>2.188.489,76</b>	<b>25,86%</b>
Águas de Chapecó	2.827,91	-93,53%	71.528,09	-45,49%	6.652,02	-90,70%	2.185,99	-67,14%
Caxambu do Sul	25.144,53	/	38.826,36	/	83.208,64	114,31%	86.965,11	4,51%
Chapecó	4.673.955,18	11,15%	14.163.500,55	12,27%	26.113.730,23	84,37%	31.763.432,07	21,63%
Guatambu	6.104,96	-54,79%	27.266,26	-32,69%	46.702,95	71,28%	46.867,65	0,35%
Itá	166.333,09	40,50%	390.018,14	9,82%	792.033,19	103,08%	401.144,07	-49,35%
Paial	5.563,28	171,32%	7.638,21	24,17%	19.243,09	151,93%	14.255,54	-25,92%
<b>Total SC</b>	<b>4.879.928,95</b>	<b>11,34%</b>	<b>14.698.777,61</b>	<b>11,79%</b>	<b>27.061.570,12</b>	<b>84,11%</b>	<b>32.314.850,43</b>	<b>19,41%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.985.855,56</b>	<b>19,51%</b>	<b>17.121.008,34</b>	<b>13,94%</b>	<b>28.800.351,43</b>	<b>68,22%</b>	<b>34.503.340,19</b>	<b>19,80%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

As receitas de contribuições tiveram uma variação positiva nos seis municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, com destaque para Itatiba do Sul, com 20,50%, considerando o acréscimo do período de 2011, e a variação geral destes municípios foi de 25,86%. Os maiores percentuais individuais, de 2012, foram de Nonoai, com 28,62% e de Rio dos Índios, com 27,42%.

No caso dos seis municípios de Santa Catarina, por um lado, houve variações negativas, inclusive no contexto temporal (desde setembro de 2010) em Águas de Chapecó que atingiu -67,14%, em 2012 (embora os valores absolutos fossem pequenos). Esta condição também atingiu os municípios de Itá, com -49,35% e Paial, com -25,92%. Por outro lado, Chapecó teve uma variação positiva de 21,63% e no contexto geral dos municípios de Santa Catarina, esta receita de contribuição representa

98,29% sobre os demais municípios. Embora a variação de receitas de contribuição fosse expressiva, a variação final dos municípios de Santa Catarina, em 2012, foi de 19,41%.

### 3.1.4 Receita Patrimonial

As receitas patrimoniais representam o valor total da arrecadação da receita patrimonial referente ao resultado financeiro da fruição do patrimônio, seja decorrente de bens imobiliários ou mobiliários, seja de participação societária. Este monitoramento da receita patrimonial apresenta o total municipal e a respectiva variação de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0, inclusive no período inicial de geração de energia – setembro até dezembro), conforme demonstra a Tabela 05.

**Tabela 05: RECEITA PATRIMONIAL - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	468.442,84	58,23%	1.198.208,07	34,91%	1.919.836,46	60,23%	2.903.311,74	51,23%
Erval Grande	37.925,22	351,40%	87.168,18	245,84%	86.684,04	-0,56%	51.842,90	-40,19%
Faxinalzinho	15.807,28	-27,21%	57.959,38	-11,04%	46.910,38	-19,06%	45.848,99	-2,26%
Itatiba do Sul	117.318,90	-49,16%	932.872,37	34,76%	1.324.521,48	41,98%	2.257.044,67	70,40%
Nonoai	513.175,41	61,41%	1.335.050,98	39,97%	1.824.258,41	36,64%	2.933.174,72	60,79%
Rio dos Índios	260.893,53	83,82%	579.462,45	36,09%	895.424,00	54,53%	1.216.333,04	35,84%
<b>Total RS</b>	<b>1.413.563,18</b>	<b>39,03%</b>	<b>4.190.721,43</b>	<b>37,39%</b>	<b>6.097.634,77</b>	<b>45,50%</b>	<b>9.407.556,06</b>	<b>54,28%</b>
Águas de Chapecó	63.235,06	60,63%	119.311,44	1,02%	116.827,86	-2,08%	72.407,43	-38,02%
Caxambu do Sul	41.807,46	187,79%	78.882,00	81,00%	148.911,19	88,78%	49.846,91	-66,53%
Chapecó	8.122.618,93	200,34%	15.325.696,10	88,89%	18.899.539,97	23,32%	20.104.516,74	6,38%
Guatambu	14.622,57	34,36%	27.589,75	-15,50%	58.248,08	111,12%	58.884,49	1,09%
Itá	164.451,57	247,52%	310.285,99	118,57%	410.173,36	32,19%	179.223,68	-56,31%
Paial	33.130,64	266,94%	62.510,64	130,78%	65.835,81	5,32%	19.607,02	-70,22%
<b>Total SC</b>	<b>8.439.866,24</b>	<b>198,69%</b>	<b>15.924.275,92</b>	<b>87,86%</b>	<b>19.699.536,27</b>	<b>23,71%</b>	<b>20.484.486,27</b>	<b>3,98%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.853.429,42</b>	<b>156,44%</b>	<b>20.114.997,35</b>	<b>74,50%</b>	<b>25.797.171,04</b>	<b>28,25%</b>	<b>29.892.042,33</b>	<b>15,87%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

As receitas patrimoniais foram variáveis para os municípios localizados no entrono da UHE Foz do Chapecó do Rio Grande do Sul, sendo que em Itatiba do Sul, foi de 70,40%, em Nonoai, de 60,79%, em Alpestre, de 51,23% e em Rio dos Índios, de 35,84%. Em Erval Grande, a variação foi negativa, de -40,19% e igual condição teve Faxinalzinho, com -2,26% (ambos os municípios já tiveram variações negativas no período do Relatório T1). A variação global de todos estes seis municípios foi de 54,28%, em 2012.

Nos municípios localizados no estado de Santa Catarina, as variações positivas foram em Chapecó, com 6,38% e em Guatambu, com apenas 1,09%, sendo que nos demais variaram de forma negativa, como em Paial, com -70,22%, em Caxambu do Sul, com -66,53%, em Itá, com -56,31% e em Águas de Chapecó, com -38,02%.

### 3.1.5 Receita Agropecuária

A Receita Agropecuária de um município registra o valor total da arrecadação da receita de produção vegetal, animal, derivados e outros. Engloba receitas decorrentes das atividades ou explorações agropecuárias, tais como: agricultura, inclusive hortaliças e flores; pecuária e atividades de beneficiamento ou transformação de produtos agropecuários em instalações existentes nos próprios estabelecimentos (Tabela 06). A Tabela apresenta a receita agropecuária e a respectiva variação de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0).

**Tabela 06: RECEITA AGROPECUÁRIA - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Erval Grande	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Faxinalzinho	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Itatiba do Sul	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Nonoai	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Rio dos Índios	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
<b>Total RS</b>	<b>0,00</b>	<b>/</b>	<b>0,00</b>	<b>/</b>	<b>0,00</b>	<b>/</b>	<b>0,00</b>	<b>/</b>
Águas de Chapecó	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Caxambu do Sul	3.948,16	-42,27%	24.675,97	20,27%	17.890,25	-27,50%	17.372,52	-2,89%
Chapecó	2.231,46	-90,38%	14.265,99	-79,50%	3.197,68	-77,59%	1.548,90	-51,56%
Guatambu	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Itá	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Paial	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	/	0,00	/
<b>Total SC</b>	<b>6.179,62</b>	<b>-79,47%</b>	<b>38.941,96</b>	<b>-56,88%</b>	<b>21.087,93</b>	<b>-45,85%</b>	<b>18.921,42</b>	<b>-10,27%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.179,62</b>	<b>-79,47%</b>	<b>38.941,96</b>	<b>-56,88%</b>	<b>21.087,93</b>	<b>-45,85%</b>	<b>18.921,42</b>	<b>-10,27%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

Destaca-se que em municípios maiores é mais comum a prestação de serviços agropecuários, como a inspeção sanitária, portanto, existe transferência de recursos, especialmente da União, para as esferas municipais, para esta modalidade de serviços (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2013a), não sendo comum em municípios de pequeno porte.

Desta forma, apenas dois municípios possuíam esta modalidade de receita no intervalo desta análise (setembro de 2010 até dezembro de 2012): Caxambu do Sul e Chapecó, ambos localizados em Santa Catarina. Tanto no primeiro intervalo (setembro até dezembro de 2010) quanto no segundo (ano de 2012) as receitas agropecuárias variaram de forma negativa, em Chapecó variaram -2,89% e em Caxambu do Sul variaram -51,56%, sendo que na série do Relatório T1, também apresentaram variação negativa.

### 3.1.6 Receita de Serviços

As Receitas de Serviços registram o valor total da arrecadação da receita originária da prestação de serviços, tais como de atividades comerciais, financeiras, de transporte, de comunicação, de saúde, de armazenagem, serviços científicos e tecnológicos, de metrologia, agropecuários e outros. Este monitoramento apresenta a respectiva variação de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), conforme demonstra a Tabela 07.

**Tabela 07: RECEITA DE SERVIÇOS - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	8.099,10	1253,42%	8.518,55	374,50%	48,1	-99,44%	0,00	-100,00%
Erval Grande	37.561,36	20,00%	146.313,51	55,81%	126.764,84	-13,36%	37.372,40	-70,52%
Faxinalzinho	64.989,66	155,32%	122.455,74	60,36%	87.083,19	-28,89%	120.870,96	38,80%
Itatiba do Sul	78.915,41	3,36%	236.073,50	3,07%	249.032,01	5,49%	276.511,10	11,03%
Nonoai	2.996,50	-14,89%	9.104,00	-13,80%	8.587,18	-5,68%	57.953,04	574,88%
Rio dos Índios	2.624,02	-41,40%	7.956,28	-40,77%	8.207,87	3,16%	5.699,55	-30,56%
<b>Total RS</b>	<b>195.186,05</b>	<b>37,75%</b>	<b>530.421,58</b>	<b>24,78%</b>	<b>479.723,19</b>	<b>-9,56%</b>	<b>498.407,05</b>	<b>3,89%</b>
Águas de Chapecó	25.363,10	135,49%	84.770,71	162,36%	126.699,25	49,46%	53.165,61	-58,04%
Caxambu do Sul	1.683,40	-28,71%	6.078,40	-14,19%	3.619,20	-40,46%	1.537,50	-57,52%
Chapecó	145.605,47	62,70%	4.274.311,85	1492,06%	1.080.525,58	-74,72%	377.286,26	-65,08%
Guatambu	1.652,30	333,37%	3.092,13	170,34%	6.531,30	111,22%	9.968,68	52,63%
Itá	248.540,38	37,37%	569.511,56	4,92%	769.619,83	35,14%	631.843,68	-17,90%
Paial	11.772,43	22,39%	30.156,50	4,51%	34.354,30	13,92%	60.833,12	77,08%
<b>Total SC</b>	<b>434.617,08</b>	<b>48,05%</b>	<b>4.967.921,15</b>	<b>464,11%</b>	<b>2.021.349,46</b>	<b>-59,31%</b>	<b>1.134.634,85</b>	<b>-43,87%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>629.803,13</b>	<b>44,70%</b>	<b>5.498.342,73</b>	<b>321,08%</b>	<b>2.501.072,65</b>	<b>-54,51%</b>	<b>1.633.041,90</b>	<b>-34,71%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

As receitas de serviços tiveram uma variação positiva em Nonoai (RS), com 574,88% em relação à série anterior, em Faxinalzinho (RS), com 38,80% e em Itatiba do Sul (RS), com 11,03%. Nos demais municípios a variação foi negativa e em Alpestre (RS) não teve aporte de receitas e no âmbito geral dos seis municípios a variação desta receita aumentou em 3,89%.

Em relação aos municípios localizados no entorno da UHE Foz do Chapecó em Santa Catarina, houve uma variação negativa destas receitas, exceto para Guatambu (variação positiva de 52,63%) e Paial (variação positiva de 77,08%). Nos demais quatro municípios esta receita teve variação negativa, inclusive, no município de Chapecó (-65,08) e a variação geral das seis unidades administrativas foi de -43,87%.

### 3.1.7 Transferências Correntes

As Transferências Correntes registram o valor dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente de contraprestação direta de bens e serviços, tais como as transferências inter-governamentais, as transferências da União e do exterior, as transferências de pessoas e de convênios. A Tabela 08 apresenta

as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0).

**Tabela 08: TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	4.717.176,81	42,33%	12.567.476,18	26,40%	14.277.703,83	13,61%	14.603.459,54	2,28%
Erval Grande	3.433.377,45	20,02%	9.398.401,36	9,51%	11.459.763,44	21,93%	11.850.408,87	3,41%
Faxinalzinho	2.543.634,75	20,91%	6.969.601,30	10,43%	8.395.900,80	20,46%	8.600.786,82	2,44%
Itatiba do Sul	3.014.413,39	22,82%	8.435.610,90	14,57%	9.980.728,90	18,32%	10.617.571,65	6,38%
Nonoai	5.526.805,69	26,50%	15.965.909,15	21,81%	19.806.907,62	24,06%	21.473.393,71	8,41%
Rio dos Índios	3.000.326,67	21,74%	8.163.646,01	10,42%	10.832.214,46	32,69%	10.789.892,95	-0,39%
<b>Total RS</b>	<b>22.235.734,76</b>	<b>26,58%</b>	<b>61.500.644,90</b>	<b>16,70%</b>	<b>74.753.219,05</b>	<b>21,55%</b>	<b>77.935.513,54</b>	<b>4,26%</b>
Águas de Chapecó	4.123.681,47	33,75%	10.309.203,67	11,46%	10.045.277,80	-2,56%	10.566.058,82	5,18%
Caxambu do Sul	4.076.858,59	29,41%	10.192.146,48	7,84%	11.338.312,26	11,25%	11.257.436,93	-0,71%
Chapecó	91.123.437,30	37,53%	227.808.593,24	14,61%	261.642.402,42	14,85%	286.629.581,08	9,55%
Guatambu	4.837.591,68	39,50%	12.093.979,21	16,25%	11.722.888,77	-3,07%	11.733.018,59	0,09%
Itá	12.487.346,76	96,65%	31.218.366,89	63,87%	34.204.427,77	9,57%	24.315.158,78	-28,91%
Paial	2.781.724,82	22,30%	6.954.312,06	1,92%	7.225.924,36	3,91%	7.743.416,07	7,16%
<b>Total SC</b>	<b>119.430.640,62</b>	<b>41,20%</b>	<b>298.576.601,55</b>	<b>17,67%</b>	<b>336.179.233,38</b>	<b>12,59%</b>	<b>352.244.670,27</b>	<b>4,78%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>141.666.375,38</b>	<b>38,69%</b>	<b>360.077.246,45</b>	<b>17,50%</b>	<b>410.932.452,43</b>	<b>14,12%</b>	<b>430.180.183,81</b>	<b>4,68%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

Nos municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul houve uma variação positiva das transferências correntes, embora de forma mais moderada do que na série anterior (Relatório T1, de 2011 a variação foi de 13,61% até 32,69%), exceto para o município de Rio dos Índios, onde houve uma variação de -0,39%. No âmbito geral dos seis municípios houve uma variação positiva de transferências correntes que atingiu 4,26%.

No caso dos municípios localizados no estado de Santa Catarina, as variações foram mais abruptas, ou seja, variaram em Chapecó, em 9,55% e em Itá, em -28,91%. No caso das variações positivas foram bem moderadas e no contexto geral dos seis municípios, atingiu apenas 4,78%, similar aos municípios anteriormente analisados.

### 3.1.7.1 Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal (1988) e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União (ANEEL, 2013). Em termos de receitas está integrada às transferências correntes, ou seja, representa uma subdivisão.

A cota parte da compensação financeira de recursos hídricos é aquela que registra o valor da arrecadação da receita da compensação financeira de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica, que possuem potência instalada acima de 30



megawatts (MW) (ANEEL, 2007). Em termos metodológicos, pela importância do monitoramento desta receita aos municípios, foi desmembrada do conjunto dos demais impostos que compõem as transferências correntes. Os municípios de Faxinalzinho, Nonoai e Itá, já recebem esta compensação financeira de forma sistemática, pelo fato de já possuírem unidades geradoras de energia em seus territórios – UHE Monjolinho e UHE Itá – este município também recebe *royalties* de Itaipu, uma vez que esta hidrelétrica se utiliza do potencial hídrico da bacia do rio Paraná.

Salienta-se que 45% do valor da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH) são repassados para os municípios que tiveram parte de suas áreas alagadas, sendo que o valor das parcelas é diretamente proporcional à área territorial alagada, em cada município. O repasse é feito em função do total de energia gerada, em período de 50 dias mais 10, portanto, uma defasagem de 60 dias (Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, 2012).

Nesta análise adota-se um procedimento diferenciado em função da consolidação dos recebimentos de cota parte de Faxinalzinho (RS) e Nonoai (RS) que recebem valores referentes da UHE Monjolinho e de Itá (SC) que recebe da UHE Itá e Itaipu. Esta análise apresenta a cota parte da compensação financeira de recursos hídricos, inclusive com as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), conforme demonstra a Tabela 09.

**Tabela 09: COTA PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	22.578,93	/	24.948,99	/	1.281.030,84	5034,60%	832.255,09	-35,03%
Erval Grande	9.082,87	/	9.082,87	/	0,00	-100,00%	331.444,97	/
Faxinalzinho	69.978,50	344,35%	211.403,58	347,46%	336.669,08	59,25%	162.040,11	-51,87%
Itatiba do Sul	5.308,77	/	5.308,77	/	298.131,60	5515,83%	184.477,19	-38,12%
Nonoai	113.034,23	561,83%	266.407,65	419,95%	945.159,44	254,78%	565.665,90	-40,15%
Rio dos Índios	23.383,02	/	23.383,02	/	1.313.151,49	5515,83%	853.275,04	-35,02%
<b>Total RS</b>	<b>243.366,32</b>	<b>641,35%</b>	<b>540.534,88</b>	<b>448,87%</b>	<b>4.174.142,45</b>	<b>672,22%</b>	<b>2.929.158,30</b>	<b>-29,83%</b>
Águas de Chapecó	7.214,36	/	7.214,36	/	456.648,72	6229,72%	285.988,01	-37,37%
Caxambu do Sul	0,00	/	0,00	/	1.354.051,28	/	879.851,39	-35,02%
Chapecó	0,00	/	0,00	/	827.484,75	/	559.819,59	-32,35%
Guatambu	6.045,63	/	6.045,63	/	339.512,78	5515,84%	220.750,95	-34,98%
Itá	544.798,33	49,57%	1.479.361,84	35,38%	1.811.890,38	22,48%	986.137,28	-45,57%
Paial	5.575,27	/	5.575,27	/	313.098,11	5515,84%	203.448,60	-35,02%
<b>Total SC</b>	<b>563.633,59</b>	<b>54,74%</b>	<b>1.498.197,10</b>	<b>37,11%</b>	<b>5.102.686,02</b>	<b>240,59%</b>	<b>3.135.995,82</b>	<b>-38,54%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>806.999,91</b>	<b>103,24%</b>	<b>2.038.731,98</b>	<b>71,15%</b>	<b>9.276.828,47</b>	<b>355,03%</b>	<b>6.065.154,12</b>	<b>-34,62%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

Os municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, no entorno da UHE Foz do Chapecó, tiveram redução de repasses de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, em relação ao ano de 2011. Observa-se que em 2011, todos os

municípios passaram a ter o aporte desta receita, exceto em Erval Grande. As maiores reduções foram em Faxinalzinho, com -51,87% e Nonoai, com -40,15%, certamente influenciado pela variação negativa da UHE Monjolinho. A variação geral destes municípios foi de -29,83% e o montante financeiro de R\$ 2.929,158,30, que equivale a uma média de repasse de R\$ 40.682,75 mensais por município.

Em Santa Catarina a maior variação negativa desta receita foi de Itá, com -45,57%, sendo que este município também recebe o aporte de dois empreendimentos hidrelétricos, UHE Itá e Itaipu. Todos os demais municípios tiveram variações negativas, e no contexto geral deste estado atingiu -38,54%, com montante de R\$ 3.135.995,82, que representa uma média de R\$ 43.555,48 mensais por município.

Observa-se que em 2012, houve uma expressiva redução dos repasses aos municípios, de compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos, quando comparado ao ano de 2011 (Relatório T1), pelos empreendimentos hidrelétricos regionais. Como a fonte de repasse desta receita é homogênea – disponibilidade de hidrelétrica(s) no território municipal afetou sistematicamente todos os municípios.

De acordo com informações prestadas pelos gestores da UHE Foz do Chapecó (2013), o ano de 2011 foi atípico para a produção de energia elétrica, com chuvas acima da média, no âmbito regional. O ano de 2012, também foi atípico, entretanto, com chuvas abaixo da média, para os padrões normais regionais, o que afetou a geração de energia (ver proporcionalidade sobre receitas na Tabela 10). Como a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos é diretamente proporcional à geração de energia, em 2012 (Relatório T2), teve-se um repasse dessa rubrica aos municípios bem inferior, o que gerou a variação negativa, quando comparado ao ano de 2011 (Relatório T1).

Na Tabela 10 se efetivou uma proporcionalidade da cota parte da compensação financeira de recursos hídricos em relação à receita total de 2011 e 2012. No ano de 2011 (período do Relatório T1), os dois municípios com maior proporcionalidade da participação da cota parte sobre a receita total, foram de Rio dos Índios (RS), com 11,05% e de Caxambu do Sul (SC), com 10,31%.

No ano de 2012 houve uma diminuição da proporcionalidade da cota parte da compensação financeira de recursos hídricos em relação à receita total, em função dos fatores já mencionados que proporcionaram menor geração de energia. Entretanto, ainda é possível verificar esta participação no conjunto das receitas municipais: Rio dos Índios (RS), de 6,43%, Alpestre (RS), de 4,23%, Caxambu do Sul (SC), de 6,32% e Itá (SC), de 3,45%. Certamente este incremento nas receitas municipais representa um aporte em diversificação e conseqüentemente na implantação de políticas públicas municipais.

**Tabela 10: PROPORCIONALIDADE DA COTA PARTE DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS EM RELAÇÃO À RECEITA TOTAL - 2011 E 2012**

MUNICÍPIOS	RECEITA 2011	2011	%	RECEITA 2012	2012	%
Alpestre	18.355.607,20	1.281.030,84	6,98%	19.695.251,07	832.255,09	4,23%
Erval Grande	10.524.894,52	0,00	0,00%	11.761.194,94	331.444,97	2,82%
Faxinalzinho	8.299.947,35	336.669,08	4,06%	8.300.268,73	162.040,11	1,95%
Itatiba do Sul	13.047.314,62	298.131,60	2,29%	14.127.140,67	184.477,19	1,31%
Nonoai	24.401.917,86	945.159,44	3,87%	30.573.303,52	565.665,90	1,85%
Rio dos Índios	11.882.447,35	1.313.151,49	11,05%	13.274.806,08	853.275,04	6,43%
<b>Total RS</b>	<b>86.512.128,90</b>	<b>4.174.142,45</b>	<b>4,82%</b>	<b>97.731.965,01</b>	<b>2.929.158,30</b>	<b>3,00%</b>
Águas de Chapecó	13.538.734,59	456.648,72	3,37%	12.853.801,17	285.988,01	2,22%
Caxambu do Sul	13.366.292,94	1.354.051,28	10,13%	13.926.112,13	879.851,39	6,32%
Chapecó	412.133.200,00	827.484,75	0,20%	458.167.929,65	559.819,59	0,12%
Guatambu	13.559.931,65	339.512,78	2,50%	14.229.542,43	220.750,95	1,55%
Itá	33.533.352,81	1.811.890,38	5,40%	28.580.498,07	986.137,28	3,45%
Paial	8.486.696,40	313.098,11	3,69%	8.787.241,67	203.448,60	2,32%
<b>Total SC</b>	<b>494.618.208,39</b>	<b>5.102.686,02</b>	<b>1,03%</b>	<b>536.545.125,12</b>	<b>3.135.995,82</b>	<b>0,58%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>581.130.337,29</b>	<b>9.276.828,47</b>	<b>1,60%</b>	<b>634.277.090,13</b>	<b>6.065.154,12</b>	<b>0,96%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

### 3.1.8 Outras Receitas Correntes

As demais ou outras Receitas Correntes estão vinculadas ao valor total da arrecadação de outras receitas municipais, tais como multas, juros, restituições, indenizações, receita da dívida ativa, aplicações financeiras, entre outras, conforme demonstra a Tabela 11.

**Tabela 11: OUTRAS RECEITAS CORRENTES - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	11.344,89	-52,99%	46.685,26	-35,52%	102.842,90	120,29%	70.460,87	-31,49%
Erval Grande	7.084,74	-92,47%	111.406,10	-60,55%	81.003,75	-27,29%	64.062,96	-20,91%
Faxinalzinho	15.999,04	-17,30%	77.679,93	33,84%	170.226,85	119,14%	157.944,38	-7,22%
Itatiba do Sul	40.787,86	1,56%	159.381,87	32,28%	299.477,68	87,90%	147.082,99	-50,89%
Nonoai	53.439,51	-43,31%	112.268,58	-60,30%	214.861,76	91,38%	130.566,03	-39,23%
Rio dos Índios	199.923,08	372,38%	473.974,46	273,31%	64.659,53	-86,36%	127.442,50	97,10%
<b>Total RS</b>	<b>328.579,12</b>	<b>4,53%</b>	<b>981.396,20</b>	<b>4,07%</b>	<b>933.072,47</b>	<b>-4,92%</b>	<b>697.559,73</b>	<b>-25,24%</b>
Águas de Chapecó	33.587,70	-68,52%	74.639,34	-76,68%	309.689,88	314,92%	45.263,67	-85,38%
Caxambu do Sul	51.831,06	-65,60%	115.180,14	-74,52%	196.260,72	70,39%	144.780,25	-26,23%
Chapecó	5.536.470,49	-29,13%	12.303.267,76	-47,50%	16.822.828,84	36,73%	12.263.915,88	-27,10%
Guatambu	13.539,76	-0,26%	30.088,36	-26,12%	338.721,88	1025,76%	42.920,77	-87,33%
Itá	124.215,39	73,90%	276.034,21	28,81%	308.766,03	11,86%	291.472,00	-5,60%
Paial	18.405,27	-86,98%	40.900,60	-90,36%	38.034,41	-7,01%	29.826,82	-21,58%
<b>Total SC</b>	<b>5.778.049,68</b>	<b>-30,35%</b>	<b>12.840.110,41</b>	<b>-48,41%</b>	<b>18.014.301,76</b>	<b>40,30%</b>	<b>12.818.179,39</b>	<b>-28,84%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.106.628,80</b>	<b>-29,08%</b>	<b>13.821.506,61</b>	<b>-46,49%</b>	<b>18.947.374,23</b>	<b>37,09%</b>	<b>13.515.739,12</b>	<b>-28,67%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

Especificamente nesta análise, apresenta outras receitas correntes, inclusive com um comparativo e as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0). Observa-se que as variações de Receitas correntes, de 2012, foram negativas, quando comparadas ao ano de 2011, entre os quais em Itatiba do Sul (RS), com -50,89%; em Nonoai (RS), com -39,23%; em Alpestre (RS), com -31,49% e em Erval Grande (RS), com -20,91%, (atipicamente este possui variação negativa histórica desta receita) sendo que os municípios tiveram variação positiva expressiva em 2011 (Relatório T1). No caso de Rio dos Índios (RS) recuperou a variação negativa do ano anterior e teve 97,10% de incremento e a variação geral destes municípios foi de -25,24%, em 2012.

Condição semelhante se apresentou nos municípios localizados no estado de Santa Catarina, no entorno da UHE Foz do Chapecó, que tiveram variação negativa em suas receitas correntes, em 2012, entretanto, no período anterior (2011), todos tiveram variações positivas expressivas, exceto Paial (-21,58%), que tem queda histórica desta receita. No contexto dos municípios deste estado a variação foi de -28,84%, no ano de 2012.

### 3.1.9 Operações de Crédito

As Operações de Crédito registram o valor total da receita decorrente da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto às entidades estatais ou particulares, internas ou externas. Esta seção apresenta as operações de crédito, inclusive com um comparativo entre as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), conforme demonstra a Tabela 12.

**Tabela 12: OPERAÇÕES DE CRÉDITOS - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	/	0,00	/
Erval Grande	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Faxinalzinho	0,00	/	0,00	/	0,00	/	0,00	/
Itatiba do Sul	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	850.000,00	/	0,00	-100,00%
Nonoai	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	1.250.000,00	/	668.419,89	-46,53%
Rio dos Índios	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	/	350.000,00	/
<b>Total RS</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>2.100.000,00</b>	<b>/</b>	<b>1.018.419,89</b>	<b>/</b>
Águas de Chapecó	0,00	-100,00%	76.462,05	-2,25%	0,00	-100,00%	0,00	/
Caxambu do Sul	0,00	/	0,00	/	0,00	/	1.228.980,00	/
Chapecó	4.644.879,25	167,79%	8.445.235,00	62,30%	8.842.080,32	4,70%	13.980.275,51	58,11%
Guatambu	0,00	/	0,00	/	0,00	/	1.388.000,00	/
Itá	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	/	0,00	/
Paial	442.800,00	/	442.800,00	/	0,00	-100,00%	469.500,00	/
<b>Total SC</b>	<b>5.087.679,25</b>	<b>169,51%</b>	<b>8.964.497,05</b>	<b>58,29%</b>	<b>8.842.080,32</b>	<b>-1,37%</b>	<b>17.066.755,51</b>	<b>93,02%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.087.679,25</b>	<b>77,22%</b>	<b>8.964.497,05</b>	<b>4,09%</b>	<b>10.942.080,32</b>	<b>22,06%</b>	<b>18.085.175,40</b>	<b>65,28%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

As operações de crédito foram evidenciadas apenas nos municípios de Nonoai (RS), embora tenha apresentado uma redução de -46,53% e Rio dos Índios (RS), com um aporte de receita de R\$ 350.000,00 e não disponível em temporalidades anteriores. Da mesma forma, foi evidente em Chapecó (SC), uma vez que teve uma variação de 58,11%, entre em relação ao período de 2011 (observa-se que os percentuais históricos de Chapecó, sofreram variação positiva, nesta receita). De forma geral, a operação de crédito se manifesta nos municípios de forma interrupta, portanto descontínua, inclusive em períodos anteriores a esta análise (Relatórios T0 e T1).

### 3.1.10 Alienação de Bens

A Alienação de Bens registra o valor total da receita decorrente da alienação de bens móveis e imóveis, no âmbito municipal. Este monitoramento apresenta a alienação de bens, inclusive com um comparativo entre as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), de acordo com as disposições da Tabela 13.

**Tabela 13: ALIENAÇÃO DE BENS - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	0,00	-100,00%	164.180,00	685,15%	176.700,00	7,63%	195.425,98	10,60%
Erval Grande	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	/	0,00	/
Faxinalzinho	20.000,00	93,12%	20.000,00	-35,63%	147.464,54	637,32%	100.170,32	-32,07%
Itatiba do Sul	41.161,00	-11,71%	300.586,79	114,92%	5.220,00	-98,26%	211.784,88	3957,18%
Nonoai	0,00	-100,00%	237.650,00	429,29%	0,00	-100,00%	83.600,00	/
Rio dos Índios	12.000,00	49,38%	40.000,00	65,98%	25.187,29	-37,03%	0,00	-100,00%
<b>Total RS</b>	<b>73.161,00</b>	<b>-46,58%</b>	<b>762.416,79</b>	<b>85,55%</b>	<b>354.571,83</b>	<b>-53,49%</b>	<b>590.981,18</b>	<b>66,67%</b>
Águas de Chapecó	0,00	/	0,00	/	135.600,00	/	162.500,00	19,84%
Caxambu do Sul	60.800,00	1961,02%	96.800,00	993,79%	22.000,00	-77,27%	0,00	-100,00%
Chapecó	466.503,00	100,96%	933.005,99	33,97%	377.546,70	-59,53%	0,00	-100,00%
Guatambu	95.000,00	/	160.950,00	/	0,00	-100,00%	0,00	/
Itá	45.539,99	/	45.539,99	/	126.781,14	178,40%	249.205,78	96,56%
Paial	67.510,00	/	107.510,00	/	69.000,00	-35,82%	0,00	-100,00%
<b>Total SC</b>	<b>735.352,99</b>	<b>212,80%</b>	<b>1.343.805,98</b>	<b>90,54%</b>	<b>730.927,84</b>	<b>-45,61%</b>	<b>411.705,78</b>	<b>-43,67%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>808.513,99</b>	<b>117,31%</b>	<b>2.106.222,77</b>	<b>88,70%</b>	<b>1.085.499,67</b>	<b>-48,46%</b>	<b>1.002.686,96</b>	<b>-7,63%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

A alienação de bens não é uma receita constante nos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, sendo que as variações são expressivas e descontínuas e os valores não tão significativos. Em municípios localizados no Rio Grande do Sul, teve aporte, com variação positiva, em Itatiba do Sul, com 3.957,18%, resultado da alienação de veículos automotores, em função da renovação da frota municipal, entre as quais da Secretaria Municipal da Saúde (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA DO SUL, 2013). Em Alpestre, a variação foi de 10,60% e no âmbito de ambos os municípios, foi de 66,67%.

Nos municípios localizados no estado de Santa Catarina, quatro não apresentaram receita de alienação de bens, em 2012, em Itá variou 96,56% e em Águas de Chapecó, 19,84%.

### 3.1.11 Amortização de Empréstimos

A Amortização de Empréstimos compreende o registro do valor total da receita relativa à amortização de empréstimos concedidos em títulos e contratos. Esta seção apresenta a amortização de empréstimos, com um comparativo entre as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), conforme demonstra a Tabela 14.

**Tabela 14: AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Erval Grande	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Faxinalzinho	65,61	-64,44%	393,66	-28,87%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Itatiba do Sul	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Nonoai	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Rio dos Índios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Total RS</b>	<b>65,61</b>	<b>-64,44%</b>	<b>393,66</b>	<b>-28,87%</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Águas de Chapecó	0,00	-100,00%	884,01	-94,50%	9.308,93	953,03%	21.644,58	132,51%
Caxambu do Sul	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Chapecó	0,00	0,00%	0,00	0,00%	301.443,51	/	343.710,24	14,02%
Guatambu	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Itá	2.135,27	-2,18%	6.847,71	4,57%	7.507,68	9,64%	8.351,54	11,24%
Paial	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>Total SC</b>	<b>2.135,27</b>	<b>-71,67%</b>	<b>7.731,72</b>	<b>-65,80%</b>	<b>318.260,12</b>	<b>4016,29%</b>	<b>373.706,36</b>	<b>17,42%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.200,88</b>	<b>-71,49%</b>	<b>8.125,38</b>	<b>-64,92%</b>	<b>318.260,12</b>	<b>3816,86%</b>	<b>373.706,36</b>	<b>17,42%</b>

Fonte 01: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 02: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

A amortização de empréstimos não é uma receita estável e contínua nos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, sendo que as variações são expressivas e descontínuas e os valores não são significativos, quando existentes. Em 2012, não se manifestou em nenhum dos seis municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul.

Esta modalidade de receita teve um acréscimo de 132,51% em Águas de Chapecó (SC), em 2012, em Chapecó foi de 14,02% e em Itá, de 11,24% e a variação total foi de 17,42%, entre os três municípios localizados no estado de Santa Catarina. Nos municípios do RS não houve nenhuma amortização e este total - 17,42% - refere-se aos doze municípios, pois a tabela faz o cálculo simples de evolução da mesma.

### 3.1.12 Transferências de Capital

A Transferência de Capital registra o valor total das transferências de capital para outra esfera de governo (inter-governamentais), instituições privadas, exterior ou pessoas, tendo por finalidade concorrer para a formação de um bem de capital, estando

vinculadas à constituição ou aquisição do mesmo. Este monitoramento apresenta a transferência de capital, com um comparativo entre as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), conforme demonstra a Tabela 15.

**Tabela 15: TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	0,00	-100,00%	300,55	-99,85%	0,00	-100,00%	1.127.405,03	/
Erval Grande	165.614,75	121,42%	1.179.151,37	425,49%	50.000,00	-95,76%	978.552,54	1857,11%
Faxinalzinho	97.500,00	-8,15%	97.500,00	-69,38%	515.009,77	428,22%	326.540,23	-36,60%
Itatiba do Sul	270.000,00	81,73%	826.127,68	85,35%	796.061,24	-3,64%	890.548,44	11,87%
Nonoai	173.967,45	-37,61%	1.031.569,31	23,32%	1.221.715,04	18,43%	2.947.830,72	141,29%
Rio dos Índios	175.113,08	360,15%	365.460,17	220,11%	433.660,68	18,66%	1.272.931,51	193,53%
<b>Total RS</b>	<b>882.195,28</b>	<b>24,00%</b>	<b>3.500.109,08</b>	<b>64,00%</b>	<b>3.016.446,73</b>	<b>-13,82%</b>	<b>7.543.808,47</b>	<b>150,09%</b>
Águas de Chapecó	413.366,63	282,16%	1.008.211,30	210,70%	790.567,36	-21,59%	1.475.269,46	86,61%
Caxambu do Sul	262.953,73	17,30%	641.350,55	-4,63%	1.011.159,28	57,66%	531.795,19	-47,41%
Chapecó	510.609,51	-87,45%	1.245.389,05	-89,80%	4.910.612,64	294,30%	8.495.877,41	73,01%
Guatambu	89.380,00	-69,81%	218.000,00	-75,45%	762.544,75	249,79%	165.571,72	-78,29%
Itá	235.363,79	-42,45%	574.058,02	-53,21%	1.198.400,18	108,76%	734.028,00	-38,75%
Paial	164.710,06	222,43%	401.731,86	162,14%	653.833,22	62,75%	150.568,57	-76,97%
<b>Total SC</b>	<b>1.676.383,72</b>	<b>-67,50%</b>	<b>4.088.740,78</b>	<b>-73,57%</b>	<b>9.327.117,43</b>	<b>128,12%</b>	<b>11.553.110,35</b>	<b>23,87%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.558.579,00</b>	<b>-56,40%</b>	<b>7.588.849,86</b>	<b>-56,90%</b>	<b>12.343.564,16</b>	<b>62,65%</b>	<b>19.096.918,82</b>	<b>54,71%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

As transferências de capital foram mais evidentes, no município de Erval Grande (RS), com 1.857,11%, Rio dos Índios (RS), com 193,53% e Nonoai (RS), com 141,29% e a variação do intervalo de todos os seis municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó foi de 150,09%. No caso dos municípios localizados no estado de Santa Catarina, houve variações positivas, conforme segue: Águas de Chapecó, 86,61% e Chapecó, com 73,01% e os demais municípios tiveram variações negativas. No âmbito dos seis municípios a variação de transferência de capital, de 2012, foi de 23,87%.

### 3.1.13 Receita intra-orçamentária corrente

A Receita Intra-orçamentária Corrente registra as receitas de órgãos, autarquias, fundações, empresas dependentes e de outras entidades integrantes dos orçamentos fiscais e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, autarquia, fundação, empresa dependente ou de outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo. Este monitoramento apresenta um comparativo entre as respectivas variações de 2012 (Relatório T2), 2011 (Relatório T1) e 2010 (parte do Relatório T0), conforme demonstra a Tabela 16.

A receita intra-orçamentária corrente não é evidente em todos os municípios, entretanto, em Alpestre (RS) variou 27,19%, em Itatiba do Sul (RS) teve um incremento de 26,27%, em Nonoai (RS), de 38,73%, em 2012, e a variação geral dos seis

municípios localizados no Rio Grande do Sul, foi de 21,56%. Nos municípios localizados no estado de Santa Catarina, não tiveram a incidência desta modalidade de receita.

**Tabela 16: RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTE - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	160.256,44	/	464.552,75	/	543.634,92	17,02%	691.456,87	27,19%
Erval Grande	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Faxinalzinho	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Itatiba do Sul	129.210,04	88,54%	267.011,12	29,87%	351.821,10	31,76%	444.236,47	26,27%
Nonoai	426.083,51	34,70%	1.118.714,56	17,88%	1.542.376,03	37,87%	2.139.815,15	38,73%
Rio dos Índios	180.159,52	35,40%	462.419,67	15,84%	597.449,98	29,20%	414.179,20	-30,68%
<b>Total RS</b>	<b>895.709,51</b>	<b>72,94%</b>	<b>2.312.698,10</b>	<b>48,84%</b>	<b>3.035.282,03</b>	<b>31,24%</b>	<b>3.689.687,69</b>	<b>21,56%</b>
Águas de Chapecó	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Caxambu do Sul	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Chapecó	2.713.843,71	18,00%	8.223.768,81	19,19%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Guatambu	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Itá	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Paial	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
<b>Total SC</b>	<b>2.713.843,71</b>	<b>18,00%</b>	<b>8.223.768,81</b>	<b>19,19%</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.609.553,22</b>	<b>28,09%</b>	<b>10.536.466,91</b>	<b>24,64%</b>	<b>3.035.282,03</b>	<b>-71,19%</b>	<b>3.689.687,69</b>	<b>21,56%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 03: Ministério da Fazenda - Tesouro Nacional, 2012.

Observa-se que neste período de operação do empreendimento da UHE Foz do Chapecó, cada município possui as suas especificidades, quanto à variação de receitas. Desta forma, não foi possível identificar um padrão entre os mesmos e igual condição está atrelada à localização dos municípios, ou seja, as variações podem ser maiores dependendo da localização no respectivo Estado e da própria dinâmica econômica interna.



### 3.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS DE SAÚDE MUNICIPAL

A apresentação das despesas com saúde dos municípios pesquisados levou em consideração o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), onde os Municípios devem aplicar, no mínimo, 15% da receita proveniente de impostos, compreendida e proveniente das transferências constitucionais, nas ações e serviços públicos de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002).

Para fins de conceitos, utilizou-se a definição prevista na Constituição Federal (1988), que considera como despesas em saúde todas as ações e serviços públicos de saúde que visem à promoção, a proteção e a recuperação, incluindo a assistência médica, a produção de medicamentos, as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, a formulação de políticas e execução de ações de saneamento básico, a fiscalização de alimentos e outros (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1998). As informações sobre despesas totais municipais com saúde, de 2010 até dezembro de 2012, podem ser vistas na Tabela 17. Todas as Tabelas apresentam a variação entre setembro e dezembro de 2010, a variação integral de 2010, a variação integral de 2011 e a variação de todo o ano de 2012.

**Tabela 17: DESPESAS TOTAIS MUNICIPAIS COM SAÚDE – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpestre	525.645,58	-43,33%	1.314.113,95	-52,78%	1.879.398,58	43,02%	2.068.672,77	10,07%
Erval Grande	876.781,82	35,19%	2.191.954,54	12,66%	2.468.024,18	12,59%	2.740.248,05	11,03%
Faxinalzinho	727.797,88	50,67%	1.819.494,71	25,56%	1.881.837,63	3,43%	2.047.304,68	8,79%
Itatiba do Sul	892.967,38	26,53%	2.232.418,46	5,44%	2.539.293,30	13,75%	3.297.352,70	29,85%
Nonoai	1.455.663,23	45,40%	3.639.158,07	21,16%	4.054.283,41	11,41%	4.524.148,21	11,59%
Rio dos Índios	631.255,11	52,03%	1.578.137,77	26,69%	1.653.266,21	4,76%	1.997.816,63	20,84%
<b>Total RS</b>	<b>5.110.111,00</b>	<b>22,21%</b>	<b>12.775.277,50</b>	<b>1,84%</b>	<b>14.476.103,31</b>	<b>13,31%</b>	<b>16.675.543,04</b>	<b>15,19%</b>
Águas de Chapecó	1.064.540,70	17,68%	2.661.351,75	-1,93%	3.226.725,65	21,24%	4.267.690,53	32,26%
Caxambu do Sul	962.592,70	44,16%	2.406.481,74	20,13%	2.987.226,82	24,13%	3.632.657,75	21,61%
Chapecó	42.074.257,56	42,56%	105.185.643,90	18,80%	123.390.614,07	17,31%	139.288.701,19	12,88%
Guatambu	1.039.179,49	14,07%	2.597.948,73	-4,94%	3.131.232,16	20,53%	3.349.039,56	6,96%
Itá	2.057.208,86	83,56%	5.143.022,16	52,97%	6.338.089,64	23,24%	7.224.569,71	13,99%
Paial	690.269,66	33,19%	1.725.674,15	10,99%	1.898.105,91	9,99%	2.297.575,67	21,05%
<b>Total SC</b>	<b>47.888.048,97</b>	<b>42,37%</b>	<b>119.720.122,43</b>	<b>18,65%</b>	<b>140.971.994,25</b>	<b>17,75%</b>	<b>160.060.234,41</b>	<b>13,54%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>52.998.159,97</b>	<b>40,15%</b>	<b>132.495.399,93</b>	<b>16,79%</b>	<b>155.448.097,56</b>	<b>17,32%</b>	<b>176.735.777,45</b>	<b>13,69%</b>

Fonte 01: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

No período de 2012, houve um incremento nas despesas totais em saúde dos municípios, em relação ao ano de 2011, localizados no estado do Rio Grande do Sul, como em Itatiba do Sul, com 29,85%; em Rio dos Índios, com 20,52%; em Nonoai, com 11,59%; em Erval Grande, com 11,03%; em Alpestre, com 10,07% e em Faxinalzinho, com 8,79%. Neste intervalo a variação geral das despesas totais em saúde, foi de 15,19%, percentual ligeiramente superior ao período anterior (2011 para 2010, que foi de 13,31%) e atingiu R\$16.675.534,04, ou seja, uma despesa per capita de R\$ 480,34, no ano de 2012.

Nos municípios de Santa Catarina também houve uma variação positiva, com destaque para Águas de Chapecó, com 32,26% e segundo constatação *in loco* verificou-se que este incremento de despesas foi em função de infraestrutura destinada para a implantação de uma unidade de saúde municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, 2013b).

A variação também foi expressiva em Caxambu do Sul, com 21,61% e em Paial, com 21,05%. Nos seis municípios de Santa Catarina, a variação de despesas em atendimento de saúde, em 2012, foi de 13,54%. No ano de 2012, a evolução das despesas totais dos municípios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina do entorno da UHE Foz do Chapecó, foi de 13,69%, em relação ao período do Relatório T1 (2011).

### **3.2.1 Programas e despesas em saúde por município**

Observa-se que cada município do entorno da UHE Foz do Chapecó, adota programas e nomenclaturas diferenciados em suas políticas públicas vinculados aos serviços de saúde municipal e por falta ou inexistência de uma padronização na disponibilização dos dados estatísticos, esta análise será efetivada individualmente por município (destaca-se que este método permite um monitoramento das despesas em cada município).

As despesas disponibilizadas e analisadas na sequência são partes integrantes da Tabela anterior (17), entretanto, na sequência é possível visualizar os programas municipais instituídos que demandam em despesas públicas, em cada município, portanto, com as suas particularidades de programas, períodos e variação de despesas. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, os programas e as respectivas despesas em saúde do município de Alpestre (RS) podem ser analisados na Tabela 18. A Tabela apresenta a variação de 2010 em relação ao mesmo período de 2009 (inclusive entre setembro e dezembro) e a variação de todo o ano de 2012, em relação ao mesmo período de 2011.

No ano de 2012, o município de Alpestre (RS) possuía 20 programas de serviços e atendimento de saúde, sendo que quatro deles não receberam aporte de recursos financeiros: assistência social em geral, assistência governamental, convênio inverno gaúcho (estes não estavam ativos em 2011) e manutenção de convênios.

No ano de 2012, o município de Alpestre (RS) teve seis programas de atendimento de saúde com variação positiva de despesas, quando comparado ao ano de 2011. Os quatro programas com maior destinação de recursos foram: equipar a secretaria municipal de saúde e saneamento (no ano anterior foi à instalação da infraestrutura da secretaria de saúde), ações de serviços públicos de saúde, manutenção de programas de saúde da família e manutenção de despesas com pessoal.

**Tabela 18: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM ALPESTRE (RS) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
ASSISTÊNCIA BÁSICA	27.329,07	-94,39%	68.322,68	-95,32%	132.657,81	94,16%	133.867,23	0,91%
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAL	0,00	0,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
OBRAS E INSTALAÇÕES DA SEC MUNIC DE SAÚDE	135.499,08	/	338.747,70	/	587.713,19	73,50%	187.239,89	-68,14%
MANUT PROGR SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	102.558,23	/	256.395,58	/	236.777,76	-7,65%	252.794,01	6,76%
MANUT DESP PESSOAL E ENC DO PACS	71.676,63	/	179.191,58	/	0,00	-100,00%	251.748,12	/
MANUT PROGR PISO ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	55.893,74	/	139.734,35	/	221.798,15	58,73%	231.406,98	4,33%
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA PSF	37.982,40	/	94.956,00	/	85.040,63	-10,44%	67.998,49	-20,04%
PROGR DE ASSIST FARMACÊUTICA BÁSICA	20.274,70	/	50.686,76	/	50.683,58	-0,01%	48.220,24	-4,86%
EQUIPAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEMANETO	16.640,80	/	41.602,00	/	211.824,00	409,17%	465.121,63	119,58%
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	10.527,63	/	26.319,07	/	49.945,99	89,77%	331.072,18	562,86%
TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	9.778,93	/	24.447,32	/	33.255,48	36,03%	23.071,11	-30,62%
MANUTENÇÃO DO PROGRAMA PSF BUCAL	9.773,82	/	24.434,55	/	65.521,00	168,15%	24.585,77	-62,48%
PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR - PIM	6.410,74	/	16.026,84	/	8.677,06	-45,86%	7.194,59	-17,08%
CONVÊNIO FARMÁCIA BÁSICA	5.293,34	/	13.233,35	/	18.739,75	41,61%	11.930,40	-36,34%
SISTEMA INFORMAÇÃO AMBULATORIAL- SIA/SUS	5.097,87	/	12.744,68	/	16.286,84	27,79%	14.394,43	-11,62%
MANUT PESSOAL E ENC DO PACS ESTADUAL	4.471,01	/	11.177,53	/	9.695,06	-13,26%	12.792,40	31,95%
CONVÊNIO INVERNO GAÚCHO	2.400,00	/	6.000,00	/	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF BUCAL	2.207,62	/	5.519,06	/	18.250,24	230,68%	5.235,30	-71,31%
MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS	1.829,96	/	4.574,90	/	1.416,00	-69,05%	0,00	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>525.645,58</b>	<b>-43,33%</b>	<b>1.314.113,95</b>	<b>-52,78%</b>	<b>1.748.282,54</b>	<b>33,04%</b>	<b>2.068.672,77</b>	<b>18,33%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Em 2012 houve um incremento nas despesas municipais em serviços de saúde que atingiu 18,33%, praticamente a metade do ano anterior (33,04%). No conjunto de todas as despesas em saúde de Alpestre, observa-se, também, que em metade dos programas municipais houve variação negativa de aporte financeiro, quando comparado com 2011. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Rio dos Índios (RS), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 19.

**Tabela 19: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM RIO DOS ÍNDIOS (RS) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Assistência Médica e População	412.296,42	51,40%	1.030.741,04	26,16%	1.158.985,05	12,44%	1.309.868,33	13,02%
Serviços de Saúde Pública	218.958,69	53,23%	547.396,73	27,69%	494.281,16	-9,70%	687.948,30	39,18%
<b>TOTAL</b>	<b>631.255,11</b>	<b>52,03%</b>	<b>1.578.137,77</b>	<b>26,69%</b>	<b>1.653.266,21</b>	<b>4,76%</b>	<b>1.997.816,63</b>	<b>20,84%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Entre 2010 e dezembro de 2012, o município de Rio dos Índios (RS) manteve dois programas de serviços de saúde: assistência médica e população e serviços de saúde pública. No período de 2012 houve um incremento nas despesas de serviços de saúde em 20,84%, quando comparado ao ano anterior, no município.

No ano de 2012, houve um aumento em despesas com assistência médica e população em 13,02% e o programa de serviços de saúde pública teve variação de despesas em 39,18% e compensou a variação negativa do ano anterior (-9,70%). Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Nonoai (RS), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 20.

**Tabela 20: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM NONOAI (RS) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Assistência Médica e População	875.357,44	52,50%	2.188.393,59	27,08%	2.132.610,68	-2,55%	2.487.590,43	16,65%
Serviços de Saúde Pública	540.100,59	26,44%	1.350.251,48	5,37%	1.574.121,29	16,58%	2.009.376,90	27,65%
Edificações Públicas	23.609,60	/	59.024,00	/	61.600,00	4,36%	15.180,88	-75,36%
Assistência Financeira	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	12.000,00	/
Equipamentos para Saúde	16.595,60	/	41.489,00	/	285.951,44	589,22%	0,00	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.455.663,23</b>	<b>45,40%</b>	<b>3.639.158,07</b>	<b>21,16%</b>	<b>4.054.283,41</b>	<b>11,41%</b>	<b>4.524.148,21</b>	<b>11,59%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Nonoai (RS) mantém cinco programas de atendimento de saúde, sendo os dois primeiros mais representativos, em termos de despesas e canalização de recursos financeiros: assistência médica e população, serviços de saúde pública, edificações públicas (infraestrutura permanente), assistência financeira e equipamentos de saúde, que não teve aporte de despesas em 2012.

Em 2012 as despesas em saúde em Nonoai (RS) variaram 11,59% em relação ao ano de 2011, com destaque para o montante financeiro destinado para o programa de assistência médica e população e serviços de saúde pública, sendo que o programa de edificações públicas teve redução de -75,36% no aporte de despesas. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Faxinalzinho (RS), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 21.

**Tabela 21: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM FAXINALZINHO (RS) - SETEMBRO DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Serviços de Saúde Pública	670.190,53	59,73%	1.675.476,32	33,11%	1.729.373,90	3,22%	1.890.825,38	9,34%
Supervisão Coordenação Administrativa	38.225,57	12,00%	95.563,92	-6,67%	143.553,73	50,22%	156.479,30	9,00%
Edificações Públicas	19.381,79	-33,93%	48.454,47	-44,94%	8.910,00	-81,61%	0,00	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>727.797,88</b>	<b>50,67%</b>	<b>1.819.494,71</b>	<b>25,56%</b>	<b>1.881.837,63</b>	<b>3,43%</b>	<b>2.047.304,68</b>	<b>8,79%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

No intervalo desta análise, o município de Faxinalzinho (RS) possui três programas de serviços de saúde municipal: serviços de saúde pública, supervisão e coordenação administrativa e edificações públicas (infraestrutura, neste caso, sem a destinação de despesas em 2012), sendo que a variação global de despesas, entre 2011 e 2012, foi de 8,79%. O maior montante financeiro foi destinado ao programa de serviços de saúde pública. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Erval Grande (RS), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 22.

**Tabela 22: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM ERVAL GRANDE (RS) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Serviços de Saúde Pública	621.094,20	20,38%	1.552.735,51	0,31%	1.936.693,67	24,73%	2.308.397,28	19,19%
Assistência Médica e Odontológica Especializada	65.224,97	62,99%	163.062,42	35,82%	194.954,09	19,56%	59.109,02	-69,68%
Produção Controle e Distribuição de Medicamentos	62.372,26	45,76%	155.930,66	21,47%	193.790,33	24,28%	351.783,88	81,53%
Abastecimento de Água	68.053,89	692,01%	170.134,72	560,01%	29.847,86	-82,46%	0,00	-100,00%
Edificações Públicas	60.035,08	45,77%	150.087,70	21,47%	97.985,82	-34,71%	0,00	-100,00%
Assistência Financeira	1,41	/	3,53	/	14.752,41	/	20.957,87	/
<b>TOTAL</b>	<b>876.781,82</b>	<b>35,19%</b>	<b>2.191.954,54</b>	<b>12,66%</b>	<b>2.468.024,18</b>	<b>12,59%</b>	<b>2.740.248,05</b>	<b>11,03%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Erval Grande (RS) possui seis programas de serviços e atenção à saúde dos cidadãos, sendo eles: serviços de saúde pública, assistência médica e odontológica especializada, produção, controle e distribuição de medicamentos, abastecimento de água, edificações públicas e assistência financeira. A variação total de destinação de receitas, no intervalo em 2012 em relação ao ano anterior, foi de 11,03%.

Os programas com maiores destinações de despesas públicas foram de serviços de saúde pública, relacionados ao atendimento da população e de produção, controle e distribuição de medicamentos. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Itatiba do Sul (RS), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 23.

**Tabela 23: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM ITATIBA DO SUL (RS) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Serviços de Saúde Pública	875.162,98	35,70%	2.187.907,46	13,09%	2.505.655,50	14,52%	2.847.043,96	13,62%
Abastecimento de Água	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%	7.285,55	/
Práticas Desport Recreat e de Lazer das Comunid Escolares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	85.357,31	/
Assistência Médica e Odontológica Especializada	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	52.248,00	/
Equipamentos para Saúde	17.804,40	-64,80%	44.511,00	-70,67%	33.637,80	-24,43%	305.417,88	807,96%
<b>TOTAL</b>	<b>892.967,38</b>	<b>26,53%</b>	<b>2.232.418,46</b>	<b>5,44%</b>	<b>2.539.293,30</b>	<b>13,75%</b>	<b>3.297.352,70</b>	<b>29,85%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Em Itatiba do Sul (RS) existem cinco programas (foram adicionados dois em relação a 2011) de atendimento de saúde: serviços de saúde pública, abastecimento de água, práticas desportivas, recreação e de lazer nas comunidades escolares, assistência médica e odontológica especializada e equipamentos de saúde. O acréscimo de despesas em atendimento de saúde, em 2012, sofreu um acréscimo e 29,85%, sendo expressivo, considerando as despesas crescentes dos anos anteriores. No ano de 2012, a principal forma de destinação de despesas foi para o programa de serviços de saúde pública.

A atipicidade no incremento de despesas em atendimento de saúde de Itatiba do Sul (RS) foi constatada *in loco*, através de entrevista concedida pela secretária municipal de saúde, sendo que se constataram os seguintes investimentos: aquisição de novos veículos para deslocamento de pacientes, com recursos próprios e reforma do hospital municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA DO SUL, 2013).

De forma sistemática se observa que todos os municípios do estado do Rio Grande do Sul tiveram um aumento significativo em despesas em serviços de saúde municipal, sendo que a menor variação (2012 em relação a 2011) foi de Faxinalzinho, com 8,79% e a maior de Itatiba do Sul, com 29,85%. No âmbito geral, a média das despesas em serviços de saúde municipal, nestas seis unidades administrativas do Rio Grande do Sul, no entorno da UHE Foz do Chapecó, foi de 16,73%, sendo significativa, considerando a diminuição do tamanho das respectivas populações. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Itá (SC), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 24.

**Tabela 24: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM ITÁ (SC) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Atenção Básica	1.927.104,57	83,80%	4.817.761,43	53,17%	5.777.080,05	19,91%	5.818.032,90	0,71%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	120.824,32	80,78%	302.060,80	50,65%	529.883,07	75,42%	568.749,72	7,33%
Administração Geral	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	714.515,17	/
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	100.113,40	/
Vigilância Epidemiológica	9.279,97	71,26%	23.199,93	42,72%	31.126,52	34,17%	23.158,52	-25,60%
<b>TOTAL</b>	<b>2.057.208,86</b>	<b>83,56%</b>	<b>5.143.022,16</b>	<b>52,97%</b>	<b>6.338.089,64</b>	<b>23,24%</b>	<b>7.224.569,71</b>	<b>13,99%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

No município de Itá (SC) existem três programas ativos (total de cinco) de atenção à saúde dos munícipes, sendo de atenção básica, de assistência hospitalar e ambulatorial e de vigilância epidemiológica. Em 2012, houve um incremento de 13,99% de despesas nos respectivos programas, quando comparados ao mesmo período de 2011 (neste período foi mais expressivo - 23,24%), sendo que a principal destinação é para o programa de atenção básica.

O programa de vigilância epidemiológica teve uma redução de despesas de - 25,60%, quando comparado ao período de 2011. Os programas e as respectivas

despesas em serviços de saúde de Paial (SC), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 25.

**Tabela 25: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM PAIAL (SC) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Atenção Básica	561.497,30	8,34%	1.403.743,24	-9,71%	1.643.606,86	17,09%	1.926.786,70	17,23%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	55.809,96	0,00%	139.524,90	0,00%	25.639,00	-81,62%	69,00	-99,73%
Suporte Profilático e Terapêutico	69.407,51	0,00%	173.518,77	0,00%	202.882,03	16,92%	336.553,03	65,89%
Vigilância Sanitária	2.782,90	0,00%	6.957,24	0,00%	12.337,00	77,33%	10.470,84	-15,13%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	13.641,02	/	18.031,13	32,18%
Vigilância Epidemiológica	772,00	0,00%	1.930,00	0,00%	0,00	-100,00%	5.664,97	/
<b>TOTAL</b>	<b>690.269,66</b>	<b>33,19%</b>	<b>1.725.674,15</b>	<b>10,99%</b>	<b>1.898.105,91</b>	<b>9,99%</b>	<b>2.297.575,67</b>	<b>21,05%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Paial (SC) mantém seis programas de atenção à saúde dos cidadãos, sendo eles: atenção básica, assistência hospitalar ambulatorial, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, alimentação e nutrição e vigilância epidemiológica (este inativo). Em 2012, houve um incremento nas despesas em saúde de 21,05%. Neste período, a principal destinação de despesas foi para o programa de atenção básica e representou 17,23% de aumento em relação ao ano de 2011.

O programa de assistência hospitalar ambulatorial e vigilância sanitária tiveram variação negativa no aporte de despesas. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Chapecó (SC), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 26.

**Tabela 26: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM CHAPECÓ (SC) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Atenção Básica	17.487.489,41	16,41%	43.718.723,53	-3,00%	57.302.485,21	31,07%	70.974.355,10	23,86%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	19.981.991,23	45,92%	49.954.978,08	21,60%	55.571.077,94	11,24%	60.898.131,91	9,59%
Suporte Profilático e Terapêutico	841.163,16	246,62%	2.102.907,90	188,85%	2.335.627,88	11,07%	2.515.125,38	7,69%
Vigilância Sanitária	420.131,58	54,53%	1.050.328,96	28,78%	1.086.448,52	3,44%	1.036.675,19	-4,58%
Vigilância Epidemiológica	223.264,00	-20,75%	558.160,01	-33,96%	656.727,02	17,66%	343.913,67	-47,63%
Alimentação e Nutrição	3.120.218,17	0,00%	7.800.545,42	0,00%	6.438.247,50	-17,46%	3.520.499,94	-45,32%
<b>TOTAL</b>	<b>42.074.257,56</b>	<b>42,56%</b>	<b>105.185.643,90</b>	<b>18,80%</b>	<b>123.390.614,07</b>	<b>17,31%</b>	<b>139.288.701,19</b>	<b>12,88%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Os seis programas municipais de serviços de saúde de Chapecó (SC) são os seguintes: atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e alimentação e nutrição. As principais destinações de receitas são para o programa de atenção básica, que variou 23,86%, em 2012 e de assistência hospitalar e ambulatorial, que variou 9,59%.

Os programas de vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e alimentação e nutrição tiveram uma diminuição no aporte de despesas, e no âmbito geral, houve uma variação positiva de 12,88% nas receitas de todos os programas de Chapecó (SC). Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Guatambu (SC), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 27.

**Tabela 27: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM GUATAMBU (SC) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Atenção Básica	1.020.231,64	11,99%	2.550.579,09	-6,67%	2.957.671,70	15,96%	3.196.834,84	8,09%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	13.349,13	0,00%	33.372,82	0,00%	65.770,09	97,08%	62.450,11	-5,05%
Vigilância Sanitária	3.142,73	0,00%	7.856,82	0,00%	6.812,95	-13,29%	10.979,19	61,15%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	86.240,92	0,00%	75.765,42	0,00%
Vigilância Epidemiológica	2.456,00	0,00%	6.140,00	0,00%	14.736,50	140,01%	3.010,00	-79,57%
<b>TOTAL</b>	<b>1.039.179,49</b>	<b>14,07%</b>	<b>2.597.948,73</b>	<b>-4,94%</b>	<b>3.131.232,16</b>	<b>20,53%</b>	<b>3.349.039,56</b>	<b>6,96%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Guatambu (SC) mantém cinco programas de atendimento à saúde populacional: atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, vigilância sanitária, alimentação e nutrição e vigilância epidemiológica. Em 2012 houve um acréscimo de despesas de 6,96%, quando comparado ao mesmo período de 2011.

As maiores despesas foram concentradas no programa de atenção básica, entretanto, o programa de vigilância epidemiológica e assistência hospitalar e ambulatorial, tiveram uma variação negativa de despesas, quando comparadas ao ano anterior. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Caxambu do Sul (SC), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 28.

**Tabela 28: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM CAXAMBU DO SUL (SC) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Atenção Básica	879.498,66	41,96%	2.198.746,64	18,30%	2.710.773,69	23,29%	3.270.847,28	20,66%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	79.123,41	75,83%	197.808,53	46,52%	202.106,54	2,17%	290.837,03	43,90%
Vigilância Sanitária	1.357,72	8,01%	3.394,29	-9,99%	12.885,69	279,63%	2.754,00	-78,63%
Vigilância Epidemiológica	2.612,91	35,63%	6.532,28	13,02%	10.033,79	53,60%	3.104,36	-69,06%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	51.427,11	/	65.115,08	26,62%
<b>TOTAL</b>	<b>962.592,70</b>	<b>44,16%</b>	<b>2.406.481,74</b>	<b>20,13%</b>	<b>2.987.226,82</b>	<b>24,13%</b>	<b>3.632.657,75</b>	<b>21,61%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Caxambu do Sul (SC) mantém cinco programas de atendimento à saúde populacional: atenção básica, assistência hospitalar e ambulatorial, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica e alimentação e nutrição. O aporte de despesas de 2012 variou 21,61%, quando comparado ao ano anterior. Houve uma variação negativa



para os programas de vigilância sanitária e epidemiológica. Os programas e as respectivas despesas em serviços de saúde de Águas de Chapecó (SC), de 2010 até dezembro de 2012, podem ser verificados na Tabela 29.

**Tabela 29: PROGRAMAS E DESPESAS COM SAÚDE EM ÁGUAS DE CHAPECÓ (SC) - DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Atenção Básica	1.042.420,70	21,14%	2.606.051,75	0,95%	3.029.630,31	16,25%	3.797.861,28	25,36%
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.120,00	-38,33%	55.300,00	-48,61%	118.500,00	114,29%	357.625,48	201,79%
Vigilância Sanitária	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	7.199,81	/
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	81.936,95	/
Vigilância Epidemiológica	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	78.595,34	0,00%	23.067,01	-70,65%
<b>TOTAL</b>	<b>1.064.540,70</b>	<b>17,68%</b>	<b>2.661.351,75</b>	<b>-1,93%</b>	<b>3.226.725,65</b>	<b>21,24%</b>	<b>4.267.690,53</b>	<b>32,26%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Em Águas de Chapecó (SC) existem cinco programas (no Relatório T1 eram três programas) de atenção à saúde dos munícipes: assistência básica, assistência hospitalar e ambulatorial, vigilância sanitária, alimentação e nutrição e vigilância epidemiológica. No ano de 2012 houve um incremento nas despesas de atendimento de saúde de Águas de Chapecó (SC) que atingiu 32,26%, sendo que a maior destinação foi para o programa de atenção básica e a maior variação para a assistência hospitalar e ambulatorial.

A atipicidade no incremento de despesas em atendimento de saúde de Águas de Chapecó (SC) foi constatada *in loco*, através de entrevista concedida pela secretária municipal de saúde, sendo que se constatou o seguinte investimento: reforma e ampliação da unidade de pronto atendimento municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, 2013).

No contexto geral, a média das despesas em serviços de saúde municipal, nestas seis unidades administrativas de Santa Catarina, no entorno da UHE Foz do Chapecó, foi de 18,12% (1,39% maior que nos municípios do Rio Grande do Sul, no mesmo período). Observa-se uma variação significativa, considerando a diminuição do tamanho das respectivas populações, exceto em Chapecó e Águas de Chapecó.

### 3.2.1.1 Despesas per capita nos municípios

Um indicador importante para a verificação do aporte das despesas relacionadas aos serviços de saúde municipal, está relacionado à proporcionalidade das mesmas em relação à população de cada município. Neste sentido, a Tabela 30 apresenta uma relação proporcional entre as despesas em serviços de saúde, para cada indivíduo de cada população municipal (IBGE, 2012).

Observa-se, por um lado, que as maiores despesas per capita estão em Paial (SC), com R\$ 1.335,79 por habitante, seguido de Itá (SC), com R\$ 1.133,26 (em ambos houve

um aumento em relação ao Relatório T1). Por outro, as menores despesas per capita são de Alpestre (RS), com R\$ 269,04 e de Nonoai (RS), com R\$ 378,20 (este município teve um importante incremento em relação ao período do Relatório T1). A diferença entre a maior despesa per capita (Paial – SC) e a menor (Alpestre<sup>2</sup> – RS – este município que possui a maior quantidade de programas municipais de atendimento à saúde – Tabela 18) é de R\$ 1.066,75.

**Tabela 30: DESPESAS PER CAPITA EM SAÚDE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO, DE 2012**

Município	Despesas Totais Saúde 2012 (R\$)	Estimativa Populacional 2012	Despesas Per capita (R\$)
Alpestre (RS)	2.068.672,77	7.689	269,04
Rio dos Índios (RS)	1.997.816,63	3.453	578,57
Nonoai (RS)	4.524.148,21	11.962	378,20
Faxinalzinho (RS)	2.047.304,68	2.514	814,36
Ervai Grande (RS)	2.740.248,05	5.090	538,35
Itatiba do Sul (RS)	3.297.352,70	4.008	822,69
Itá (SC)	7.224.569,71	6.375	1.133,26
Paial (SC)	2.297.575,67	1.720	1.335,79
Chapecó (SC)	139.288.701,94	189.052	736,77
Guatambu (SC)	3.349.039,56	4.676	716,21
Caxambu do Sul (SC)	3.632.657,75	4.283	848,15
Águas de Chapecó (SC)	4.267.690,53	6.160	692,80

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte: IBGE, 2012.

Para a aferição da atipicidade das despesas em saúde de Paial (SC), em relação aos demais municípios desta análise, efetivou-se uma visita *in loco*, sendo que se obtiveram as seguintes explicações para as despesas per capita: existe o fornecimento de medicação contínua (de uso sistemático ou não), independente dos valores, para a população, com mais de quatrocentos itens disponíveis, sejam através de aquisição imediata em farmácias ou em licitações; despesas em convênios com o consórcio SISAMOSC para exames de ressonância magnética; aporte de valores em consultas especializadas (80%); acompanhamento e aporte financeiro integral para gestantes, inclusive no nascimento do filho; contratação de profissionais diversificados, tais como de médico, nutricionista e psicólogo e o oferecimento de transporte de pacientes desde a residência até o local de atendimento e o percurso contrário (PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL, 2013).

### 3.2.2 Estrutura do SAMU

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) realiza o atendimento de urgência e de emergência em diversos locais, tais como em residências, em locais de

<sup>2</sup> A atual Secretária de Saúde de Alpestre (RS), Sra. Carmem de Oliveira Ribeiro não soube explicar os motivos das menores despesas per capita em saúde, uma vez que foram executadas em mandato anterior. Foram efetuadas várias tentativas e contatos com o Secretário de Saúde de Alpestre (RS), na gestão anterior, entretanto, sem sucesso.

trabalho e em vias públicas, entre outros. Os serviços do SAMU foram criados em 2003, como parte integrante da Política Nacional de Atenção a Urgências, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU - 192) tem dado suporte para reduzir o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as sequelas decorrentes da falta de socorro (BRASIL, 2012).

Os serviços do SAMU funcionam 24 horas por dia com equipes de médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas, que atendem as ocorrências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica, saúde mental e outros, da população (BRASIL, 2012). Nos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó os Serviços do SAMU estão disponíveis, no ano de 2012, em Nonoai (RS) e Chapecó (SC). Neste período, o município de Águas de Chapecó (SC), também foi atendido pelo SAMU, entretanto, a unidade tem sede em São Carlos (SC), município com a sede urbana próxima. Nesta modalidade de socorro, nos municípios de Santa Catarina (SC), localizados nas proximidades de Chapecó e São Carlos, que também são servidos por serviços de bombeiros (existe também estrutura de bombeiros no município de Nonoai – RS).

### **3.2.3 Programas de atendimento aos idosos**

De forma sistemática os municípios possuem programas de atenção à terceira idade que estão mais relacionadas aos grupos de idosos com atividades de recreação, de produção de artesanato, de visitação e atividades de lazer, tanto no ambiente urbano quanto no rural. A contemplação de políticas públicas municipais com idosos se constitui com uma tendência de ampliação, no âmbito regional, pela maior abrangência deste público no contexto da população total. Entretanto, salienta-se a inexistência de dados oficiais para analisar a cobertura destes programas sociais de atenção à terceira idade, nos respectivos municípios, do entorno da UHE Foz do Chapecó.

Em Chapecó um programa de atenção à terceira idade é denominado de “Cidade do Idoso” está localizado no parque de exposições da EFAPI (Parque Tancredo de Almeida Neves - bairro EFAPI), está instalado desde 2009. Possui uma série de ações voltadas à promoção do bem-estar de usuários acima de 60 anos, sendo que era frequentado por 1.600 idosos em final de 2012 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, 2013b).

Outro programa de atenção aos idosos de Chapecó que possui um impacto qualitativo relevante é a Universidade da Melhor Idade de Chapecó – UMIC, representado pelo acesso ao ensino superior através de curso de extensão e que abrigava 60 idosos (2012). Este programa é uma parceria entre a Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) com a Prefeitura Municipal de Chapecó (PMC) (UNOESC, 2012).

### **3.2.4 Variáveis complementares relacionadas à saúde municipal**

Quanto às variáveis complementares municipais de promoção da saúde da população de todos os municípios existe uma restrição, pois no intervalo temporal do Relatório T2, inexistem informações públicas disponíveis para análise (esta restrição já foi percebida no Relatório T1). Os programas municipais de promoção da saúde da população são disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo que a última série de dados foi de 2009, conforme demonstração do Relatório T0.

Entretanto, destaca-se que existem dados que são relativamente estáticos na região e que podem servir de referência para a compreensão da realidade dos municípios, com base na análise do Relatório T0, entre os quais citam-se: número de modalidades e de estabelecimentos de saúde por municípios, leitos disponíveis e tipologias de atendimentos, entre outros.

### 3.3 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES E DADOS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

#### 3.3.1 Taxas de analfabetismo municipal

Em função da inexistência de dados estatísticos sobre a população em idade escolar, em 2012, por município, o primeiro indicador sobre educação municipal está relacionado a uma projeção das taxas de analfabetismo (percentual de 2010). As taxas de analfabetismo dos municípios, em 2012, considerando todo o conjunto populacional que não sabe ler e escrever (aqui não se considera o analfabetismo funcional), baseado nas projeções dos dados demográficos do IBGE (2012) e para os municípios do Rio Grande do Sul (FEE, 2012), pode ser vistas nos itens a seguir:

- Alpestre (RS) - 997 pessoas - 12,70%.
- Rio dos Índios (RS) - 511 pessoas - 14,90%.
- Nonoai (RS) - 1.315 pessoas - 11,00%.
- Faxinalzinho (RS) - 239 pessoas - 9,50%.
- Erval Grande (RS) - 600 pessoas - 11,80%.
- Itatiba do Sul (RS) - 449 pessoas - 11,20%.
- Itá (SC) - 388 pessoas - 6,10%.
- Paial (SC) - 158 pessoas - 9,20%.
- Chapecó (SC) - 8.507 pessoas - 4,50%.
- Guatambu (SC) - 477 pessoas - 10,20%.
- Caxambu do Sul (SC) - 462 pessoas - 10,80%.
- Águas de Chapecó (SC) - 394 pessoas - 6,40%.

Os percentuais de analfabetismo da população regional se mantêm elevados em função da inexistência de um sistema de ensino que fosse abrangente e sistemático em períodos pretéritos, o que determina que em população adulta e idosa, os percentuais sejam maiores e de difícil reversão. Observam-se que nos municípios localizados no Rio Grande do Sul, os percentuais de analfabetismo são maiores, entre os quais citam-se: Rio dos Índios (RS) e Alpestre (RS), quando comparados com a média estadual de 4,6%, em 2011 (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2011).

As taxas de analfabetismo dos municípios de Santa Catarina também são elevadas, contudo, a menor taxa de analfabetismo foi de Chapecó (SC), com 4,50% da população, entretanto, a população absoluta atingiu 8.325 pessoas, sendo compatível com a média estadual de 3,86% (SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2011).

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) do IBGE (2012) "a escolarização de crianças de 6 a 14 anos está praticamente universalizada, [...] no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, em 2012". Para os dois Estados "os adolescentes entre 15 e 17 anos apresentaram uma taxa de escolarizações menores, porém, apenas

em torno da metade desses adolescentes estavam na série adequada – o atraso escolar representa um problema para a funcionalidade adequada dos sistemas de ensino estaduais e municipais. Ressalta-se que houve um grande avanço em relação há uma década atrás, no entanto, os indicadores do SIS revelam ainda uma alta defasagem idade-série nas escolas (IBGE, 2012).

No âmbito geral estadual, as taxas de analfabetismo de Santa Catarina eram de 0,1% para a população entre 10 e 14 anos e de 3,9%, para a população com 15 ou mais anos de idade. No caso do Rio Grande do Sul (os dados são disponíveis e indicativos de 2012) eram de 0,7% para a população entre 10 e 14 anos e de 4,3%, para a população com 15 ou mais anos de idade (ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2012). Observa-se que no primeiro estrato as taxas de analfabetismo são ínfimas, portanto, está praticamente erradicada e, infere-se que os indicadores da região abrangida pelo Relatório T2, são mais expressivos.

Salienta-se que os maiores percentuais de população analfabeta nos municípios estão determinados pela incorporação da população adulta e idosa, uma vez que as estimativas populacionais do IBGE (2012) não contemplam a população por faixa etária, no entanto, apenas geral. Nestes dois estratos, o percentual de analfabetos se eleva consideravelmente, em função na não universalização do ensino básico em períodos pretéritos (Ver dados da Síntese de Indicadores Sociais - SIS, 2010 e 2012).

Neste sentido, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE (2012), no que diz respeito à alfabetização de idosos, “ao contrário do Brasil, especificamente o estado de Santa Catarina registrou aumento da quantidade de pessoas que não sabe ler nem escrever, na última década”. Mesmo o estado sendo considerado um dos mais escolarizados do país, o número de analfabetos idosos catarinenses cresceu 14%, porém, destaca-se que o crescimento foi registrado somente na faixa etária de idosos, com 65 anos ou mais, que é característica nos doze municípios desta análise, especialmente no ambiente rural (CNTE, 2012).

Se, por um lado, a taxa de analfabetismo de determinado município representa um indicador, por outro, o restante do percentual da população que atinge 100%, representa a população de diferentes idades que sabe ler e escrever, portanto, a taxa de pessoas alfabetizadas, não considerando o analfabetismo funcional. Como exemplo, cita-se o município de Rio dos Índios (RS), onde as taxas de alfabetização são de 85,10% e de Chapecó (SC) que são de 95,50% (destaca-se que entre ambos existe uma diferença populacional absoluta importante, em função do tamanho da população de cada município).

### **3.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Educação**

O conceito de desenvolvimento humano surgiu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades [...]. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que observa o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura contemplar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades (PNUD, 2012), entre os quais considera a inserção e evolução no ensino básico.

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana, neste caso vinculado à educação (PNUD, 2012).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) vinculado à educação considera o grau de escolaridade da população (média de anos de estudo da população adulta), portanto um critério quantitativo e a expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada em uma instituição de ensino (PNUD, 2012). Embora seja embasado com base em censos demográficos dos IBGE (2000), o lançamento do IDH, se deu em 2003 e o próximo será apenas em 2013, ou seja, em intervalo temporal de 10 anos (em 20 de maio de 2013 o IDH havia sido divulgado apenas em nível de país).

De acordo com o PNUD Brasil (2013) o novo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil está sendo produzido com os dados do Censo 2010. O novo Atlas terá seu lançamento previsto para o primeiro semestre de 2013 e apresentará o IDH de todos os municípios do país, bem como os indicadores de suporte à análise do IDH. O novo Atlas terá uma plataforma [...] para consulta e visualização dos dados acessível. Ao longo de 2012 foram feitas parcerias estratégicas para a produção do Atlas, oficinas técnicas para a definição da metodologia a ser adotada para o IDH-M, bem como o tratamento dos dados oriundos do censo demográfico de 2010.

No mês de março de 2013 foi lançado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, que permite um comparativo entre os mesmos, entretanto, este Índice ainda não foi disponibilizado para a aferição das desigualdades regionais, no interior de cada país, neste caso o Brasil e suas respectivas regiões (PNUD, 2013a).

Portanto, a variação do IDHM atual, será contemplada no próximo Relatório T3, (em situação ideal de dados disponíveis) sendo que possibilitará aferir uma comparação em relação às séries anteriores. Neste sentido, será possível averiguar se a instalação (a operação ainda não, pois, os dados são baseados no censo demográfico do IBGE, de 2010) da UHE Foz do Chapecó, provocou alterações nos indicadores sociais nos municípios. Estas modificações devem-se pela canalização de aumento nas receitas municipais (ver indicadores de receitas – item 3.1 até 3.1.13 deste Relatório T2), que

convertem em políticas públicas, na implantação de infraestrutura, na geração de trabalho e renda, entre outros.

### 3.3.3 Modalidades das redes de ensino nos municípios

No âmbito nacional o sistema de educação básica é constituído pelo primeiro nível do ensino escolar e compreende três etapas: a educação infantil (para crianças de zero a cinco anos), o ensino fundamental (para alunos de seis a quatorze anos) e o ensino médio (para alunos de quinze até dezessete anos) (BRASIL, 2012). Este sistema de ensino pode ser gerenciado por diversas modalidades entre as quais se destacam a federal, a estadual, a municipal e a privada. Na Tabela<sup>3</sup> 31 verifica-se as diferentes modalidades de estabelecimentos ou dependência administrativa do ensino, nos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, em 2012.

**Tabela 31: Modalidades de estabelecimentos de ensino no RS e em SC, em 2012**

Município 2012	Dependência Administrativa				Total
	Estadual	Federal	Municipal	Privada	
Alpestre	05	-	08	01	14
Rio Índios	03	-	07	-	10
Nonoai	05	-	07	03	15
Faxinalzinho	02	-	05	-	07
Erval Grande	02	-	05	-	07
Itatiba do Sul	04	-	04	-	08
<b>Sub-total</b>	<b>21</b>	<b>-</b>	<b>36</b>	<b>04</b>	<b>61</b>
Itá	02	-	06	01	09
Paial	01	-	05	-	06
Chapecó	30	01	39	21	81
Guatambu	02	-	06	-	08
Caxambu do Sul	03	-	03	-	06
Águas de Chapecó	03	-	06	-	09
<b>Sub-total</b>	<b>41</b>	<b>01</b>	<b>63</b>	<b>22</b>	<b>119</b>
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>01</b>	<b>99</b>	<b>26</b>	<b>180</b>

Fonte 01: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte 02: Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina, 2012.

O número de escolas estaduais nos seis municípios do Rio Grande do Sul atinge 21 unidades, sendo que estão mais vinculadas ao ensino médio, enquanto que as escolas administradas pelos municípios somam 36, mais atreladas à educação fundamental. Existem escolas de ensino básico privadas em Alpestre e Nonoai e no âmbito geral, as unidades escolares somavam 61 unidades, em 2012 (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2012).

No caso dos municípios localizados no estado de Santa Catarina, existe uma concentração das unidades de ensino no município de Chapecó, inclusive com a gestão privada (21) e de um estabelecimento de ensino técnico médio federal, pela própria

<sup>3</sup> A ordem dos municípios nas Tabelas, com dados estatísticos sobre atendimento escolar e educação será primeiro do RS, da jusante para a montante (Alpestre até Itatiba do Sul) e depois de SC, com o critério contrário, da montante para a jusante (de Itá até Águas de Chapecó).



abrangência populacional de estudantes. As escolas com dependência administrativa do estado representam 41 e do município 63 e a soma de todas as unidades de ensino representam 110 estabelecimentos (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2012).

No contexto dos doze municípios, observa-se a presença de escolas com dependência administrativa, com a seguinte caracterização: estadual, são 62 escolas; federal, apenas uma; municipal, são 99 escolas e privadas, são 26 unidades, totalizando 180 escolas (destas 45% localizadas no município de Chapecó).

### **3.3.4 Evolução do número de matrículas do ensino básico municipal**

Este item demonstra o número de matrículas, por modalidade de ensino, por município, de alunos de Educação infantil, Ensino fundamental e Ensino médio, todos na modalidade presencial e regular (tanto para 2011 – no Relatório T1, quanto para 2012, no Relatório T2, não existem dados disponíveis com o mesmo detalhamento do Relatório T0). Os dados foram extraídos da Secretaria Estadual da Educação do estado do Rio Grande do Sul (modalidade Estadual e Municipal) e do Portal do INEP (2012). As matrículas estão distribuídas com a seguinte configuração, considerando a idade dos frequentantes, sem atraso escolar, de cada modalidade de ensino:

- Educação infantil (creche e pré-escola): até 5 anos de idade.
- Ensino fundamental regular - de 1ª até a 8ª série: de 6 até 14 anos.
- Ensino médio regular: de 15 até 17 anos (ou mais caso exista atraso escolar que é comum na região de análise).

As informações sobre o número de matrículas (2012), efetivadas pela gestão de escolas estadual e municipal, localizadas no espaço urbano e rural, nos municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, tanto integral quanto parcial (ainda predomina esta modalidade), no entorno do reservatório da UHE Foz do Chapecó, podem ser verificadas na Tabela 32.

Observa-se que a modalidade de Educação infantil normalmente é gerenciada pelos municípios, exceto em Erval Grande (RS), com mais predomínio no espaço urbano e o maior grupo está localizado no município de Nonoai (RS) e representa 333 crianças (em todos os municípios são 717 crianças que frequentam esta modalidade de ensino). O único município com sistema de ensino de Educação infantil na modalidade Estadual urbana e rural e municipal rural é Alpestre (RS), sendo que nos demais a localização destas unidades de educação é mais concentrada. A variação das matrículas de Educação infantil nestes municípios, entre 2011 (Relatório T1) e 2012 (Relatório T2) foi de -4,14%.

Em relação ao Ensino fundamental, se desenvolve de forma integral por gestão pública Estadual urbana e rural, exceto em Rio dos Índios (RS) (sem Municipal urbana) e em Erval Grande (RS) (sem a Estadual rural). Esta modalidade de ensino possui os

maiores contingentes de alunos e abrange de 1ª até a 8ª série, ou seja, crianças de 6 até 14 anos. No Ensino fundamental dos seis municípios existem 4.396 alunos matriculados, com destaque para os municípios de Alpestre (RS) e Nonoai (RS), ambos com maiores populações de estudantes nesta modalidade de ensino. A variação das matrículas de Ensino fundamental, nestes municípios entre 2011 (Relatório T1) e 2012 (Relatório T2) foi de -8,73%, considerado elevado para os padrões regionais (os motivos desta variação negativa teriam que ser investigados).

**Tabela 32: EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE MATRÍCULAS NOS MUNICÍPIOS RS – 2012**

<b>Município 2012</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>
Alpestre (RS)	Estadual Urbana	-	261	319
	Estadual Rural	21	248	-
	Municipal Urbana	79	66	-
	Municipal Rural	40	394	-
Rio dos Índios (RS)	Estadual Urbana	-	89	125
	Estadual Rural	-	97	-
	Municipal Urbana	62	-	-
	Municipal Rural	-	235	-
Nonoai (RS)	Estadual Urbana	-	574	421
	Estadual Rural	-	285	-
	Municipal Urbana	333	491	-
	Municipal Rural	-	140	-
Faxinalzinho (RS)	Estadual Urbana	-	237	123
	Estadual Rural	-	42	-
	Municipal Urbana	30	86	-
	Municipal Rural	-	29	-
Erval Grande (RS)	Estadual Urbana	18	337	139
	Estadual Rural	-	-	-
	Municipal Urbana	32	58	-
	Municipal Rural	42	259	-
Itatiba do Sul (RS)	Estadual Urbana	-	111	125
	Estadual Rural	-	120	-
	Municipal Urbana	51	183	-
	Municipal Rural	9	54	-

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte: Portal do INEP, 2012.

No que diz respeito ao Ensino médio se desenvolve na modalidade Estadual e urbana, possivelmente em função da nucleação das escolas pré-existentes distribuída pelo território municipal e a soma destes estudantes representa 1.252 indivíduos. A variação das matrículas de Ensino médio nestes municípios, entre 2011 (Relatório T1) e 2012 (Relatório T2) foi de -6,28%, sendo que historicamente esta modalidade de ensino possui maior evasão escolar.

As informações sobre o número de matrículas (2012), efetivadas pela gestão de escolas Estadual e Municipal, localizadas no espaço urbano e rural, nos municípios localizados no estado de Santa Catarina, tanto integral quanto parcial (ainda predomina esta modalidade – um turno), no entorno do reservatório da UHE Foz do Chapecó, podem ser verificadas na Tabela 33.

**Tabela 33: EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE MATRÍCULAS NOS MUNICÍPIOS SC – 2012**

<b>Município 2012</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>
Itá (SC)	Estadual Urbana	-	160	170
	Estadual Rural	-	89	-
	Municipal Urbana	256	544	80
	Municipal Rural	34	113	-
Paial (SC)	Estadual Urbana	-	123	64
	Estadual Rural	-	-	-
	Municipal Urbana	52	134	-
	Municipal Rural	-	-	-
Chapecó (SC)	Estadual Urbana	-	11.264	6.138
	Estadual Rural	-	1.087	205
	Municipal Urbana	7.903	9.084	-
	Municipal Rural	475	781	-
Guatambu (SC)	Estadual Urbana	-	324	191
	Estadual Rural	-	192	-
	Municipal Urbana	92	152	-
	Municipal Rural	81	72	-
Caxambu do Sul (SC)	Estadual Urbana	-	1.301	744
	Estadual Rural	-	-	-
	Municipal Urbana	632	1.186	-
	Municipal Rural	-	-	-
Águas de Chapecó (SC)	Estadual Urbana	-	424	176
	Estadual Rural	-	117	-
	Municipal Urbana	115	66	-
	Municipal Rural	55	92	-

Fonte: Portal do INEP, 2012.

A modalidade de Educação infantil, nos municípios do estado de Santa Catarina, é gerida pelo município e se desenvolve tanto no ambiente urbano quanto no rural, em todos os municípios, exceto em Paial (SC) e Caxambu do Sul (SC) (somente urbana). As crianças das creches e pré-escolas representam 9.695 alunos, sendo que em quase sua totalidade inseridas no sistema de ensino de Chapecó (7.903 crianças ou 81,51%). A variação de matrículas entre o período o ano de 2011 (Relatório T1) e 2012 (Relatório T2), foi positiva, inclusive com o isolamento do município de Chapecó.

O Ensino fundamental é estruturado através das modalidades Estadual e Municipal, tanto urbana quanto rural, exceto em Paial (SC) e Caxambu do Sul (SC). O Ensino fundamental que abriga a maior quantidade de matrículas escolares, quando comparado com as demais modalidades, atinge 27.307 matrículas, sendo que 21.453 (79,28%) localizadas em Chapecó (SC). A variação de matrículas, entre o período o ano de 2011 (Relatório T1) e 2012 (Relatório T2), foi negativa para os municípios da região (sem o município de Chapecó), atingiu -28,85% e em Chapecó (SC) -6,34%, o que demonstra uma retração do público de pessoas na idade entre 6 até 14 anos.

A modalidade de Ensino médio é gerida pelo Estado, sendo que em Itá (SC) também existe a gestão pelo Município e em Chapecó (SC) é o único local com sistema de Ensino médio no ambiente rural. A soma de todas as matrículas em 2012 representa 7.768 alunos, sendo que 6.138 (79,01%) localizados em Chapecó. No Ensino

fundamental houve uma variação positiva nas matrículas de 40% entre 2011 (Relatório T1) e 2012 (Relatório T2), exceto no município de Chapecó, que ficou estável.

### 3.3.5 Evolução de demais modalidades de sistema de ensino básico

Entre as demais modalidades de ensino básico instituída nos doze municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, cita-se a Educação de Jovens e Adultos (EJA), as escolas destinadas para as pessoas com deficiências e a educação indígena (presença de Terra Indígena nos municípios de Nonoai, Rio dos Índios e Faxinalzinho – RS e de Chapecó - SC), normalmente gerida pelo Órgão público, tanto estadual quanto municipal.

#### 3.3.5.1 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Em relação à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), que normalmente está atrelada à população que está “fora da idade escolar adequada”, por não ter tido acesso ou continuidade no sistema formal de ensino, tem-se a seguinte configuração (INEP, 2012): i) presença de Educação de jovens e adultos, na modalidade de Anos iniciais e Anos finais do ensino fundamental, ou seja, do Ensino fundamental, sendo presencial estadual ou municipal, tanto rural quanto urbana, de 2012; ii) presença de Educação de jovens e adultos, na modalidade de Ensino médio, estadual ou municipal, tanto rural quanto urbana, de 2012.

As diferentes modalidades de ensino vinculadas à Educação de jovens e adultos (EJA), nos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, de 2012, estão contempladas na Tabela 34. Destaca-se que a Educação de jovens e adultos é gerida pelo Estado e pelos Municípios, nas modalidades de Ensino fundamental e médio.

**Tabela 34: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS MUNICÍPIOS DO RS E SC – 2012**

Município	Ano	Matrículas EJA	
		Fundamental	Médio
Alpestre (RS)	2012	-	-
Rio dos Índios (RS)	2012	-	-
Nonoai (RS)	2012	05	01
Faxinalzinho (RS)	2012	-	-
Erval Grande (RS)	2012	-	-
Itatiba do Sul (RS)	2012	-	03
Itá (SC)	2012	-	-
Paial (SC)	2012	-	-
Chapecó (SC)	2012	32	10
Guatambu (SC)	2012	-	-
Caxambu do Sul (SC)	2012	-	02
Águas de Chapecó (SC)	2012	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>37</b>	<b>16</b>

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte: Fonte: Portal do INEP, 2012.

De acordo com o Portal do INEP (2012) e da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2012) existem estruturas de Educação de Jovens e Adultos em quatro

municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, por vezes no Ensino fundamental ou no médio. O total de alunos do EJA de Ensino fundamental é de apenas 37 alunos e Ensino médio, a soma atingiu apenas 16 alunos. A comparação com os dados de 2011 (Relatório T1) demonstra uma expressiva queda nas matrículas desta modalidade de Ensino nos municípios da região, inclusive em Chapecó, uma vez que no Relatório anterior, o Ensino fundamental possuía 1.530 matrículas e o Ensino médio 1.061 matrículas.

Neste sentido, efetivou-se uma coleta de informações *in loco*, na Secretaria Municipal de Educação de Nonoai (2013) e Secretaria Municipal de Educação de Águas de Chapecó (2013c) conforme demonstrado nos itens 2.3.3, 2.3.3.1 e 2.6 deste Relatório técnico. Foi possível constatar as seguintes configurações, para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) da região da análise:

- Por considerar que o público de convergência do EJA ser constituído principalmente por população em idade adulta, existe um “expressivo desinteresse” por esta modalidade de ensino.
- O público com potencialidade para frequentar o EJA tem como necessidade imediata o trabalho e não o estudo.
- O público com potencialidade para frequentar o EJA não observa, nesta modalidade de ensino, uma condição para manutenção do trabalho atual e futuro.
- Diminuição das taxas de analfabetismo do público com potencialidade para frequentar o EJA.
- Público potencial normalmente localizado no espaço rural, em locais de mais difícil acesso e locomoção para locais das aulas – muitas vezes escolas nucleadas urbanas.
- Desistência de alunos regularmente matriculados em anos anteriores o que reflete na comunicação entre os laços de amizade e parentesco (desestímulo), em público que necessitaria desta modalidade de Ensino.
- Falta de atrativos da modalidade de Ensino.
- Deficiências na coordenação do EJA por parte da regional de Ensino, neste caso específico, para o estado de Santa Catarina.

Neste sentido, de acordo com os gestores das Instituições pesquisadas, observa-se que existem problemas estruturais das mais diversas esferas que influenciam para a diminuição das matrículas desta modalidade de ensino, desde gestão, falta de estímulo pessoal e de um atrativo por parte do ensino, até as dificuldades para o acesso e locomoção à escola, entre outras.

### 3.3.5.2 Educação Especial

Outra modalidade de ensino específica e a Educação especial, que de acordo com a Política Nacional, se constitui como uma educação inclusiva, com proposta educacional que reconhece o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar

(educação compartilhada), sem discriminações de qualquer natureza, inclusive as pessoas com deficiências (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2007). No âmbito dos municípios da região existem escolas destinadas à educação inclusiva, sendo que a localização é urbana e a gestão pode acontecer pelo Estado, Município ou pela iniciativa privada (INEP, 2012).

A Tabela 35 demonstra a quantidade de matrículas, dos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, localizados no estado do Rio Grande do Sul (2012), inseridos em modalidade de Educação especial, ou seja, de alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos (compartilhamento de um mesmo espaço escolar de turmas regulares). Desta a forma a Tabela 35, evidencia a inserção de pessoas com deficiência no sistema escolar municipal de: Educação infantil (creche e pré-escola), Ensino fundamental (anos iniciais e finais) e Ensino médio (INEP, 2012).

**Tabela 35: SISTEMA DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DO RS - 2012**

<b>Município 2012</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>
Alpestre (RS)	Estadual Urbana	-	08	02
	Estadual Rural	-	03	-
	Municipal Urbana	01	01	-
	Municipal Rural	-	04	-
Rio dos Índios (RS)	Estadual Urbana	-	-	-
	Estadual Rural	-	01	-
	Municipal Urbana	01	-	-
	Municipal Rural	-	01	-
Nonoai (RS)	Estadual Urbana	-	35	04
	Estadual Rural	-	09	-
	Municipal Urbana	02	21	-
	Municipal Rural	-	15	-
Faxinalzinho (RS)	Estadual Urbana	-	02	-
	Estadual Rural	-	01	-
	Municipal Urbana	-	-	-
	Municipal Rural	-	-	-
Erval Grande (RS)	Estadual Urbana	-	08	03
	Estadual Rural	-	-	-
	Municipal Urbana	-	13	-
	Municipal Rural	-	27	-
Itatiba do Sul (RS)	Estadual Urbana	-	19	03
	Estadual Rural	-	12	-
	Municipal Urbana	-	15	-
	Municipal Rural	-	04	-
<b>TOTAL</b>		<b>04</b>	<b>199</b>	<b>12</b>

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Fonte: Portal do INEP, 2012.

A quantidade maior de matrículas de Educação especial está no ensino fundamental, representam 199 matrículas, uma retração de -28,67% em relação ao ano de 2011 (Relatório T1), sendo que expressiva contribuição desta retração foi no município de Nonoai (RS). No Ensino médio existem apenas 12 matrículas e outras 9 na Educação de Jovens e Adultos, na modalidade presencial, em Nonoai (RS) e Itatiba do

Sul (RS). A disposição das matrículas de Educação especial, para os seis municípios localizados no estado de Santa Catarina pode ser visualizada na Tabela 36.

**Tabela 36: SISTEMA DE MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS MUNICÍPIOS DE SC - 2012**

<b>Município 2012</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>
Itá (SC)	Estadual Urbana	-	02	-
	Estadual Rural	-	04	-
	Municipal Urbana	06	13	02
	Municipal Rural	-	-	-
Paial (SC)	Estadual Urbana	-	02	01
	Estadual Rural	-	-	-
	Municipal Urbana	01	04	-
	Municipal Rural	-	-	-
Chapecó (SC)	Estadual Urbana	-	217	38
	Estadual Rural	-	20	01
	Municipal Urbana	55	200	-
	Municipal Rural	06	14	-
Guatambu (SC)	Estadual Urbana	-	06	01
	Estadual Rural	-	08	-
	Municipal Urbana	01	02	-
	Municipal Rural	01	-	-
Caxambu do Sul (SC)	Estadual Urbana	-	04	03
	Estadual Rural	-	03	-
	Municipal Urbana	02	13	-
	Municipal Rural	-	-	-
Águas de Chapecó (SC)	Estadual Urbana	-	04	02
	Estadual Rural	-	03	-
	Municipal Urbana	-	-	-
	Municipal Rural	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>72</b>	<b>519</b>	<b>48</b>

Fonte: Portal do INEP, 2012.

A modalidade de Educação especial infantil normalmente é desenvolvida no espaço urbano e instituída em cinco municípios e no total representa 72 matrículas. No que diz respeito ao Ensino fundamental está instituído em todos os municípios, localizados no estado de Santa Catarina e a soma representa 519 matrículas, ou seja, uma redução de 36,16% em relação Relatório T1.

Na modalidade do Ensino médio se desenvolve na área urbana, exceto um caso no espaço rural de Chapecó (SC) e representou 48 matrículas, um decréscimo de 18,64% em relação ao ano de 2011 (Relatório T1). Em relação à Educação de Jovens e Adultos, na modalidade Especial de forma presencial possui uma matrícula em Caxambu do Sul (SC) e 42 em Chapecó (SC).

### 3.3.5.3 Educação Indígena

A Educação de indígenas se enquadra como Censo especial, entretanto, os dados disponíveis deste censo são desatualizados e não contemplam o período do Relatório T2, tampouco dos anteriores (INEP, 2013). De acordo com o INEP (2013) Os Censos Especiais são levantamentos estatísticos [...], "sem periodicidade fixa", e visam atender demandas e necessidades específicas de informações educacionais. Seu objetivo principal

é oferecer aos formuladores de políticas e gestores dos sistemas de ensino um panorama mais completo e detalhado sobre a situação da educação, neste caso a indígena. Desta forma, as informações relacionadas à Educação indígena serão apenas atreladas ao número de escolas.

Quanto às escolas para o atendimento da população indígena, em 2012, apresentam-se estáveis, ou seja, sem alterações, em relação ao período do Relatório T0 e T1 e se configuram da seguinte forma: 2 escolas indígenas de Ensino fundamental estadual em Nonoai (RS) (Terra Indígena Nonoai – povo de etnia kaingang) e 1 escola indígena em Faxinalzinho, de ensino fundamental.

Também existe escola indígena em Chapecó (SC) (Terra Indígena Toldo Chimbangue e Aldeia Kondá – ambos os povos de etnia kaingang) que aportam para a Educação infantil, o Ensino fundamental e o Ensino médio. Neste caso são 2 escolas na Terra Indígena Chimbangue e outras 2 escolas na Terra Indígena Kondá, todas localizadas no espaço rural. No município de Rio dos Índios (RS) existe uma escola indígena, na Terra Indígena Rio dos Índios – povo de etnia kaingang (PORTAL KAINGANG, 2012). Tanto os dados do INEP, quanto das Secretarias de Estado da Educação do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, não possuem dados estatísticos sobre número de matrículas para a modalidade de ensino indígena, para 2012.

### **3.3.6 Evolução do número sala aula: gestão estadual e municipal**

Esta seção demonstra a quantidade de salas de aulas existentes e utilizadas, em 2012, nos seis municípios que fazem parte do entorno da UHE Foz do Chapecó, no estado do Rio Grande do Sul. Uma restrição metodológica deste dado é a indisponibilidade do número de salas de aula para os municípios localizados no estado de Santa Catarina, em 2012 (estes dados ainda não estão disponíveis pela Secretaria Estadual de Educação). Estas salas são gerenciadas pelas respectivas estruturas dos governos municipais e estaduais e são utilizadas para: Educação Infantil, Anos iniciais e finais do ensino fundamental e Ensino médio, todas em modalidade regular (INEP, 2012).

As salas de aula também são utilizadas para as modalidades de Educação de jovens e adultos - Anos iniciais e finais do Ensino fundamental presencial e Anos finais semi-presencial, Ensino fundamental de 1ª a 8ª série presencial e de Educação de jovens e adultos, modalidade de Ensino médio, conforme a Tabela 37, embasada em dados da Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul (2012).

Nos seis municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, a soma das salas existentes (365) representa um acréscimo de 5,47% em relação ao ano de 2011 (Relatório T1) e de 384 salas utilizadas, inclusive em edificações isoladas, o que representa um aumento de 15,10% em relação ano de 2011, o que indica à existência de



19 salas utilizadas para o sistema de ensino, de forma isolada. Nesta análise apenas dois municípios possuem, sistemas privado de ensino: Alpestre e Nonoai.

**Tabela 37: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE SALAS DE AULA NOS MUNICÍPIOS DO RS – 2012**

Município 2011	Modalidade	Salas de aula disponíveis	
		Existentes	Utilizadas*
Alpestre (RS)	Estadual	30	30
	Municipal	39	32
	Particular	04	04
Rio dos Índios (RS)	Estadual	30	30
	Municipal	30	30
Nonoai (RS)	Estadual	41	43
	Municipal	41	43
	Particular	33	23
Faxinalzinho (RS)	Estadual	09	09
	Municipal	19	16
Erval Grande (RS)	Estadual	14	14
	Municipal	26	24
Itatiba do Sul (RS)	Estadual	27	27
	Municipal	22	23
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>365</b>	<b>384</b>

Fonte: Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

\*Pode ser em edificação isolada.

Se, entre o período do Relatório T0 (janeiro de 2007 até agosto de 2010) para o Relatório T1 (setembro de 2010 até dezembro de 2011), houve um aumento de 35 salas de aula, entre o Relatório T1 e T2 (2012) também houve um incremento de 58 salas de aulas disponíveis aos sistemas de ensino municipais.

Para os seis municípios localizados no estado de Santa Catarina, infere-se que a variação da disponibilidade de sala de aula, em 2012, não seja muito diferente do contexto apresentado no Relatório T0 e T1, acrescentado pela tendência de variação positiva determinada pelo município de Chapecó. Isto se deve, pois os investimentos regionais estão mais atrelados às reformas de ambientes escolares, do que propriamente em ampliações, exceto no município de Chapecó (SC), que possui maior dinamicidade neste quesito, em função do tamanho de seu público estudantil.

### 3.3.7 Média de alunos por turma no ensino básico nos municípios

Um tema relevante na área de educação e atendimento escolar para os municípios, diz respeito à média de alunos por turma, nas diferentes modalidades ou fases de ensino. Esta se divide na Educação infantil (Creche e Pré-escola - até 5 anos de idade); Anos iniciais do ensino fundamental e Anos finais do ensino fundamental (de 1ª até a 8ª série, de 6 até 14 anos) e Ensino médio (de 15 até 17 anos), conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (2012).

As Diretrizes da educação básica brasileira estão contidas na Lei 9.394/1996 que estabelece as bases da educação nacional, a partir da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) (BRASIL, 1996), sendo que para a Educação infantil deve-se manter, no máximo, 25

alunos por sala e no Ensino fundamental, séries iniciais e finais, 35 alunos por sala. Esta normativa foi reformulada pelo Congresso Nacional em 2012.

A média de alunos por sala revela a adequação na utilização de infraestrutura instalada, bem como o aproveitamento dos profissionais disponíveis, tais como diretores, professores, serviços gerais, auxiliares administrativos e outros. Para o ano de 2012, os dados educacionais sobre média de aluno por turma não estão disponíveis, como pode ser atestado nas seguintes bases de dados estatísticos sobre a educação nacional: [portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais](http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais) e [dados.gov.br/tag/censo%20escolar](http://dados.gov.br/tag/censo%20escolar).

### **3.3.8 Taxas de rendimento escolar do ensino básico**

As taxas de rendimento escolar demonstram os níveis de aprovação e reprovação nas modalidades de Ensino fundamental e médio, nas modalidades estadual e municipal. Para o MEC (2012) “os cálculos das taxas de aprovação, reprovação e abandono são baseados nas informações sobre o movimento e o rendimento dos alunos”. Por um lado, a taxa de aprovação indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, alcançaram os critérios mínimos para a conclusão satisfatória da etapa de ensino na qual se encontrava. Por outro, a taxa de reprovação indica a porcentagem de alunos que, ao final do ano letivo, não alcançaram os critérios mínimos para a conclusão da etapa de ensino na qual se encontrava (INEP, 2013).

Também existe a taxa de abandono, que indica a porcentagem de alunos que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do censo e a taxa de não resposta que indica a porcentagem de alunos que tiveram as informações de rendimento ou movimento computadas na situação do aluno por falta de informação ou por inconsistências (INEP, 2013). Salienta-se que tanto os indicadores de rendimento quanto de abandono escolar, não estão disponíveis (maio de 2013), para o ano de 2012, período do Relatório T2, no Portal do INEP (INEP, 2013), tampouco nos portais das Secretarias estaduais de educação do estado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

### **3.3.9 Índice de Educação Básica – IDEB**

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007, para medir a qualidade de cada escola e da rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do INEP (censo escolar), baseado no desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática e em taxas de aprovação. Assim sendo, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente à sala de aula (MEC, 2007). Embora esteja embasado em apenas dois componentes curriculares (português e matemática), o IDEB representa um indicador, uma vez que é possível a verificação do desempenho das

escolas, com base em duas áreas fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes.

Para que se possa acompanhar o desempenho, basta verificar o IDEB da Instituição ou Escola, que é apresentado numa escala de zero a dez (0 até 10 – de baixa para alta). O índice é medido e observado a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6.0 em 2.022 – correspondente à qualidade do ensino em países com sistemas de ensino mais estruturados, chamados de desenvolvidos (MEC, 2007).

Assim sendo, o cálculo do IDEB leva em consideração a taxa de aprovação dos alunos e a nota obtida na Prova Brasil (português e matemática), pois considera que a escola eficiente é aquela em que o aluno permaneça somente um ano em cada ano de escolaridade, portanto, sem repetição de série o que geraria atraso na idade escolar. Ao mesmo tempo o aluno deve aprender o que é esperado para o seu ano e idade (neste caso em ambos os componentes curriculares), sendo que cada ano de atraso na escolaridade do aluno diminui o IDEB da escola (MEC, 2007).

Ressalta-se que as metas do IDEB são diferenciadas para cada município em função de suas particularidades pré-existentes do sistema de ensino e que a meta para 2.022 é atingir os 6.0 pontos, para todo o território nacional (MEC, 2007). Para a distribuição dos dados e posterior análise, inclusive que permite uma verificação microrregional, o IDEB pode ser representado com o agrupamento de municípios, por Estado (INEP, 2012).

Como o IDEB é aportado ou sistematizado a cada dois anos, como em 2009, 2011, 2013 e assim sucessivamente, o período de realização do Relatório T2 não existe dados relativos aos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, portanto, as informações mais atualizadas dizem respeito ao Relatório T1, de 2011.

### **3.3.10 Investimentos municipais individuais em educação**

No aporte de despesas em educação cada município pesquisado deve considerar o disposto no artigo 212 da Constituição Federal (1988), onde deve aplicar, no mínimo, 25% da receita proveniente de impostos, compreendida e proveniente das transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino básico.

Para a pesquisa dos dados, as fontes utilizadas foram os Tribunais de Contas dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Destaca-se que não existe uma padronização de contas ou de programas nos gastos da educação, uma vez que cada município institui seus programas, estabelece nomes específicos e destina os recursos conforme seus próprios planejamentos e orçamentos. A Tabela 38 demonstra as despesas totais nos deferentes programas municipais de educação básica, investimentos

de suporte, como infraestrutura e demais, de 2010 (integral e de setembro até dezembro), de 2011 (período do Relatório T1) e 2012, (Relatório T2).

**Tabela 38: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM ALPESTRE (RS) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Acesso manutenção qualificada para o ensino regular	142.184,63	-89,67%	355.461,57	-91,39%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Assistência Financeira	22.653,08	179,51%	56.632,70	132,93%	87.091,54	53,78%	62.564,03	-28,16%
Manutenção de pessoal da SMECDT	732.013,58	/	1.830.033,95	/	2.012.941,32	9,99%	2.350.059,45	16,75%
Desenvolvimento educacional	282.908,46	/	707.271,15	/	566.086,12	-19,96%	510.458,08	-9,83%
Transporte escolar	190.013,37	/	475.033,43	/	661.016,20	39,15%	720.040,91	8,93%
Obras da SMECDT	104.957,50	/	262.393,74	/	952.190,70	262,89%	603.234,45	-36,65%
Amortização de dívidas e encargos de ações judiciais	60.640,14	/	151.600,35	/	141.034,95	-6,97%	130.265,68	-7,64%
Merenda escolar	14.814,10	/	37.035,26	/	54.056,11	45,96%	42.458,12	-21,46%
JEMAL - Jogos Escolares Municipal	4.819,26	/	12.048,16	/	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Desenvolvimento do desporto	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	361,48	/
Equipar a SMECDT	116,00	/	290,00	/	95.498,00	32830,34%	733.070,52	667,63%
<b>TOTAL</b>	<b>1.555.120,12</b>	<b>12,35%</b>	<b>3.887.800,31</b>	<b>-6,38%</b>	<b>4.569.914,94</b>	<b>17,55%</b>	<b>5.152.512,72</b>	<b>12,75%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

Os programas municipais de educação de Alpestre (RS) eram onze, entretanto, em 2012, existiam nove ativos, entre os quais destacam-se: assistência financeira, manutenção de pessoal da secretaria, desenvolvimento educacional, transporte escolar, obras da secretaria, amortização de dívidas e encargos de ações judiciais, merenda escolar, desenvolvimento do desporto e equipamentos para a secretaria de educação.

Dos programas ativos, observa-se que em cinco houve a redução do aporte de despesas, quando comparado ao ano de 2011. As maiores despesas são em manutenção de pessoal, com variação de 16,75% e transporte escolar, com variação de 8,93% e no âmbito geral se observa uma variação positiva de 12,75%, em relação ao período anterior de 2011. As despesas totais em educação em Rio dos Índios (RS), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 39.

**Tabela 39: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM RIO DOS ÍNDIOS (RS) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Ensino Regular	849.566,06	2,10%	2.123.915,14	-14,92%	2.486.170,97	17,06%	3.352.017,25	34,83%
Educação pré-escolar	71.785,90	-18,11%	179.464,74	-31,76%	134.136,50	-25,26%	234.649,73	74,93%
Assistência ao Aluno de Ensino Superior	5.960,00	43,04%	14.900,00	19,20%	23.500,00	57,72%	27.000,00	14,89%
<b>TOTAL</b>	<b>927.311,95</b>	<b>0,37%</b>	<b>2.318.279,88</b>	<b>-16,36%</b>	<b>2.643.807,47</b>	<b>14,04%</b>	<b>3.613.666,98</b>	<b>36,68%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Rio dos Índios mantinha três programas de atenção à educação municipal: ensino regular, educação pré-escolar e assistência ao aluno de ensino superior. Todos os programas tiveram aporte de despesas, principalmente de educação pré-escolar, com 74,93% e no total representou 36,68%, no ano de 2012. No caso da assistência ao aluno de ensino superior é um aporte para o deslocamento para os estudantes até cidades que possuem universidades. As despesas totais em educação em Nonoai (RS), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 40.

**Tabela 40: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM NONOAI (RS) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Ensino Regular	1.647.222,84	31,63%	4.118.057,09	9,69%	4.626.292,22	12,34%	6.365.366,34	37,59%
Educação pré-escolar	485.040,26	232,93%	1.212.600,66	177,44%	1.054.023,19	-13,08%	805.242,10	-23,60%
Desporto comunitário	0,00	0,00%	0,00	0,00%	10.815,50	/	0,00	/
Equipamentos para educação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.953,30	
Assistência Financeira	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	6.000,00	/
Assistência ao Aluno de Ensino Superior	20.000,00	20,00%	50.000,00	0,00%	50.000,00	0,00%	50.000,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>2.152.263,10</b>	<b>52,23%</b>	<b>5.380.657,75</b>	<b>26,86%</b>	<b>5.741.130,91</b>	<b>6,70%</b>	<b>7.229.561,74</b>	<b>25,93%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Nonoai (RS) possuía seis programas de aporte à educação municipal, sendo eles: ensino regular, educação pré-escolar, desporto municipal (este sem aporte de despesas em 2012), equipamentos para a educação, assistência financeira e assistência ao aluno de ensino superior. O maior aporte de despesas foi em ensino regular, com variação de 37,59% em relação ao ano de 2011 e em educação pré-escolar, entretanto, com variação de -23,60% em despesas. No contexto geral das despesas aumentou em 25,93%. As despesas totais em educação em Faxinalzinho (RS), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 41.

**Tabela 41: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM FAXINALZINHO – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Ensino Regular	410.983,47	-3,87%	1.027.458,68	-19,89%	1.188.753,71	15,70%	1.195.391,82	0,56%
Assistência ao Educando	9.030,25	104,79%	22.575,63	70,66%	20.456,87	-9,39%	22.450,92	9,75%
Orientação e Complementação Alimentar	12.567,97	41,94%	31.419,92	18,28%	31.804,20	1,22%	42.665,06	34,15%
Assistência Maternal	10.934,14	41,29%	27.335,35	17,74%	32.962,33	20,58%	44.850,68	36,07%
Assistência ao Aluno de Ensino Superior	14.000,00	40,00%	35.000,00	16,67%	39.500,00	12,86%	39.500,00	0,00%
Cursos de Qualificação	2.046,00	82,54%	5.115,00	52,12%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Práticas Desportivas Recreativas e de Lazer das Comunidades Escolares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	14.610,49	/	96.410,03	559,87%
Ensino Regular com Formação Profissional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.359,84	/
Edificações Públicas	0,00	-100,00%	0,00	-100,00%	4.000,45	/	5.526,74	38,15%
<b>TOTAL</b>	<b>459.561,83</b>	<b>-0,38%</b>	<b>1.148.904,58</b>	<b>-16,98%</b>	<b>1.332.088,05</b>	<b>15,94%</b>	<b>1.455.155,09</b>	<b>9,24%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Faxinalzinho (RS) possuía nove programas de aporte de despesas em educação municipal, sendo eles: ensino regular, assistência ao educando, orientação e complementação alimentar, assistência maternal, assistência ao aluno do ensino superior, cursos de qualificação, práticas desportivas, recreativas e de lazer das comunidades escolares e edificações públicas.

O maior aporte de despesas se concentraram em programas, como de ensino regular, que variou 0,56% e práticas desportivas, com variação de 559,87%. A variação total de despesas em educação, em 2012, foi de 9,24%. As despesas totais em educação em Erval Grande (RS), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 42.

**Tabela 42: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM ERVAL GRANDE (RS) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Ensino regular	875.360,72	27,38%	2.188.401,81	6,15%	2.435.561,85	11,29%	2.601.972,64	6,83%
Assistência ao educando	11.388,00	-6,78%	28.470,00	-22,32%	66.375,00	133,14%	57.530,00	-13,33%
Assistência maternal	91.445,04	2812,96%	228.612,61	2327,46%	330.542,41	44,59%	511.287,66	54,68%
<b>TOTAL</b>	<b>978.193,77</b>	<b>39,23%</b>	<b>2.445.484,42</b>	<b>16,03%</b>	<b>2.832.479,26</b>	<b>15,82%</b>	<b>3.170.790,30</b>	<b>11,94%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Erval Grande (RS) possuía apenas três programas de educação municipal, sendo de ensino regular (maior aporte absoluto de despesas), assistência ao educando e assistência maternal (este teve um aporte de despesas de 54,68%, em relação ao ano de 2011). A variação de despesas em todos os programas foi de 11,94% em 2012. As despesas totais em educação em Itatiba do Sul (RS), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 43.

**Tabela 43: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM ITATIBA DO SUL (RS) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Ensino Regular	671.385,52	8,15%	1.678.463,79	-9,87%	2.088.638,50	24,44%	2.255.023,26	7,97%
Assistência ao Educando	69.466,26	57,78%	173.665,64	31,48%	269.916,72	55,42%	285.134,72	5,64%
Encargos Especiais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	58.864,60	/	54.481,52	-7,45%
Cursos de Qualificação	1.652,02	410,06%	4.130,05	325,05%	1.320,00	-68,04%	7.771,99	488,79%
Assistência ao Aluno de Ensino Superior	2.400,00	-48,94%	6.000,00	-57,45%	19.083,00	218,05%	15.700,00	-17,73%
Educação pré-escolar	62.002,04	0,00%	155.005,10	0,00%	466.872,40	201,20%	160.723,94	-65,57%
<b>TOTAL</b>	<b>806.905,83</b>	<b>20,46%</b>	<b>2.017.264,58</b>	<b>0,39%</b>	<b>2.904.695,22</b>	<b>43,99%</b>	<b>2.778.835,43</b>	<b>-4,33%</b>

Fonte: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

O município de Itatiba do Sul (RS) possuía seis programas de aporte à educação municipal, sendo: ensino regular, assistência ao educando, encargos especiais, cursos de qualificação, assistência ao aluno do ensino superior e educação pré-escolar. O maior

aporte absoluto de despesas era no programa de ensino regular, que variou 7,97% e em assistência ao educando, com variação de 5,64%.

Uma atipicidade diz respeito à brusca variação negativa de aporte de despesas em educação pré-escolar, com -65,57%. Outra atipicidade, em relação aos demais municípios analisados do Rio Grande do Sul, é que em Itatiba do Sul (RS) houve uma variação negativa (-4,33%) em programas em educação. As despesas totais em educação em Itá (SC), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 44.

**Tabela 44: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM ITÁ (SC) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Educação Infantil	450.037,32	88,74%	1.125.093,29	57,29%	1.289.064,92	14,57%	1.433.941,43	11,24%
Ensino Superior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	125.356,26	/	111.430,15	-11,11%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	107.427,08	/	100.113,40	-6,81%
Ensino Médio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	289.353,08	/	279.222,27	-3,50%
Ensino Fundamental	1.261.465,10	42,38%	3.153.662,75	18,65%	4.915.785,00	55,88%	4.505.076,39	-8,35%
<b>TOTAL</b>	<b>1.711.502,42</b>	<b>52,21%</b>	<b>4.278.756,04</b>	<b>26,84%</b>	<b>6.726.986,34</b>	<b>57,22%</b>	<b>6.429.783,64</b>	<b>-4,42%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Itá (SC) mantém cinco programas de aporte de recursos financeiros para o manutenção da educação em seu território, em 2012: educação infantil, ensino superior, alimentação e nutrição, ensino médio e ensino fundamental. Apenas o programa de educação infantil teve uma variação positiva de despesas, de 11,24% e os demais programas variaram de forma negativa, entre os quais do ensino fundamental (-8,35%), sendo o que recebe maior aporte de despesas.

No âmbito de todos os programas houve uma redução das despesas em educação que atingiu -4,42% em relação ao ano de 2011 (período do Relatório T1). Inference-se que esta redução esteja relacionada à variação negativa da receita total municipal (-14,77%), no ano de 2012, conforme demonstra a Tabela 01, deste Relatório. As despesas totais em educação em Paial (SC), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 45.

**Tabela 45: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM PAIAL (SC) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Educação Infantil	24.622,77	30,50%	61.556,92	8,75%	92.078,09	49,58%	224.698,58	144,03%
Ensino Fundamental	445.305,50	57,10%	1.113.263,74	30,92%	1.221.983,51	9,77%	1.305.483,36	6,83%
Educação de Jovens e Adultos destinada ao Ensino Fundamental	948,60	/	2.371,50	/	0,00	-100,00%	4.876,84	/
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	18.031,13	/
Ensino Médio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5.500,00	/
Ensino Superior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	64.019,00	/
Educação Especial	900,00	/	2.250,00	/	3.300,00	46,67%	4.950,00	50,00%
<b>TOTAL</b>	<b>471.776,86</b>	<b>56,05%</b>	<b>1.179.442,16</b>	<b>30,05%</b>	<b>1.317.361,60</b>	<b>11,69%</b>	<b>1.627.558,91</b>	<b>23,55%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Paial (SC) mantinha sete programas de educação no âmbito municipal, no ano de 2012: educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos destinado ao ensino fundamental, alimentação e nutrição, ensino médio, ensino superior (aporte para deslocamento para outras cidades localizadas na região) e educação especial. O maior aporte de despesas era destinado para a educação fundamental e teve uma variação positiva de 6,83%, em 2012, entretanto, a maior variação foi destinada para a educação infantil, com 144,03% e educação especial, com 50%.

Todos os demais programas não tiveram destinação de despesas no ano anterior (2011) e no contexto geral a variação de despesas em educação em Paial (SC) foi de 23,55%. As despesas totais em educação em Chapecó (SC), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 46.

**Tabela 46: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM CHAPECÓ (SC) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Educação Infantil	6.618.932,17	16,03%	16.547.330,42	-3,31%	21.803.741,34	31,77%	25.207.126,89	15,61%
Ensino Fundamental	20.340.916,46	42,46%	50.852.291,16	18,72%	59.194.176,73	16,40%	65.288.214,12	10,29%
Educação de Jovens e Adultos destinada ao Ensino Fundamental	262.440,32	/	656.100,80	/	0,00	-100,00%	756.663,58	/
Ensino Superior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	184.304,76	/	28.400,28	-84,59%
Ensino Profissional	0,00	0,00%	0,00	0,00%	16.719,24	/	17.482,00	4,56%
Educação Especial	14.011,80	/	35.029,49	/	238.886,61	581,96%	179.880,85	-24,70%
<b>TOTAL</b>	<b>27.236.300,75</b>	<b>36,30%</b>	<b>68.090.751,87</b>	<b>13,58%</b>	<b>81.437.828,68</b>	<b>19,60%</b>	<b>91.477.767,72</b>	<b>12,33%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Chapecó (SC) mantinha em 2012, seis programas de atenção à educação, sendo: educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos destinada ao ensino fundamental, ensino superior, ensino profissional e educação especial.

Os dois primeiros programas tiveram maiores destinações de despesas absolutas: ensino fundamental, com variação de 10,29% e educação infantil, com 15,61%. O aporte em educação superior teve expressiva redução de despesas, com variação de -84,59% (valores absolutos ínfimos), bem como de educação especial, com -24,70%. No contexto de todas as despesas destinadas à educação em Chapecó (SC), em 2012, houve um incremento de 12,33%, em relação ao ano de 2011.

As despesas totais em educação em Guatambu (SC), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 47. O município de Guatambu (SC) possuía em 2012, cinco programas de atenção à educação: educação infantil, alimentação e nutrição, ensino médio, ensino superior e ensino fundamental. A maior variação de despesas foi destinada ao programa de educação infantil, com 35,38% e o maior aporte absoluto foi em ensino fundamental (este teve pouca variação, de apenas 0,30%).



**Tabela 47: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM GUATAMBU (SC) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Educação Infantil	77.052,40	434,43%	192.630,99	345,36%	299.572,83	55,52%	405.571,46	35,38%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	86.240,92	-100,00%	75.765,42	-12,15%
Ensino Médio	0,00	0,00%	0,00	0,00%	36.040,20	-100,00%	27.075,00	-24,88%
Ensino Superior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	92.970,00	-100,00%	88.020,00	-5,32%
Ensino Fundamental	766.069,17	12,51%	1.915.172,93	-6,24%	2.412.672,53	25,98%	2.419.882,90	0,30%
<b>TOTAL</b>	<b>843.121,57</b>	<b>21,26%</b>	<b>2.107.803,92</b>	<b>1,05%</b>	<b>2.927.496,48</b>	<b>38,89%</b>	<b>3.016.314,78</b>	<b>3,03%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Todos os demais programas tiveram uma variação negativa de despesas (no caso do ensino médio de -24,88%) e no âmbito geral a variação foi de apenas 3,03%, em 2012. As despesas totais em educação em Caxambu do Sul (SC), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 48.

**Tabela 48: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM CAXAMBU DO SUL (SC) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Educação Infantil	120.163,04	33,82%	300.407,59	11,51%	364.743,66	21,42%	446.211,21	22,34%
Alimentação e Nutrição na Educação, destinada à Educação Infantil	0,00	0,00%	0,00	0,00%	51.427,11	/	65.115,08	26,62%
Educação Básica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	101.992,46	/
Ensino Fundamental	853.603,26	25,37%	2.134.008,15	4,47%	2.847.877,62	33,45%	2.844.044,01	-0,13%
<b>TOTAL</b>	<b>973.766,30</b>	<b>26,35%</b>	<b>2.434.415,74</b>	<b>5,29%</b>	<b>3.264.048,39</b>	<b>34,08%</b>	<b>3.457.362,76</b>	<b>5,92%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Caxambu do Sul (SC) possuía quatro programas básicos de desenvolvimento da educação, em 2012: educação infantil, alimentação e nutrição na educação, destinada à educação infantil e ensino fundamental, sendo que a maior destinação de despesas foi neste programa, que teve uma redução em relação ao ano de 2011, de -0,13%. Os demais programas tiveram uma variação positiva e no âmbito geral, a mesma se posicionou em 5,92%. As despesas totais em educação em Águas de Chapecó (SC), de 2010 até 2012, podem ser verificadas na Tabela 49.

**Tabela 49: DESPESAS TOTAIS COM EDUCAÇÃO EM ÁGUAS DE CHAPECÓ (SC) – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO 2012**

PROGRAMAS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Educação Infantil	648.070,23	380,07%	1.620.175,57	300,06%	591.277,61	-63,51%	499.757,42	-15,48%
Ensino Fundamental	621.041,73	-5,96%	1.552.604,32	-21,63%	1.833.388,94	18,08%	1.680.205,23	-8,36%
Outras Despesas com Ensino Fundamental	26.971,70	107,47%	67.429,26	72,90%	0,00	-100,00%	0,00	0,00%
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00%	0,00	0,00%	78.595,34	/	81.936,95	4,25%
Ensino Superior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	32.000,00	/	32.000,00	0,00%
Educação Especial	18.476,00	/	46.190,00	0,00%	51.785,89	12,11%	43.650,00	-15,71%
Educação de Jovens e Adultos destinada ao Ensino Fundamental	1.460,27	/	3.650,68	0,00%	13.451,09	268,45%	2.700,58	-79,92%
<b>TOTAL</b>	<b>1.316.019,93</b>	<b>62,80%</b>	<b>3.290.049,83</b>	<b>35,67%</b>	<b>2.600.498,87</b>	<b>-20,96%</b>	<b>2.340.250,18</b>	<b>-10,01%</b>

Fonte: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

O município de Águas de Chapecó possuía sete programas de atenção à educação municipal: educação infantil, ensino fundamental, outras despesas com ensino fundamental, alimentação e nutrição, ensino superior, educação especial e educação de jovens e adultos destinada ao ensino fundamental. O maior aporte de despesas absolutas foi em ensino fundamental, entretanto, teve uma redução de -8,36%, em 2012, quando comparado ao ano de 2011.

Todos os demais programas tiveram redução de suas despesas, principalmente de educação de jovens e adultos destinada ao ensino fundamental, com -79,92%. No âmbito geral de todos os programas de educação, houve uma variação de despesas de -10,01%, sendo que estão vinculadas a diversos fatores.

De acordo com servidor público vinculada à Secretaria municipal de Educação de Águas de Chapecó (2013c), existem determinados fatores para a variação negativa das despesas em educação, de 2011 para 2012, entre as quais cita-se: no ano de 2011 houve uma expressiva canalização de recursos financeiros, para a construção de creche municipal, visando atender à educação infantil; a diminuição do número de alunos e consequentemente de profissionais (professores) contratados em modalidade de contrato temporário; fechamento da casa familiar rural que atendia os alunos da modalidade de educação de jovens e adultos, sendo que estes, se constituem como os principais motivos.

### **3.1.11 Investimentos municipais totais em educação básica**

Na apresentação das despesas com educação dos municípios pesquisados levou-se em consideração as contemplações da Constituição Federal (1988), onde os Municípios deverão aplicar, no mínimo, 25% da receita proveniente de impostos, compreendida e proveniente das transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino básico, no interior de seus territórios.

Para a pesquisa dos dados, as fontes utilizadas foram os Tribunais de Contas dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, destacando que não há uma padronização de contas ou de programas nos gastos da educação, uma vez que cada município institui seus programas, estabelece nomes específicos e destina os recursos conforme seus próprios planejamentos e orçamentos. Desta forma, as disposições das informações das despesas totais estão separadas por município, que permitem uma análise comparativa entre eles.

Considera-se investimentos em educação o desenvolvimento educacional, o transporte e a merenda escolar, a assistência ao material de apoio e manutenção e implementação de novas edificações, os cursos de qualificação profissional, a educação especial, a capacitação do quadro de docentes e técnicos administrativos, inclusive a

assistência ao ensino superior, como o transporte escolar, entre outros, sendo que estão dispostos na Tabela 50.

**Tabela 50: DESPESAS TOTAIS MUNICIPAIS COM EDUCAÇÃO – DE 2010 ATÉ DEZEMBRO DE 2012**

MUNICÍPIOS	SET-DEZ/2010	%	2010	%	2011	%	2012	%
Alpedre	1.555.120,12	12,35%	3.887.800,31	-6,38%	4.569.914,94	17,55%	5.152.512,72	12,75%
Ervál Grande	978.193,77	39,23%	2.445.484,42	16,03%	2.832.479,26	15,82%	3.170.790,30	11,94%
Faxinalzinho	459.561,83	-0,38%	1.148.904,58	-16,98%	1.332.088,05	15,94%	1.455.155,09	9,24%
Itatiba do Sul	806.905,83	20,46%	2.017.264,58	0,39%	2.904.695,22	43,99%	2.778.835,43	-4,33%
Nonoai	2.152.263,10	52,23%	5.380.657,75	26,86%	5.741.130,91	6,70%	7.229.561,74	25,93%
Rio dos Índios	927.311,95	0,37%	2.318.279,88	-16,36%	2.643.807,47	14,04%	3.613.666,98	36,68%
<b>Total RS</b>	<b>6.879.356,61</b>	<b>23,83%</b>	<b>17.198.391,52</b>	<b>3,19%</b>	<b>20.024.115,85</b>	<b>16,43%</b>	<b>23.400.522,26</b>	<b>16,86%</b>
Águas de Chapecó	1.316.019,93	62,80%	3.290.049,83	35,67%	2.600.498,87	-20,96%	2.340.250,18	-10,01%
Caxambu do Sul	973.766,30	26,35%	2.434.415,74	5,29%	3.264.048,39	34,08%	3.457.362,76	5,92%
Chapecó	27.236.300,75	36,30%	68.090.751,87	13,58%	81.437.828,68	19,60%	91.477.767,72	12,33%
Guatambu	843.121,57	21,26%	2.107.803,92	1,05%	2.927.496,48	38,89%	3.016.314,78	3,03%
Itá	1.711.502,42	52,21%	4.278.756,04	26,84%	6.726.986,34	57,22%	6.429.783,64	-4,42%
Paial	471.776,86	56,05%	1.179.442,16	30,05%	1.317.361,60	11,69%	1.627.558,91	23,55%
<b>Total SC</b>	<b>32.552.487,82</b>	<b>37,45%</b>	<b>81.381.219,56</b>	<b>14,54%</b>	<b>98.274.220,36</b>	<b>20,76%</b>	<b>108.349.037,99</b>	<b>10,25%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>39.431.844,43</b>	<b>34,86%</b>	<b>98.579.611,08</b>	<b>12,38%</b>	<b>118.298.336,21</b>	<b>20,00%</b>	<b>131.749.560,25</b>	<b>11,37%</b>

Fonte 01: TCE/SC - Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, 2012.

Fonte 02: TCE/RS - Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, 2012.

No intervalo entre 2010 e dezembro de 2012, todos os municípios localizados no entorno da UHE Foz do Chapecó, tiveram um aumento de despesas em seus respectivos programas com educação e atendimento escolar, exceto Itatiba do Sul (RS), com -4,33%; Águas de Chapecó (SC), com -10,01% e Itá (SC), com -4,42%. As maiores variações positivas em despesas em educação aconteceram em Rio dos Índios (RS), com 36,68%, em Nonoai (RS), com 25,93% e em Paial (SC), com 23,55%.

No final de 2012, o aumento geral das despesas dos municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul representou 16,83% (no Relatório T1 foi de 23,83%). Nos municípios localizados no estado de Santa Catarina, aumentaram as despesas com educação e atendimento escolar em 10,25% (no Relatório T1 foi de 37,45%). No contexto geral de todos os municípios houve uma variação positiva nas despesas em educação e atendimento escolar, que atingiu 11,37% (no Relatório T1 foi de 54,86%).

### 3.3.12 Caracterização das escolas técnicas e profissionais

Outra modalidade de ensino relevante para a região diz respeito à presença de escolas técnicas ou profissionais que podem ser integradas a modalidade de Ensino médio ou pós-médio (normalmente está mais atrelada à formação profissional para a atuação na indústria e no comércio regional). No caso dos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, localizado no Rio Grande do Sul, para o ano de 2012, existia uma escola técnica profissionalizante particular no município de Nonoai, denominada de SIBRATEC.

No caso dos municípios localizados no estado de Santa Catarina, se destaca a cidade de Chapecó, polo regional, que abriga as principais escolas profissionalizantes da região, entre as quais citam-se: escola estadual CEDUP; Instituto Federal de Santa

Catarina – IFSC (federal); Escola Técnica de Educação Profissional Dan Oliper; Centro Catarinense de Formação Técnica - CENTSC; Escola Net Center; Faculdade de Tecnologia SENAC (em nível profissionalizante, inclusive de jovens aprendizes); Serviço Nacional da Indústria – SENAI (em nível profissionalizante); TOP Cursos Ltda.; Unidade de Ensino Sul Brasileira Ltda.; ADM Educação Profissional; Serviço Social do Transporte - SEST e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT, (este com cursos de formação profissional e técnicos) (INEP, 2012).

### 3.3.13 Caracterização do ensino de graduação e pós-graduação regional

#### 3.3.13.1 Caracterização do ensino de graduação

As modalidades de Educação superior regional são centradas no polo da cidade de Chapecó (SC), que neste quesito abrange todos os municípios contemplados nesta análise, inclusive os municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul. Como exemplo, cita-se a frequência de alunos de Alpestre (RS), distante 95 km de Chapecó (SC), que se deslocam diuturnamente para a frequência de instituições de ensino superior e pós-graduação concentrada em períodos de finais de semana (sexta-feira e sábado) (Tabela 51).

**Tabela 51: MODALIDADES DE ENSINO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO, DE 2012**

Município	Modalidade	Instituição	Número Cursos
Chapecó (SC)	Presencial	Faculdades IDEAU - Chapecó	07
		Faculdade de Tecnologia Senac de Chapecó – SENAC	03
		Faculdade de Tecnologia Senai de Chapecó – SENAI	02
		Faculdade UCEFF	06
		Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC	10
		Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	02
		Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC	02
		Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ	45
		Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	11
Chapecó (SC)	Educação a Distância	Centro Universitário Internacional – UNINTER	
		Faculdade Educacional da Lapa – FAEL	
		Instituto Superior Tupy	
		Universidade Anhembi Morumbi - UAM	
		Universidade do Contestado – UNC	
		Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	
		Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	
		Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR	
		Universidade Paulista – UNIP	
		Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	
		Universidade Salvador – UNIFACS	
Nonoai (RS)	Educação a Distância	Centro Universitário Internacional – UNINTER	

Fonte: MEC, 2012.

Os cursos de graduação disponíveis em Chapecó, em 2012, de forma presencial eram oferecidos por 10 Instituições de ensino, sendo que o número de cursos variava em função do porte e foco de cada instituição. O número de cursos foi incrementado com a implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, com 11 cursos, no campus de Chapecó e no total a soma dos cursos das instituições da região atinge 88 graduações presenciais.

Observa-se que a cidade de Chapecó (SC) também polariza os cursos de Educação a distância, sendo que representam 11 instituições. Neste caso, o número de cursos não foi apresentado, uma vez que as instituições demonstram a totalidade de cursos ofertados em nível de atuação que não coincide com a região, pois são ofertados para todo o território nacional. O único município em análise que possuía uma estrutura para Educação a distância, além de Chapecó (RS), era Nonoai (RS), que se constitui como a segunda cidade em porte, após Chapecó, ente os municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó.

### 3.3.13.2 Caracterização do ensino de pós-graduação

A oferta de cursos de pós-graduação no âmbito regional está concentrada em Chapecó (SC), sendo que se divide em *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Pelo fato dos cursos pós-graduação em nível de *lato sensu* serem de oferta diversificada, tanto presencial quanto a distância e de forma rápida (2 anos), serão apresentadas neste relatório apenas das principais instituições de ensino superior da região (Tabela 52), que apresentam 53 cursos. Este fato também está atrelado à inexistência de dados oficiais sobre esta modalidade de ensino, uma vez que as instituições possuem autonomia para a sua criação e os dados não são disponíveis para os órgãos de controle, tanto em nível estadual como federal.

**Tabela 52: MODALIDADES DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO, DE 2012**

Município	Modalidade*	Instituição que oferecem a modalidade de <i>Lato sensu</i>	Número Cursos
Chapecó (SC)	Presencial	Faculdades IDEAU - Chapecó	04
		Faculdade de Tecnologia Senac de Chapecó – SENAC	03
		Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	11
		Faculdade UCEFF	08
		Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ	17
		Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS	07

Fonte 01: MEC, 2012.

Fonte 02: Site das instituições de ensino da região listadas na Tabela.

\* Dados de Dezembro de 2012.

Em nível de *stricto sensu*, os mestrados oferecidos, em 2012, na região desta análise, foram em: Ciências Ambientais; Ciências da Saúde; Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e em Direito, na modalidade interinstitucional, em convênio com a

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em nível de doutorado: Engenharia de Produção, em convênio com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutorado em Direito em convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), todos instituídos na Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ.

Em 2012, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), foi implantado o curso de mestrado em Estudos Linguísticos e na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC), unidade de Chapecó, foi implementado o mestrado Acadêmico em Direito e o mestrado Profissional em Administração. Observa-se que a oferta de cursos de pós-graduação em nível de *stricto sensu*, no âmbito regional é extremamente recente, sendo que em período pretérito a frequência destas modalidades, mestrado e doutorado, ficavam condicionados aos poucos programas existentes em outras cidades, tais como Joaçaba, Blumenau, Florianópolis (SC) e Passo Fundo (RS).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As considerações finais deste relatório T2 estão centradas na demonstração das principais evidências de resultados, com base na análise das três tipologias de dados: receitas municipais, serviços de saúde e educação e atendimento escolar nos municípios, no intervalo entre janeiro e dezembro de 2012, em fase denominada de operação do empreendimento.

Entre as principais restrições do processo de elaboração deste Relatório T2, destaca-se a dificuldade de dados estatísticos sobre a educação, tais como as taxas de aprovação escolar e o número de alunos por sala, determinados pelo curto espaço temporal entre o período final de análise (dezembro de 2012) e da elaboração do Relatório (maio de 2013).

Entretanto, para além da deficiência de monitorar as informações de um período para outro, como por exemplo, do Relatório T1 para o T2, se efetivou a manipulação e análise de dados de demais informações que pudessem ampliar a compreensão dos fenômenos relacionados às receitas municipais, serviços de saúde e educação e atendimento escolar, nos respectivos municípios.

Nas demais variáveis, como no caso dos dados de receitas municipais, foi possível manter o mesmo padrão e disponibilização de dados, do que os Relatórios T0 e T1, o que permite um monitoramento efetivo dos dados, inclusive em determinados casos, pela existência de dados complementares, foi possível ampliar a análise dos mesmos.

Igualmente destaca-se a utilização de um instrumento complementar para a utilização da compreensão de distintas realidades municipais: as entrevistas. Em diversas situações, tanto em variáveis de receitas, quanto de saúde e educação, este mecanismo foi utilizado para melhor entendimento dos fenômenos nos municípios, seja de forma presencial ou a distância.

##### **4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS**

As receitas municipais representam o somatório de todas as receitas públicas municipais, no intervalo de setembro de 2010 (e 2010 integral) até dezembro de 2012, embora a análise tenha sido centrada na variação individual (cada município) e total por Estado em 2012, ou seja, no período do Relatório T2.

Neste período, houve uma continuidade na variação positiva nas receitas totais dos municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, embora em percentuais mais moderados que no período do Relatório T1, inclusive no município de Chapecó, que possui uma dinamicidade de receita própria em função de sua diversidade econômica.

Observou-se que houve uma variação individualizada no aporte de receita de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, não sendo possível identificar um padrão

no comportamento desta variável, que no período do Relatório T1 havia decrescido sistematicamente, entre os municípios do Rio Grande do Sul e parte de Santa Catarina.

Especificamente o município de Águas de Chapecó (SC) teve expressiva diminuição de receitas municipais em função do término ou finalização da obra de engenharia da UHE Foz do Chapecó. Em determinadas tipos de receitas, esta situação se estendeu para o município de Alpestre (RS).

Quanto à cota parte da compensação financeira de recursos hídricos, teve uma expressiva redução em todos os municípios (comparação com 2011 – Relatório T1) do entorno da UHE Foz do Chapecó, em função da menor capacidade de geração de energia determinada pelas condições de tempo (ocasionou menor vazão dos rios), no âmbito regional.

Salienta-se que a cota parte de compensação financeira de recursos hídricos, que legalmente deve ser transferida para políticas públicas, representa um importante impacto na proporcionalidade das receitas municipais. Embora a mesma seja sujeita as variações, conforme mencionado, causou impacto relativo mais evidente em Rio dos Índios (RS), Caxambu do Sul (SC), Alpestre (SC) e Itá (SC), em 2012.

Existem vários tipos de receitas que são descontínuas nos municípios, tais como: operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos e receita intra-orçamentária corrente, característica que dificulta o monitoramento das mesmas, em deferentes temporalidades.

Observa-se que neste período inicial de operação do empreendimento da UHE Foz do Chapecó, cada município possui as suas especificidades quanto à variação de receitas. Assim sendo, não foi possível identificar um padrão entre os mesmos e igual condição está atrelada à localização dos municípios, ou seja, as variações podem ser maiores dependendo da localização no respectivo Estado.

Verifica-se que além do município de Chapecó, que possui uma dinâmica econômica diversificada e própria, os demais são caracterizados pelo pequeno porte, carecem de autonomia econômica, que permitem que tenham receitas municipais consistentes e sistemáticas, ficando parcialmente condicionados aos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Especificamente, o aporte de receitas através de Cota parte de compensação financeira de recursos hídricos é muito importante, pois, representa um incremento de receitas, que possibilita aos municípios desenvolverem políticas públicas, que apóiem para a melhoria da qualidade de vida da população. Neste caso foi evidente pela progressividade de despesas em programas municipais de serviços de saúde e educação e atendimento escolar.



#### 4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE

No âmbito das despesas totais observa-se que houve investimentos expressivos em saúde em todos os municípios, sendo que tiveram uma evolução nas mesmas, em relação ao intervalo do Relatório T1 (setembro de 2010 até dezembro de 2011). Os programas continuaram estáveis, entretanto, foram incrementados principalmente em Itatiba do Sul (RS).

As maiores variações de despesas totais em atendimento de saúde aconteceram em Águas de Chapecó (SC) e Itatiba do Sul (RS). Ressalta-se que, em praticamente todos os municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, existe uma redução populacional (exceto em Chapecó e Águas de Chapecó), entretanto, observa-se um incremento nas despesas em serviços de saúde municipal. Infere-se que estes recursos sejam destinados à qualificação dos respectivos programas, nos municípios e na abrangência do público, como exemplo de crianças e idosos.

Todas as destinações de despesas relativas em saúde pública são mais expressivas que o percentual da variação populacional (83,33% dos municípios possuem decréscimo populacional), o que significa maior destinação per capita, para cada munícipe. Certamente esta contribuição deve-se em função da transferência da Cota parte da compensação financeira de recursos hídricos, investidas em políticas públicas municipais.

Finalmente, quando aos investimentos per capita observou-se uma disparidade muito acentuada entre as maiores despesas em Paial (SC) e as menores despesas em Alpestre (RS). De forma geral, observa-se que os municípios localizados no estado de Santa Catarina, possuem despesas maiores com saúde, em relação aos demais localizados no Rio Grande do Sul.

#### 4.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO E ATENDIMENTO ESCOLAR

A análise sobre os municípios do entorno da UHE Foz do Chapecó, evidencia que as taxas de analfabetismo da população estão vinculadas aos problemas estruturais para a difusão do sistema de ensino, para superar o analfabetismo regional, especialmente nos municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, com taxas mais expressivas.

Destaca-se que os maiores percentuais de população analfabeta nos municípios estão determinados pela incorporação da população adulta e idosa, uma vez que as estimativas populacionais (2012) não contemplam a população por faixa etária, no entanto, apenas geral, o que representa apenas um indicativo do analfabetismo. Nestes dois estratos (adultos e idosos) o percentual de analfabetos se eleva, em função na não universalização do ensino básico em períodos pretéritos.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – último índice disponível de 2003, como referencial histórico, não foi possível determinar as alterações em relação ao Relatório T0 e T1, uma vez que não existe a disponibilidade de nova

medida efetiva sobre as alterações do indicador de IDH. Este comparativo somente será possível no Relatório T3 (estima-se que será lançado em agosto de 2013), período de próxima medida deste índice, baseado em dados censitários de 2010 (período de transição entre a finalização da implantação do empreendimento e início de operação).

O IDH vigente determina para a região desta análise: ampliação dos níveis de escolarização básica e aumento da longevidade, pela assistência de saúde básica e estabilização e retração de renda, sendo que esta variação somente será possível de determinar, com base na influência da UHE Foz do Chapecó, na região, a partir do Relatório T3 (2013). Este Índice, como está vinculado ao censo do IBGE (2010), permitirá uma análise “apenas do período de implementação do empreendimento hidrelétrico”.

Destaca-se que a disponibilidade de escolas está diretamente relacionada à demanda de educação pelos municípios, sendo que existe uma pequena ampliação destas infraestruturas, embora com uma diminuição do número de matrículas, o que possivelmente reflete a menor quantidade de alunos por sala de aula.

Observa-se que nos municípios localizados no estado do Rio Grande do Sul, que fazem parte deste Relatório T2, que existe uma acentuada retração do público de acesso ao sistema escolar, principalmente de crianças e adolescentes. Houve uma diminuição no número de matrículas, especialmente no Ensino fundamental, entretanto, atingiu todos os níveis de ensino básico.

Todos os demais municípios localizados no estado de Santa Catarina acompanham esta tendência, inclusive no município de Chapecó, o acréscimo de matrículas do Ensino fundamental, foi mais moderado do que no período do Relatório T1.

Na Educação de Jovens e Adultos, as matrículas escolares sofreram expressiva redução e se concentram no Ensino fundamental. Observa-se a “falência” desta modalidade de Ensino na região, motivada por diversos fatores estruturais e amplamente abordados no escopo deste Relatório. Na educação de população indígena, houve o manutenção no número de escolas disponíveis para o ensino indígena regional.

No âmbito de todos os municípios da análise, observa-se que as matrículas escolares do Ensino fundamental e médio, estão concentradas no município de Chapecó, sendo que o mesmo possui menor interferência da edificação da UHE Foz do Chapecó, em relação aos demais municípios à jusante.

No âmbito da graduação regional não existem maiores interferências do empreendimento da UHE Foz do Chapecó, uma vez que estas modalidades de ensino são determinadas pelas especificidades próprias da região, ou seja, pela demanda regional, especialmente da cidade de Chapecó (SC) e do entorno. Desta forma, Chapecó (SC) possui uma mobilidade própria de jovens e adultos (estudantes) em função da concentração desta variável, no âmbito regional.

Finalmente, ressalta-se que os cursos de pós-graduação em nível de *stricto sensu*, no âmbito regional são recentes, entretanto, observa-se uma ampliação em nível de mestrado e doutorado, localizados em Chapecó (SC), sendo que em período pretérito, a frequência destas modalidades, ficava condicionada aos poucos programas existentes em outras cidades localizadas além da região desta análise.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL. **A compensação financeira e o seu município**. Brasília: ANEEL, 2007. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/cartilha\\_compensacao\\_financeira\\_2.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/cartilha_compensacao_financeira_2.pdf). Acesso em 10 de Maio de 2013.

\_\_\_\_\_. **Informações técnicas sobre compensações financeiras**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=42&idPerfil=2>. Acesso de 21 de Outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre compensação financeira**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/area.cfm?idArea=42>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2012. **Dados estatísticos sobre a educação brasileira**. Disponível em: [http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario\\_brasileiro\\_da\\_educacao\\_basica\\_2012.pdf](http://www.todospelaeducacao.org.br//arquivos/biblioteca/anuario_brasileiro_da_educacao_basica_2012.pdf). Acesso em 06 de Março de 2013.

BRASIL. **Lei 9.394/1996**: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/index.shtm](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm). Acesso em: 29 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Sistema Educacional**: Educação básica. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional>. Acesso em: 28 de Fevereiro de 2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO – CNTE. **Sobe o número de analfabetos idosos no Estado de Santa Catarina**. 2012. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/giro-pelos-estados/388-sc/5723-sobe-numero-de-idosos-analfabetos-no-estado>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

FOZ DO CHAPECÓ ENERGIA. **Informações técnicas sobre o empreendimento hidrelétrico**. 2011. Disponível em: <http://www.fozdochapeco.com.br/>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com gestor da Foz do Chapecó Energia**. Chapecó (SC). Fevereiro de 2013.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Resumo estatístico do RS**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: [http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_estado.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_estado.php). Acesso em 07 de Março de 2013.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Dias letivos em 2012** na Rede Estadual. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/108220/Ano-letivo-de-2013-comeca-em-27-de-fevereiro-na-rede-estadual/20///>. Acesso em 21 de Fevereiro de 2013.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS E EDUCACIONAIS – IDE. **Base de dados demográficos e educacionais**: Metas do IDEB para 2012. Brasília, 2011. Disponível em: <http://ide.mec.gov.br>. Acesso de 28 de Novembro de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível: <[www.ibge.gov.br/home/geociencias](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias)>. Acesso: 20 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**: dados preliminares. Rio de Janeiro, 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso: 19 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Estimativa populacional de 2012**. Rio de Janeiro, 2012. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso: 19 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf). Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2012/SIS\\_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2012/SIS_2012.pdf). Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Portal do INEP**: censo escolar. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 28 de Março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Data escola Brasil**: Escolas indígenas em 2012. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>. Acesso de 05 de Março de 2013.

\_\_\_\_\_. **O que informam os Censos especiais**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censos-especiais>. Acesso em 04 de Março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar:– 2012**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acesso em 05 de Março de 2013.

\_\_\_\_\_. **Taxas de rendimento escolar**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/situacao\\_aluno/documentos/2013/taxas\\_rendimento.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/situacao_aluno/documentos/2013/taxas_rendimento.pdf). Acesso em 05 de Março de 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **Portal de dados sobre educação**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=208&Itemid=267](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=208&Itemid=267). Acesso em 22 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em 06 de Março de 2013.

\_\_\_\_\_. **O que é o IDEB**. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=45&Itemid=5](http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45&Itemid=5). Acesso de 30 de Novembro de 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Estados e Municípios**. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados\\_municipios/index.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp). Acesso em: 06 de Maio de 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº. 2047, DE 5 de novembro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em:  
[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2047\\_05\\_11\\_2002.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt2047_05_11_2002.html). Acesso em: 26 de Outubro de 2012.

PORTAL KAINANG. **Povo Kaingang**: que são? Disponível em:  
<http://www.portalkaingang.org/>. Acesso de 05 de Fevereiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ. **Entrevista com Assessor da Prefeitura Municipal**: Astor Steirhagel. Águas de Chapecó (SC). Maio de 2013a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ. **Entrevista com a Secretária municipal de saúde**: Caren Maroco. Águas de Chapecó (SC). Abril de 2013b.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com a Secretária municipal de educação**: Cleide Neumann. Águas de Chapecó (SC). Maio de 2013c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE ALPESTRE. **Entrevista com a Secretária municipal de saúde**: Carmem de Oliveira Ribeiro. Alpestre (RS). Maio de 2013c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATIBA DO SUL. **Entrevista com a Secretária municipal de saúde**: Clariane Batistello. Itatiba do Sul (RS). Abril de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. **Entrevista com auditor fiscal municipal de Chapecó**. Chapecó (SC). Maio de 2013a.

\_\_\_\_\_. FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL DE CHAPECÓ - FASC. **Dados "Cidade do Idoso"**. Chapecó/SC, 2013b.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com gestor da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente (SEDEMA)**. Chapecó (SC). Maio de 2013c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL. **Entrevista com a Secretária municipal de saúde**: Elizete Spósito. Paial (SC). Maio de 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. Disponível em:  
<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx?indiceAccordion=0>. Acesso em 28 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Atlas de Desenvolvimento Humano 2013**. Disponível em:  
[http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li\\_Atlas2013](http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013). Acesso em 28 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **O Índice de Desenvolvimento Humano do Relatório de 2013 revela ganhos significativos desde 2000 na maioria dos países do Sul**. 2013a. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3703>. Acesso em 14 de Maio de 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2007. Disponível em:  
<http://www.slideshare.net/dani9gil/politica-nacional-eduespecial>. Acesso em 28 de Fevereiro de 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NONOAI. **Entrevista concedida a Rógis Juarez Bernardy**. Nonoai (RS), 27 de Fevereiro de 2013.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Portaria STN nº 350/2010**: novas práticas contábeis - setor público - manual - aplicação orçamento exercício/2011. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.tributosdodf.com.br/index.php/content/view/11081.html>. Acesso em 21 de Novembro de 2012.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. **Taxas de Analfabetismo SC**. Florianópolis, 2012. Disponível em: [http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/emiep-matrizes-atualizadas/doc\\_details/1718-analise-da-taxa-de-analfabetismo-em-sc-2010](http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/emiep-matrizes-atualizadas/doc_details/1718-analise-da-taxa-de-analfabetismo-em-sc-2010). Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Portal da Educação**: Institucional. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://serieweb.sed.sc.gov.br/cadueportal.aspx>. Acesso em 27 de Fevereiro de 2013

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Taxas de Analfabetismo RS**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: [http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/buscaPor\\_noticias.jsp?PAG=1](http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/buscaPor_noticias.jsp?PAG=1). Acesso em 26 de Novembro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Estabelecimentos de ensino no Rio Grande do Sul em 2012**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Matrícula Inicial por etapa e/ou modalidade de ensino**: Rede Municipal, Estadual e Federal de 2012. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/estatisticas.jsp?ACAO=acao1>. Acesso em 26 de Fevereiro de 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – TCE-SC. **Portal do cidadão**. Florianópolis, 2012. Disponível em: <http://www.tce.sc.gov.br/web/>. Acesso em: 06 de Maio de 2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TCE-RS. **Dados abertos**: dados de receitas municipais. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://www2.tce.rs.gov.br/portal/page/portal/tcers/>. Acesso em: 10 de Abril de 2012.

UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – UNNOESC. **UMICC – Unoesc de Chapecó recebe os primeiros calouros**. Chapecó, 2012. Disponível em: <http://www.unoesc.edu.br/noticias/umic-unoesc-chapeco-recebe-os-primeiros-calouros>. Acesso em 10 de Abril de 2013.